2021 - 2041

3

volume

Revisão do Plano Diretor

Diagnóstico

NOVA ODESSA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

Lei n. º 10/2006

DOCUMENTO BASE - DIAGNÓSTICO

Leitura do Município

VOLUME 3

10 – ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

11 – ASPECTOS SOCIAIS

Sumário

10. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS 10
10.1. DINÂMICA POPULACIONAL 10

10.1.1. Formação e Evolução Populacional da RMC 10
Tabela 01 – Taxas Geométricas 12
Figura 01 – Desmembramento de Município da RMC – 1774/1991 13
Tabela 03 - Evolução da População Total da RMC e Estado de São Paulo 14
Gráfico 01 - Evolução da População da RMC e do Estado de São Paulo 14
Mapa 01: Região Administrativa de Campinas 17
Tabela 04 – População residente, crescimento populacional, e peso relativo da população 18
Gráfico 02 – Participação da população dos municípios na região 19
Tabela 05 - Taxas de migração líquida anuais por município 20
Tabela 06 – Peso relativo das componentes demográficas sobre crescimento populacional 21
Gráfico 03 – Índice de envelhecimento (%). Região Metropolitana de Campinas 22
Tabela 07 – Volume, crescimento absoluto e participação relativa da PIA por município 23
Tabela 08 - Volume, crescimento absoluto e participação relativa da PEA por município 24
Tabela 09 – População em idade escolar por município 27

10.1.2. Evolução Populacional do Município de Nova Odessa 28
Tabela 10 - RMC: População Existente em 2005/2020 e Evoluções Populacionais – 2025 28
Figura 02 - Ranking da População do Município no último censo no País 29
Tabela 11 - Evolução da População de Nova Odessa 30
Tabela 12 - População no Último Censo (2010) e população estimada para 2021 30
Figura 03 - Território e População – Nova Odessa 31
Tabela 13 - Evolução da População Rural e Urbana em Nova Odessa 32
Tabela 14 - População Urbana, Rural e Grau de Urbanização de Nova Odessa – 2020 32
Gráfico 04 - Taxa Anual de Crescimento Populacional (%) 32
Tabela 15 – Evolução da Densidade Demográfica em Nova Odessa (habitantes/km^2) 33
Gráfico 05 - Evolução da População Rural e Urbana no Município 33
Gráfico 06 - Evolução do Grau de Urbanização 34

10.1.3. Projeções Populacionais 36
Gráfico 07 – Projeção Populacional de Nova Odessa 37
Gráfico 08 - Evolução dos Domicílios Particulares Ocupados em Nova Odessa 37
Gráfico 09 – Número de habitantes por domicílio 38
Tabela 17 – Domicílios, população e habitantes por domicílio 38

10.1.4. Estrutura etária 39
Tabela 18 - Evolução da População de Nova Odessa por Grupos de Idades 39
Tabela 19 - Idade Média da População de Nova Odessa em Anos 39
Gráfico 10 - Pirâmide Etária de Nova Odessa – 2000 40
Gráfico 11 - Pirâmide Etária de Nova Odessa – 2020 40
Gráfico 12 - Pirâmide Etária de Nova Odessa – 2040 41
Tabela 20 – Constituição da Estrutura Etária do Município de Nova Odessa 42
Tabela 21 - Razão da dependência por município. Região Metropolitana de Campinas 43
Tabela 22 - Densidade Demográfica / Evolução 44
Gráfico 13 - Densidade Demográfica (Habitantes/km^2) – 1980 - 2021 44

Tabela 23 - Grau de Urbanização / Evolução 45
Gráfico 14 - Grau de Urbanização (em %) 1980 -2021 45
Gráfico 15 - Evolução da população com mais de 60 anos (%) – 1980/2021 45

10.1.5. Perfil Geral da População 46

10.1.5.1. IDHM 47
Gráfico 16 - Renda per Capita – Censo Demográfico (em reais correntes) – 2000/2010 48
Mapa 02 - IDHM da Região Metropolitana de Campinas 49
Gráfico 17 - Evolução do Índice de Desenvolvimento em Nova Odessa 49
Figura 04 - Composição do IDHM 50
Gráfico 18 - IDH de Nova Odessa no ranking do Estado de São Paulo 51
Figura 05 - Condições de vida da população de Nova Odessa no ranking do Brasileiro 52
Tabela 24 - O Município de Nova Odessa no Ranking de IDHM do Estado de São Paulo 53

10.1.5.2. Índice de Gini 53
Tabela 25 - Índice de Gini de Nova Odessa 53

10.1.5.3. IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social 54
Figura 06 – Índice Paulista de Responsabilidade Social – Nova Odessa 55

10.1.5.4. IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 57
Figura 07 – Jd São Francisco - Média Vulnerabilidade 59
Figura 08 – IPVS do Município 60

10.1.5.5. IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 60
Gráfico 19 – IFDM do Município 61
Tabela 26 – Ranking do Município de Nova Odessa 62
11. ASPECTOS SOCIAIS 63
11.1. EDUCAÇÃO 63
Figura 09 - Secretaria de Educação – Nova Odessa 63

11.1.1. O PME – Plano Municipal de Educação 65

11.1.2. Escolaridade: Evolução da Matrícula e Indicadores de Rendimento Escolar 66
Figura 10 - CMEI (Centro Municipal de Ensino Infantil) 'Aparecida Rodrigues Prata' 66
Tabela 27 - Dados sobre a Educação no Município de Nova Odessa – IBGE 67
Tabela 28 - População em Idade Escolar no Município de Nova Odessa – 2020 67
Gráfico 20 – Censo Escolar - Matrículas Declaradas 68
Gráfico 21 – Censo Escolar – matrículas declaradas por dia 69
Figura 11 - Análise Comparativa 70
Tabela 29 - Relação de escolas, de acordo com o percentual de declaração entre 2021 e 2020 71

11.1.3 Rede Física Escolar 72
Tabela 30- Equipamentos Municipais de Educação – Creches 72
Figura 12 – CMEI Professora Eleni Whitehead – Jd Marajoara 73
Tabela 31 - Equipamentos Municipais de Educação Fundamental Fase 1º ao 5º Ano 73
Tabela 32 - Equipamentos Particulares de Educação 74
Tabela 33 - Equipamentos Técnicos de Educação 74
Mapa 03 – Equipamentos Municipais e Estaduais e Educação (Em Anexo no Volume Mapas) 75

11.1.4. Evolução da Matrícula e Indicadores de Rendimento Escolar 75
Tabela 34 - Evolução das Matrículas no Município 2018-2021 75
Tabela 35 - Número matriculas por Rede de Ensino em Nova Odessa 76

Gráfico 22 - Taxa de Matriculas por Rede de Ensino em Nova Odessa 76
Tabela 36 - Evolução da População em Idade Escolar em Nova Odessa – 0 à 17 anos 77
Tabela 37 - Evolução da População em Idade Escolar e demais Idades em Nova Odessa – 17 Anos e demais Idades 77
Tabela 38 - Número de Matrículas, Docentes e Escolas no Município de Nova Odessa - 2020 78
Figura 13 - Índices de Aprovação, Reprovação e taxa de Abandono Escolar 78
Tabela 39 - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono Escolar em Nova Odessa 79

11.1.5. IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 79

no Município de Nova Odessa 79

Figura 14 – o que é IDEB 80
Tabela 40 – Escala de crescimento do IDEB nas escolas públicas em Nova Odessa 81
Gráfico 23 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (Pública) 81
Figura 15 – Evolução do IDEB 82
Tabela 41 - Evolução da meta prevista e do IDEB alcançado do 1º ao 5º ano em Nova Odessa 82
Figura 16 - Comparativo da Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do 1o ao 5o Ano 83
Figura 17 - Comparativo da Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do 6º ao 9º ano 84
Tabela 42 - Evolução da Meta Prevista e do IDEB alcançado do 6º ao 9º 85
Figura 18 - Comparativo da Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Médio 85
Tabela 43 - Evolução da Meta prevista e do IDEB alcançado do Ensino Médio 86
Figura 19 - Comparativo IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Publica de Nova Odessa com outros Municípios da Região, do Estado e do País - 2019 86
Figura 20 - Comparativo IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Publica de Nova Odessa com outros municípios da Região, do Estado e do País - 2019 86

11.1.6. Educação Infantil no Município 87

Figura 21 - CMEI Professora Maria Cecília Borriero Milani 88
Figura 22 - CMEI Professora Maria Estela Diniz Gazzetta 88
Tabela 44 – Número de alunos atendidos nas CMEIs – Nova Odessa 2021 89
Tabela 45 – Evolução da população de 0 a 4 no município 90
Tabela 46 - População em idade escolar – Nova Odessa /2021 90
Tabela 47 - Quantidade de Alunos nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil (EMEFEI) em Nova Odessa 91

11.1.7. Educação Básica: Ensino Fundamental no Município 92

Tabela 48 - Evolução da População em idade escolar de 06 a 10 anos em Nova Odessa 92
Tabela 49 - Evolução da População em idade escolar de 10 a 14 anos em Nova Odessa 93
Figura 23 - EMEFEI Prefeito Simão Welsh 93
Tabela 50 - Quantidade de Alunos nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil (EMEFEI) em Nova Odessa 94
Tabela 51 - Quantidade Total de Vagas Estratificadas por Nível de Educação em Nova Odessa 95
Tabela 52 - Evolução da população em idade escolar e demais idades – Nova Odessa 96
Gráfico 24 - Evolução da população em idade escolar Nova Odessa 96
Tabela 53 - Equipamentos Estaduais de Educação 97
Tabela 54 - Evolução da População em idade escolar de 15 a 17 anos em Nova Odessa 97
Figura 24 - Escola Estadual Professora Dorti Zambello Calil 98
Figura 25 - ETEC "Ferrúcio Humberto Gazzetta" 98
Figura 26 - SESI em Nova Odessa 99

11.1.9. Ensino Superior 100
Figura 27 - Colégio e faculdades Network em Nova Odessa 100
11.1.10. Educação de Jovens e Adultos 101
11.1.11. Educação Inclusiva na Rede Municipal 102
Tabela 55 - Quantidade de Alunos atendidos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na Rede Municipal 104
11.1.12. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Nova Odessa 104
Figura 28 - APAE – NOVA ODESSA 104
Figura 29 – Vista aérea APAE – Nova Odessa 105
11.1.13. Planejamento de reformas e Construções de Novas Unidades Escolares 106
Tabela 56 – Construção, Ampliação e Reformas de escolas 106
11.1.14. Transporte Escolar 106
11.2. SAÚDE 107
Figura 30 - Secretaria de Saúde de Nova Odessa 107
11.2.1. Condições de Saúde da População 107
11.2.2. COVID - 19 na Região de Campinas 108
Figura 31 – Estatísticas das Mortes no país 108
Tabela 57 - Casos e Óbitos nos Departamentos Regionais de Saúde do Estado de SP 109
Gráfico 25 – Curva Epidemiológica Casos Região de Campinas 110
Gráfico 26 – Curva Epidemiológica Casos Região de Campinas 110
Figura 32 – Quadro e Gráfico - Resumo Monitoramento COVID-19 111
Gráfico 27 – Evolução da aplicação da 1ª e 2ª doses 111
Mapa 04 - Mapa de Casos da Covid-19 nos Municípios do DRS-Campinas 112
11.2.3. Convenções da Saúde 114
11.2.4. Pacto pela Saúde 115
Tabela 58 - Indicadores Pactuados – Município de Nova Odessa – 2019/2020 116
11.2.5. Indicadores Municipais da Saúde 117
a.1. Taxa de Mortalidade no Município 118
Figura 33 - Taxa de mortalidade no Município – Nova Odessa 118
a.2. Taxa de Mortalidade Infantil no Município 118
Figura 34 - Taxa de Mortalidade Infantil em Nova Odessa em 2020 119
Gráfico 28 - Evolução da Mortalidade Infantil no Município de Nova Odessa 120
Tabela 59 - Agravos de notificação digitadas no Sinan (Sistema Nacional de Atendimento Médico) – Nova Odessa 121
Gráfico 29 - Óbitos por sexo e idade em Nova Odessa – 2021 121
Gráfico 30 - Comparativo = Óbitos por Mês de Ocorrência no Município 122
b) Indicadores de Morbidade 122
Figura 35 - Comparativo do número de leitos do SUS, médicos e enfermeiros 123
11.2.6. Os Serviços de Saúde 123
11.2.6.1. Estrutura do Sistema de Saúde no Município 123
11.2.6.2. Atendimento Ambulatorial 124
a. Saúde Bucal no Município 124
b. UBS – Unidades Básicas de Saúde em Nova Odessa 124
c. Saúde Mental 124
Tabela 60 – Unidades Básicas de Saúde em Nova Odessa 125

Figura 36 - UBS I – Avenida Carlos Botelho – Centro 126
Figura 37 - UBS V – Jardim Alvorada 126
Figura 38 - UBS 7 – Jardim Nossa Senhora de Fátima – Nova Odessa 127
d. Setor de Fisioterapia 127
Figura 39 - Setor de Fisioterapia – Nova Odessa 127
11.2.6.3. Assistência Farmacêutica 128
11.2.6.4. Unidade de Saúde Respiratória 128
Figura 40 - Unidade de Saúde Respiratória em Nova Odessa 128
11.2.6.5. Academia da Saúde no Jardim Alvorada 129
Figura 41 - Academia da Saúde ao lado da UBS V no Jardim Alvorada 129
11.2.6.6. Centro de Especialidades 129
Figura 42 - Ambulatório Médico de Especialidades / Centro de Reabilitação (Fisioterapia) 130
11.2.6.7. Central de Regulação 131
11.2.6.7. Atendimento Hospitalar 132
Figura 43 - Foto do Hospital e Maternidade Municipal Dr. Acilio Carrion 132
Figura 44 - Vista Aérea do Hospital Municipal e Maternidade Acílio Carrion 132
Tabela 61 - Guideline do Hospital de Nova Odessa 133
Figura 45 – Painel Geral do Quadro de Saúde 134
Mapa 05 - Equipamentos de Saúde (em Anexo no Volume Mapas) 134
11.2.7. Setor de Zoonoses 134
11.2.8. Vigilância em Saúde 135
Tabela 62 - Agravos de notificação digitadas no Sinan 137
11.2.9. Vigilância Epidemiológica 137
11.2.10. Vigilância Ambiental 138
11.2.11. Serviço de Transporte de Pacientes 138
11.2.12. Principais ações planejadas pela Secretaria Municipal de Saúde 139
11.3. CULTURA 141
11.3.1. Conceito de Política Cultural 142
11.3.2. Referências Internacionais da Política Cultural 143
a) Agenda 21 145
11.3.3. Cultura como Direito Social Básico – o direito de ter direitos 146
11.3.4. Legislação Brasileira 147
11.3.5. Patrimônio Histórico 148
11.3.6. Equipamentos Municipais de Cultura 149
Tabela 63 – Oferta de Cursos Artísticos no Município 150
Figura 46 - Projeto Guri – Nova Odessa 150
Figura 47 - Barraca da Letônia – Festa das Nações em Nova Odessa 152
Tabela 64 – Associações e Entidades – Nova Odessa 152
Tabela 65 – Igrejas, Templos e Paróquias em Nova Odessa 153
Figura 48 - Paróquia Santa Josefina Bakhita – Jd. Alvorada – Nova Odessa 154
Figura 49 - 2ª Igreja Batista – Nova Odessa 154
Mapa 06 - Equipamentos Públicos de Cultura, Esporte e Lazer 154
11.4. ESPORTES E LAZER 155
Figura 50 - Distintivo do Nova Odessa Atlético Clube Ltda 156
Figura 51 - Estádio Municipal Natal Gazetta 156
Figura 52 - Kartódromo Internacional de Nova Odessa 157
Tabela 66 – Equipamentos Esportivos – Nova Odessa 158

11.5. Ação Social 158
11.5.1. Condições de Acesso aos Serviços Sociais 158
Tabela 67 - Extensão Territorial Municípios - RMC 159
Gráfico 31 - Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS 160
Tabela 68 - População em Vulnerabilidade Social no Município 161
Tabela 69 - Índice de Vulnerabilidade Social nos Municípios da Região Metropolitana de Campinas 162
Gráfico 32 - IVS comparado entre RMC, Estado de São Paulo e Brasil - 2.000/ 2010 162
Tabela 70 - Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 163
11.5.2. Projeto "Vila Melhor Idade" - Nova Odessa 165
Figura 53 – Projeto Vila Melhor Idade 165
11.5.3. Programas e Projetos Federais, Estaduais e Municipais 166
Tabela 71 – Programas e Projetos Federais 166
Tabela 72 – Programas e Projetos Estaduais 167
Tabela 73 – Programas e Projetos Municipais 167
Tabela 74 - Programas e Projetos – Benefícios Continuados em Nova Odessa 167
Tabela 75 - Instituições atendidas pela Diretoria de Gestão Social 168
Figura 54 - Campanha do Copeno 168
Tabela 76 - Programas Desenvolvidos pela Diretoria de Gestão Social 169
11.5.4. Equipamentos Comunitários 169
Tabela 77 - Serviços de Proteção Básica 170
Figura 55 - CRAS Jardim das Palmeiras – Nova Odessa 171
Mapa 07 - CRAS e CREAS – Nova Odessa 172
11.5.5. Cidadania e Parcerias 173
Tabela 78 – Conselhos Municipais 174
Tabela 79 – Cartórios e Bancos do Município de Nova Odessa 175
Figura 56 - Cartório Oficial de Registro de Imóveis e Anexos – Nova Odessa 176
Tabela 80 – Situações de Vulnerabilidade e/ou Risco Social Existentes 178

10. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

As informações sobre a dinâmica social do município de **Nova Odessa** contidas neste capítulo referem-se a aspectos socioeconômicos elementares para dimensionar as deficiências e potencialidades do município, principalmente no que se diz respeito à acessibilidade de equipamentos e igualdade de programas sociais, com ênfase nos segmentos mais carentes da população. Para a leitura foram utilizados dados secundários de fontes oficiais, cujos documentos foram elaborados pelo SEADE, IBGE, IPEA, EMPLASA, PNUD, AGENCAMP, entre outros. Alguns itens foram atualizados e complementados com dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal.

Analisar a ordem de grandeza e a composição da população projetada para os Municípios, associadas às mudanças prováveis nos componentes demográficos, expressas pelos saldos vegetativo e migratório, representam instrumento valioso para o desenho e o monitoramento de políticas em diferentes setores, como saúde, educação, emprego, habitação, entre outros.

10.1. DINÂMICA POPULACIONAL

10.1.1. Formação e Evolução Populacional da RMC

A dinâmica populacional, em especial a mobilidade da população no território comporta inúmeras trajetórias determinadas por mecanismos que atraem e que expulsam pessoas ou famílias. Essa dinâmica provoca alterações, na maioria das vezes, de grande importância para a conformação do espaço, na distribuição e na apropriação de bens e serviços, de tal forma que a sua observância é fundamental para a definição das políticas públicas. As migrações de outros Estados para o Estado de São Paulo foram responsáveis pelo grande "boom" dos anos 40 e 50. Nesse período, as migrações responderam por 76% do crescimento total de São Paulo, tendo caído desde então para menos de 50%.

De acordo com os dados populacionais apresentados por Jannuzzi[1] em 1940, enquanto o Estado de São Paulo apresentava uma população de 7.180.316 habitantes, o Município de Campinas apresentava uma população de 129.940 habitantes, ou seja, o município compreendia 18% da população paulista. Campinas também vivenciou este momento marcado pela migração e pela multiplicação de bairros nas proximidades das

[1] *Textos NEPO (Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - Nepo da Unicamp) n.o 34 - Redistribuição Regional da População no Interior Paulista nos Anos 80: em busca dos determinantes estruturais do fenômeno-Paulo de Martino Jannuzzi – 1998.*

fábricas, dos estabelecimentos e das grandes rodovias em implantação - Via Anhanguera (1948), Rodovia dos Bandeirantes (1979) e Rodovia Santos Dumont (década de 1980).

Estes novos bairros, implantados originalmente sem infraestrutura urbana, conquistaram uma melhor condição de urbanização entre as décadas de 1950 a 1990, ao mesmo tempo em que o território da cidade aumentava 15 vezes e, sua população, cerca de cinco vezes. De maneira especial, entre as décadas de 1970/1980, os fluxos migratórios levaram a população a praticamente duplicar de tamanho.

Assim na década de 70 tem início a expansão metropolitana de Campinas, impulsionada pelo processo de interiorização da indústria no Estado de São Paulo, atraindo população e investimentos. Essa nova dinâmica urbana e regional imprimiu novas características às funções das cidades, especialmente do polo regional. A influência da cidade-sede transpõe os limites administrativos, atinge as cidades vizinhas e conduz à formação de um conglomerado de cidades cuja integração depende menos do tamanho populacional do que das demandas geradas a partir das especificidades da dinâmica regional (CANO, 1989 e 1992; SEMEGHINI, 1991)[2].

Em 2000 é criada a Região Metropolitana de Campinas integrada por 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, **Nova Odessa**, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. É a segunda maior região metropolitana do Estado de São Paulo em população.

Considerando a composição legal da Região Metropolitana de Campinas, o entorno metropolitano vem registrando taxas de crescimento mais elevadas do que a sede, no período 1990/2000, resultando em uma desconcentração da população da sede, que passa de 55%, em 1970, para cerca de 40% da população metropolitana, em 2000, como podemos verificar na Tabela 01.

De acordo com dados da EMPLASA (SÃO PAULO, 2005), o ritmo de crescimento da população do Estado de São Paulo vem apresentando uma desaceleração decorrente, entre outros fatores, devido a redução dos fluxos migratórios interestaduais. A taxa geométrica de crescimento anual do estado (TGCA) passou de 1,80% ao ano, no período 1991-2000, para 1,33% ao ano entre os anos 2010 e 2019.

A TGC/RMC na última década demonstrou um crescimento bem maior do que ocorreu no Estado.

[2] *Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento-EA URBANIZAÇÃO-Revista de Economia Política n.o 9/Urbanização, desenvolvimento econômico e entidades regionais: reflexões sobre a experiência paulista W Cano, U SAMEGHINI-A nova organização regional do estado de São Paulo: subsídios para um modelo/SEMEGHINI, Ulysses Cidade; CANO, Wilson. Urbanização, Desenvolvimento Econômico e Entidades Regionais: algumas reflexões sobre a experiência paulista. In: Anais do Seminário da FUNDAP,1991, São Paulo. Subsídios para um Novo Modelo de Organização Regional, 1991.*

Tabela 01 – Taxas Geométricas[3] de Crescimento da RMC em Relação ao país e ao Estado de São Paulo – 1991-2021

Região	População				TGCA		
	1991	2000	2010	2021	1991/2000	2000/2010	2010/2021
Brasil	146.825.475	169.799.170	190.755.799	213.317.639	1,64	1,17	1,25
Estado de S.P.	31.588.925	37.032.403	41.252.160	46.649.132	1,80	1,32	0,78
RMC	1.866.025	2.338.148	2.792.855	3.349.858	2,56	1,84	1.26

Fonte: Emplasa – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

Além desta diminuição das taxas, observa-se também que vem ocorrendo um redirecionamento dos pontos de atração e concentração da população no território paulista (CBH-PCJ, 2006)[4]. Neste contexto, as taxas de crescimento anual da Região Metropolitana de Campinas também têm apresentado uma queda, influenciadas pela diminuição do volume migratório.

Entretanto, analisando-se os dados populacionais desta Região referentes a 1991, 2000, 2010, e 2018 verifica-se que tais taxas permanecem superiores às taxas nacionais e estaduais.

Considerando a contagem em projeção populacional efetuada em 2018, a RMC teve um acréscimo de 204.231,09 habitantes, entre 2010 e 2018, passando a contar com 3,12 milhões de habitantes. Deste montante, o município de Campinas, isoladamente, abrigava pouco mais de um milhão de habitantes, equivalente a 37,10% da RMC. Nesse período, a taxa geométrica de crescimento anual (TGCA) da população caiu novamente, ficando na marca de 1,33% a.a.

Entre 2000 e 2010, os municípios que tiveram uma taxa anual de crescimento superior a 3% foram Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Jaguariúna e Paulínia, sendo que este último teve um crescimento populacional expressivo de mais de 5% a.a.

Os municípios de Americana, Campinas, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré, embora tenham sofrido uma diminuição nas taxas de crescimento populacional, correspondiam, no ano 2000, a 65% do total populacional e, em 2010, a 62,70% do total populacional da RMC.

Observa-se que os municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas surgiram com os desmembramentos municipais a partir de seis dos municípios mais antigos do Estado de São Paulo – Campinas, Mogi Mirim, Itu, Jundiaí, Amparo e Bragança.

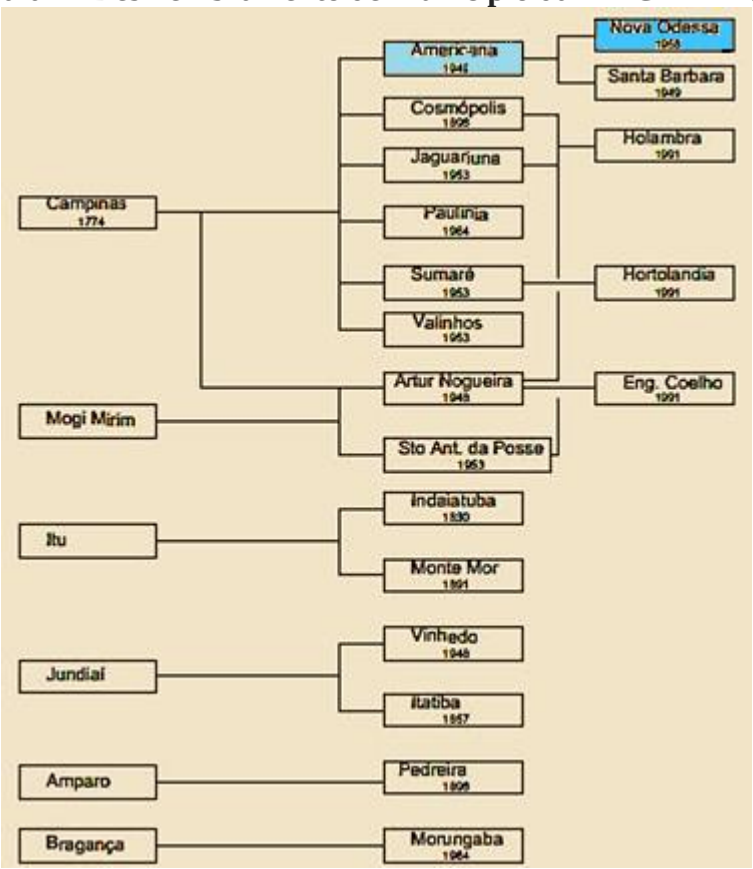
A Figura a seguir, ilustra o processo de desmembramento municipal da Região

[3] Taxa Geométrica de Crescimento – TGC: O TGCA da população revela, em percentual, quanto a população cresceu ao ano durante o período indicado. O dado mostra o ritmo de crescimento populacional, sendo influenciado pela dinâmica de sendo influenciado pela dinâmica de natalidade, mortalidade e migrações

[4] Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2004/2006, CBH- PCJ (Irrigart), 2007

Metropolitana de Campinas, composta por 20 municípios, dos quais os três últimos a serem criados aconteceram ao longo da década de 1990.

Figura 01 – Desmembramento de Município da RMC – 1774/1991



Fonte: Seade, para municípios criados até 1990; Siqueira[5], para municípios criados a partir de 1991.

A expansão territorial da zona urbana processou-se por meio do crescimento acelerado dos núcleos suburbanos estabelecidos ao longo das ferrovias e vias de circulação rodoviária e pela consequente absorção destes pela mancha urbana da cidade. Essas transformações espaciais desencadearam um processo de duas tendências aparentemente opostas, que dariam origem, mais tarde, à constituição da Região Metropolitana de Campinas, de fusão e conurbação territorial do espaço urbano; a segunda, de desmembramento político administrativo de vários centros suburbanos. Dos municípios de Campinas, Mogi Mirim, Jundiaí e Itu, a partir de 1830, nos arredores campineiros passaram a existir cerca de 20 municípios, que integrados formam a RMC.

Em função desse processo, a urbanização do estado passaria por um novo ciclo - a partir de 1970, conhecido como a reversão da população do estado. Através desse

[5] *PCJ (Irrigart), 2007*

processo, a população da RMSP começaria a assistir uma desaceleração do seu crescimento e, em contrapartida, as cidades médias do interior paulista assistiriam a uma aceleração do seu crescimento populacional – o que ocorreu com municípios como Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, que se firmaram como novos polos de crescimento populacional, com taxas de expansão demográfica superiores às da capital e da Grande São Paulo.

Na tabela, a seguir, podemos constatar a evolução da população total da RMC em relação à sua capital.

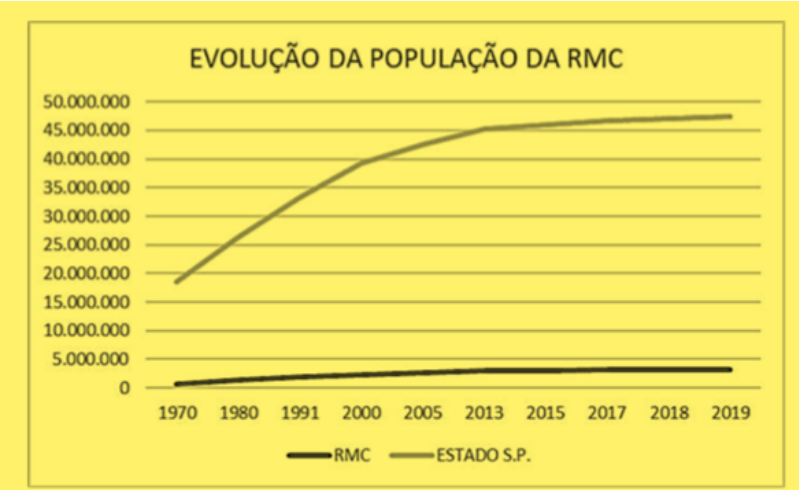
Tabela 03 - Evolução da População Total da RMC e Estado de São Paulo

ANO	RMC	EST. SÃO PAULO	DISTRIBUIÇÃO RELAT. RMC/ESP(%)		
				RMC	ESTADO SP
1970	680.826	17.771.848	38,30	4,74	3,34
1980	1.276.755	25.040.712	50,98	6,15	3,49
1991	1.864.745	31.436.273	59,31	3,39	2,12
2000	2.338.148	36.974.378	48,28	2,53	1,82
2005	2.578.033	39.949.487	63,23	1,88	1,50
2015	3.012.313	43.046.555	70,18	1,51	0,87
2019	3.123.180	44.314.930	71,26	1,11	0,73
2021	3.178.613	44.949.117	72,27	1,12	0,73

Fonte: Seade. O novo retrato de São Paulo (1992), para 1970; Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1980 a 2019; Seade. Projeção populacional de 2007 e 2019.

O gráfico a seguir demonstra a evolução populacional comparativa entre o Estado de São Paulo e a Região Metropolitana de Campinas.

Gráfico 01 - Evolução da População da RMC e do Estado de São Paulo



Fonte: Fundação SEADE

A análise da Tabela e do Gráfico acima explicita de forma bastante clara a desaceleração do crescimento populacional na RMC. Suas taxas de crescimento, superiores as médias vivenciadas pelo estado até 2000, começam a se manter em um crescente equilibrado, sem qualquer sinal do boom da década de 80. Enquanto o intervalo 1970/80 registrou um incremento populacional superior a 4% a.a., os anos 80 marcaram taxas de crescimento próximas a 1,8% a.a. Tais índices seguiram em pequeno aumento até 2007, ano em que a população da Região Metropolitana de Campinas crescia a pouco mais de 1,3% a.a. Nesse contexto, a importância populacional da Região no total do Estado configura-se em desaceleração crescente: de 50% nos anos 80, para 47,53% em 2014.

Por outro lado, a REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS ocupa uma área de 27.079 km², que representa 10,9% do Estado. É suprida por grande malha rodoviária, em que se destacam as rodovias Anhanguera e Bandeirantes, ligando a região a São Paulo e ao interior do Estado. Há também ferrovia operada pela RUMO Logística, além de inúmeras estradas vicinais. A região é servida, ainda, pelo gasoduto Bolívia-Brasil. O Aeroporto Internacional de Viracopos, o segundo maior do Brasil em movimento de carga aérea e o primeiro em volume e valor de importação, serve a região. As principais bacias hidrográficas são as dos rios Piracicaba/Capivari/Jundiaí, que propiciaram forte presença da atividade industrial. Até o final do século XIX, a região foi a maior produtora de café do Estado. Com o declínio da produção cafeeira, expandiram-se a indústria e os transportes, além de terem sido instaladas a refinaria de Paulínia, instituições de pesquisa e universidades. A população regional, em 2005, era de 5.916.224 habitantes, representando 14,8% do total estadual. Nos períodos de 1980/1991, 1991/2000 e 2000/2005, a taxa geométrica de crescimento da população foi de 2,91%, 2,31% e 1,91% ao ano, continuando a ser superior à do total do Estado de são Paulo, de 2,12%, 1,82% e 1,56%, respectivamente. Em 2005, além do Município de Campinas, com cerca de 1.029.898 habitantes, a região administrativa possuía quatro municípios com mais de 200 mil habitantes: Piracicaba (356 mil), Jundiaí (346 mil), Limeira (272 mil) e Sumaré (221 mil). O produto Interno Bruto (PIB) da região administrativa de Campinas, em 2018, foi de R$ 97,3 bilhões, e representa 2,7%o do produto interno bruto nacional.

A Região Administrativa de Campinas caracteriza-se por uma agricultura moderna e diversificada, pelo mais expressivo parque industrial do interior do Estado de São Paulo e por um setor de serviços moderno, sofisticado e de alta tecnologia. A cana-de-açúcar predomina na agricultura. A citricultura também tem grande participação e vem se modernizando com o adensamento do plantio. O café também tem destaque, e aquele produzido na região de São João da Boa Vista é de qualidade superior, beneficiado por condições agroecológicas, de clima e relevo. É também importante produtora de batata e lidera a produção nacional de flores, parte da qual é exportada para

diversos países do mundo. O município de Holambra possui o maior centro de comercialização de flores e plantas da América Latina, o Veiling Holambra. A produção de frutas também é significativa na região. Campinas é a segunda região do Estado de São Paulo em valor de produção industrial, atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo, e responsável por mais de 10% do total da produção industrial nacional. Várias cidades da região têm no turismo a sua principal atividade econômica, como é o caso das estâncias hidrominerais de Atibaia, Serra Negra, Águas de Lindóia, Águas de São Pedro, Amparo e Lindóia, conhecidas pela qualidade terapêutica de suas águas. A região possui diversos arranjos produtivos locais (APL), como de equipamentos médicos e de tecnologia da informação, em Campinas; de flores, em Holambra; de joias folheadas, em Limeira; entre outros.

A Região Administrativa de Campinas é composta por 90 municípios: Aguaí, Águas da Prata, Águas de Lindóia, Águas de São Pedro, Americana, Amparo, Analândia, Araras, Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Brotas, Cabreúva, Caconde, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Casa Branca, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Cosmópolis, Divinolândia, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Ipeúna, Iracemápolis, Itapira, Itatiba, Itirapina, Itobi, Itupeva, Jaguariúna, Jarinu, Joanópolis, Jundiaí, Leme, Limeira, Lindóia, Louveira, Mococa, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Morungaba, Nazaré Paulista, **Nova Odessa**, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, Piracicaba, Pirassununga, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, Santo Antônio de Posse, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Pedro, São Sebastião da Grama, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Tambaú, Tapiratiba, Torrinha, Tuiuti, Valinhos, Vargem, Vargem Grande do Sul, Várzea Paulista e Vinhedo.

Mapa 01: Região Administrativa de Campinas

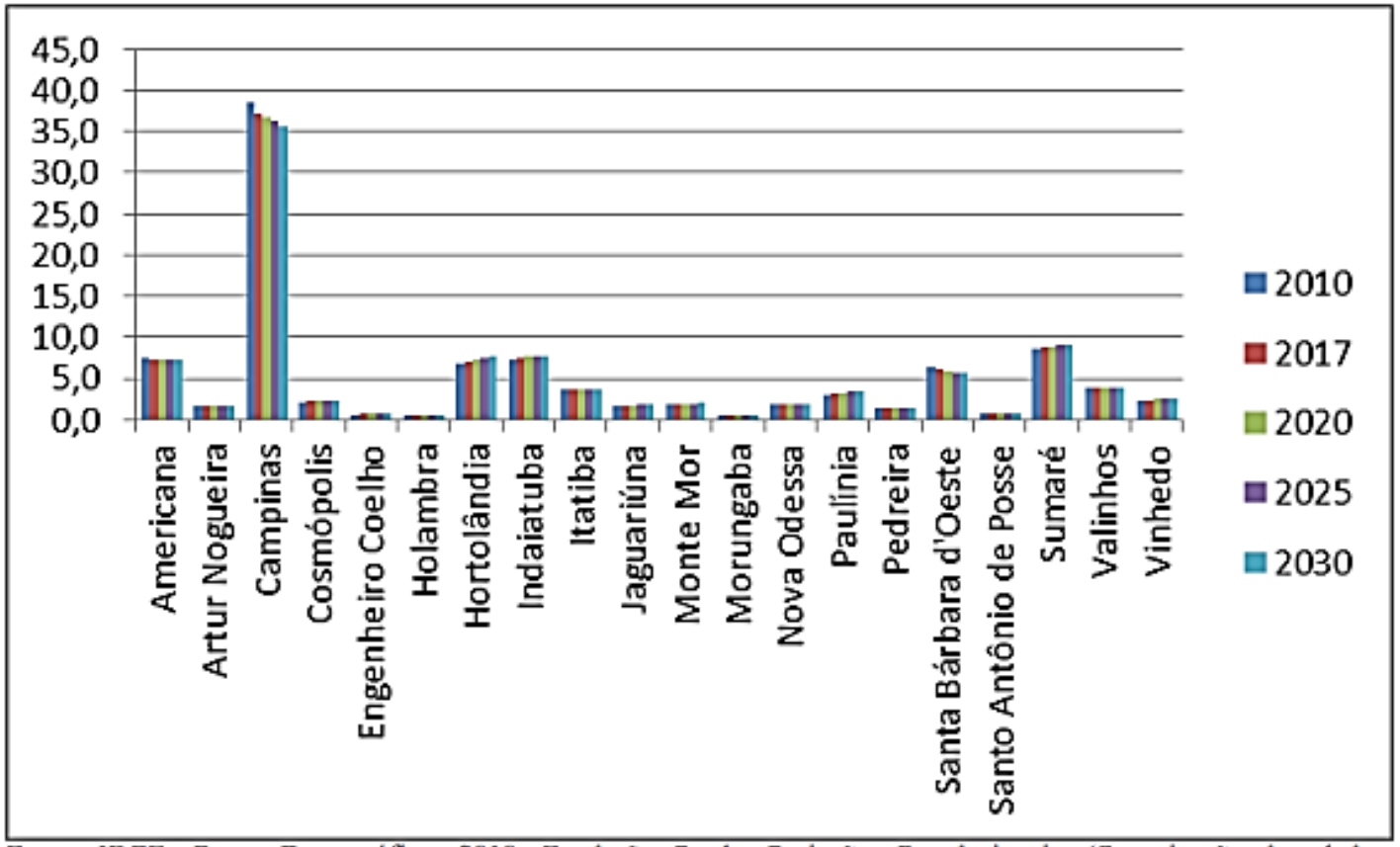
Fonte: spbr.com.br

Tabela 04 – População residente, crescimento populacional, e peso relativo da população por municípios - Região Metropolitana de Campinas, 2010, 2017, 2020, 2025, 2030

Municípios	População residente					Crescimento populacional							
						Absoluto				Taxa Média Anual (%)			
	2010	2017	2020	2025	2030	2010/2017	2017/2020	2020/2025	2025/2030	2010/2017	2017/2020	2020/2025	2025/2030
Americana	210.638	227.223	233.458	241.651	246.562	16.585	6.235	8.193	4.911	1,09	0,91	0,69	0,40
Artur Nogueira	44.177	50.351	52.609	55.757	58.294	6.174	2.258	3.148	2.537	1,89	1,47	1,17	0,89
Campinas	1.080.113	1.150.753	1.175.501	1.206.092	1.223.394	70.640	24.748	30.591	17.302	0,91	0,71	0,52	0,29
Cosmópolis	58.827	67.647	71.282	76.075	80.085	8.820	3.635	4.793	4.010	2,02	1,76	1,31	1,03
Engenheiro Coelho	15.721	19.190	20.535	22.343	23.737	3.469	1.345	1.808	1.394	2,89	2,28	1,70	1,22
Holambra	11.299	13.616	14.493	15.617	16.536	2.317	877	1.124	919	2,70	2,10	1,51	1,15
Hortolândia	192.692	218.934	230.268	247.142	260.650	26.242	11.334	16.874	13.508	1,84	1,70	1,42	1,07
Indaiatuba	201.619	232.586	242.868	255.619	264.595	30.967	10.282	12.751	8.976	2,06	1,45	1,03	0,69
Itatiba	101.471	113.324	117.916	123.870	127.769	11.853	4.592	5.954	3.899	1,59	1,33	0,99	0,62
Jaguariúna	44.311	52.125	54.848	58.068	60.561	7.814	2.723	3.220	2.493	2,35	1,71	1,15	0,84
Monte Mor	48.949	56.359	59.614	64.475	68.415	7.410	3.255	4.861	3.940	2,03	1,89	1,58	1,19
Morungaba	11.769	12.815	13.247	13.816	14.252	1.046	432	569	436	1,22	1,11	0,84	0,62
Nova Odessa	51.242	56.142	58.039	60.329	61.984	4.900	1.897	2.290	1.655	1,31	1,11	0,78	0,54
Paulínia	82.146	98.915	105.037	114.048	120.455	16.769	6.122	9.011	6.407	2,69	2,02	1,66	1,10
Pedreira	41.558	45.161	46.548	48.377	49.717	3.603	1.387	1.829	1.340	1,19	1,01	0,77	0,55
Santa Bárbara d'Oeste	180.009	186.296	188.745	191.691	193.153	6.287	2.449	2.946	1.462	0,49	0,44	0,31	0,15
Santo Antônio de Posse	20.650	22.214	22.849	23.750	24.453	1.564	635	901	703	1,05	0,94	0,78	0,59
Sumaré	241.311	271.202	283.212	299.842	313.381	29.891	12.010	16.630	13.539	1,68	1,45	1,15	0,89
Valinhos	106.793	120.369	124.742	130.121	133.638	13.576	4.373	5.379	3.517	1,72	1,20	0,85	0,53
Vinhedo	63.611	73.561	77.521	82.229	85.651	9.950	3.960	4.708	3.422	2,10	1,76	1,19	0,82
Região Metropolitana de Campinas	2.808.906	3.088.783	3.193.332	3.330.912	3.427.282	279.877	104.549	137.580	96.370	1,37	1,12	0,85	0,57
Estado de São Paulo	41.262.199	43.674.533	44.639.899	45.925.092	46.825.450	2.412.334	965.366	1.285.193	900.358	0,81	0,73	0,57	0,39

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010; Fundação Seade, Projeções Populacionais. (Organização dos dados Nepo/Unicamp)

Gráfico 02 – Participação da população dos municípios na região. **Região Metropolitana de Campinas, 2010, 2017, 2020, 2025 e 2030**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010; Fundação Seade, Projeções Populacionais. (Organização dos dados Nepo/Unicamp)

Em se tratando de projeções, toda e qualquer análise feita a partir de seus resultados deve ser tomada com alguns cuidados e levando em conta seu caráter de estimativa. Portanto, é passível de mudança ou alguma variação, dependendo do cumprimento ou não das hipóteses relativas ao componente demográfico (fecundidade, mortalidade e migração). É nesse sentido que as considerações a seguir referem-se ao quadro que se espera encontrar na população da RM e seus municípios nos próximos 22 anos. Feito este esclarecimento, pode-se observar, pela Tabela 05, que a tendência geral esperada é de diminuição das taxas de crescimento anuais, principalmente do município sede da região, Campinas. Mesmo assim, a região passará de uma população de cerca de 2,8 milhões, de acordo com os dados do censo de 2010, para uma população de mais de 3,4 milhões em 2030, de acordo com as projeções da Fundação Seade.

Os dados da projeção ainda levam em conta que a migração externa, ou seja, aquela que provém de outras regiões, em particular da RM de São Paulo, terá algum impacto na região, já que o crescimento populacional total acima de 1,5% somente se justificaria com uma migração líquida ainda positiva pelo menos até 2025. Ainda com relação à migração, percebe-se pelos dados da Tabela 05 que as taxas de migração líquida apresentam certa tendência de convergência no que se refere ao diferencial apresentado pelos municípios metropolitanos até 2030. Os dados projetados demonstram que até municípios com taxas acima da média registrarão quedas de suas taxas no período 2025-2030.

Tabela 05 - Taxas de migração líquida anuais por município. Região Metropolitana de Campinas – 2010/2015, 2015/2020, 2020/2025 e 2025/2030

Municípios	Taxa de migração líquida (% a.a.)			
	2010/2015	2015/2025	2020/2025	2025/2030
Americana	0,70	0,55	0,50	0,38
Artur Nogueira	1,30	0,75	0,60	0,50
Campinas	0,35	0,22	0,21	0,16
Cosmópolis	1,30	1,00	0,70	0,60
Engenheiro Coelho	2,00	1,20	0,80	0,50
Holambra	1,90	1,10	0,70	0,55
Hortolândia	1,00	0,85	0,75	0,60
Indaiatuba	1,60	0,80	0,55	0,40
Itatiba	1,10	0,80	0,60	0,40
Jaguariúna	1,80	0,95	0,55	0,45
Monte Mor	1,10	0,94	0,80	0,60
Morungaba	0,50	0,40	0,30	0,25
Nova Odessa	0,80	0,60	0,40	0,35
Paulínia	2,00	1,10	0,95	0,55
Pedreira	0,70	0,52	0,45	0,40
Santa Bárbara d'Oeste	-0,10	-0,05	0,00	0,05
Santo Antônio de Posse	0,45	0,35	0,30	0,25
Sumaré	0,80	0,60	0,50	0,45
Valinhos	1,50	0,80	0,60	0,45
Vinhedo	1,60	1,20	0,80	0,60
Região Metropolitana de Campinas	0,78	0,52	0,43	0,33

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010; Fundação Seade, Projeções Populacionais. (Organização dos dados Nepo/Unicamp)

No sentido de detalhar ainda mais a análise do papel da migração na dinâmica populacional ao longo período da projeção, a tabela 06 traz a participação do crescimento vegetativo e migratório nas taxas de crescimento da região.

O que se observa é que o peso do crescimento migratório irá aumentar em todos os municípios.

O aumento da importância da migração no crescimento decorre muito mais da queda na importância do crescimento vegetativo[6] (considerando a tendência de queda na taxa de fecundidade).

Exemplo disso é o município de Americana que, já avançado com relação à queda de sua fecundidade, terá 94% de participação da migração em seu crescimento populacional.

Os municípios em que o crescimento vegetativo terá um peso maior que o migratório até 2030 são aqueles que apresentam taxas de crescimento maiores que a média da região, como Engenheiro Coelho, Holambra, Morungaba, Santa Bárbara d'Oeste e Santo Antônio de Posse.

Tabela 06 – Peso relativo das componentes demográficas sobre crescimento populacional por município. Região Metropolitana de Campinas – 2010/2015, 2015/2020, 2020/2025 e 2025/2030

Municípios	Peso do crescimento (%)							
	2010/2015		2015/2025		2020/2025		2025/2030	
	Migratório	Vegetativo	Migratório	Vegetativo	Migratório	Vegetativo	Migratório	Vegetativo
Americana	60,6	39,4	61,0	39,0	72,5	27,5	94,4	5,6
Artur Nogueira	64,1	35,9	51,3	48,7	51,6	48,4	56,2	43,8
Campinas	35,6	64,4	30,3	69,7	40,9	59,1	56,2	43,8
Cosmópolis	62,1	37,9	57,4	42,6	53,8	46,2	58,4	41,6
Engenheiro Coelho	65,0	35,0	53,2	46,8	47,4	52,6	41,3	58,7
Holambra	65,7	34,3	52,9	47,1	46,9	53,1	48,1	51,9
Hortolândia	53,2	46,8	50,6	49,4	53,0	47,0	56,4	43,6
Indaiatuba	70,2	29,8	55,5	44,5	53,8	46,2	58,0	42,0
Itatiba	65,5	34,5	60,5	39,5	60,9	39,1	64,5	35,5
Jaguariúna	70,1	29,9	56,0	44,0	48,2	51,8	53,5	46,5
Monte Mor	53,2	46,8	50,3	49,7	51,1	48,9	50,9	49,1
Morungaba	39,7	60,3	36,2	63,8	35,7	64,3	40,2	59,8
Nova Odessa	57,9	42,1	54,2	45,8	51,7	48,3	64,7	35,3
Paulínia	68,7	31,3	55,0	45,0	57,7	42,3	50,3	49,7
Pedreira	55,6	44,4	52,0	48,0	58,4	41,6	73,2	26,8
Santa Bárbara d'Oeste	-19,5	119,5	-11,5	111,5	0,0	100,0	32,9	67,1
Santo Antônio de Posse	41,5	58,5	37,2	62,8	38,8	61,2	42,9	57,1
Sumaré	45,5	54,5	41,6	58,4	43,8	56,2	51,0	49,0
Valinhos	78,3	21,7	67,3	32,7	71,1	28,9	84,4	15,6
Vinhedo	72,5	27,5	68,7	31,3	67,9	32,1	73,6	26,4
Região Metropolitana de Campinas	53,3	46,7	46,8	53,2	50,7	49,3	58,6	41,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010; Fundação Seade, Projeções Populacionais. (Organização dos dados Nepo/Unicamp)

Todos os municípios da RMC vêm passando por um processo de envelhecimento populacional. Entretanto, são os municípios de Campinas, Pedreira, Valinhos e Vinhedo, além de Americana, Santa Bárbara do Oeste e Nova Odessa, os que mais concentram, e continuarão

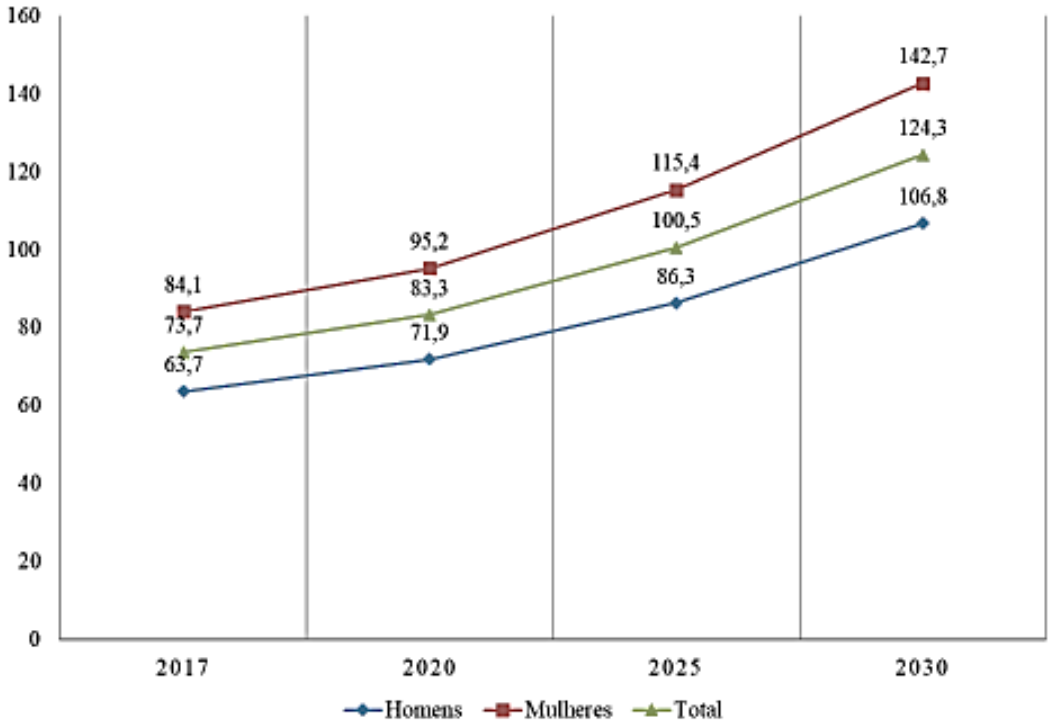
[6] *Crescimento vegetativo, que é a diferença entre nascimentos e mortes, é importante no estudo de fenômenos demográficos e para conhecer as condições de vida de uma população*

concentrando, população idosa nos próximos anos. A estimativa é que estes municípios tenham pelo menos 20% de sua população residente com mais de 60 anos de idade em 2030.

No caso de Campinas, o número de idosos passará de 170 mil em 2017 para quase 260 mil idosos em 2030, ou seja, em números absolutos a população acima de 60 anos terá um incremento de quase 100 mil pessoas, o que sinaliza a necessidade de já se pensar em um conjunto de políticas voltadas para esta população que demanda cuidados especiais. Outra forma de examinar o envelhecimento da população é através do uso do índice de envelhecimento (Gráfico 03).

Ao observar o seu comportamento ao longo do tempo para Região Metropolitana de Campinas, percebe-se que ambos os sexos vêm passando por um acentuado processo de envelhecimento populacional, embora se observe certo diferencial. Nota-se que a população feminina tende a ser mais envelhecida que o sexo oposto. Em 2030, por exemplo, o índice de envelhecimento feminino possivelmente será de 142 idosas para cada 100 crianças do mesmo sexo, sendo que no caso dos homens esta razão será de 106 idosos para cada 100 crianças. Já é por demais conhecido que este fato se relaciona à maior mortalidade entre os homens, sobretudo depois dos 50 anos. Sobre a questão de uma maior sobrevivência feminina, há de se levar em consideração as políticas voltadas a assistência para envelhecimento da mulher, já que muitas mulheres perdem seus companheiros mais cedo, passando a ficar sozinhas e, por vezes, estas podem não ter uma rede de apoio.

Gráfico 03 – Índice de envelhecimento (%). Região Metropolitana de Campinas – 2017, 2020, 2025 e 2030



Fonte: Fundação Seade, Projeções Populacionais. (Organização dos dados Nepo/Unicamp)

Por fim, as tabelas 07 e 08 apresentam a evolução da PIA e da PEA entre os anos de 2017 e 2030. A análise de tais grupos ajuda a pensar na população que teoricamente estaria apta para contribuir com a força de trabalho, assim como aquela demandante por empregos. Pelos resultados se percebe, como se esperava, que os maiores volumes e incrementos mais importantes, tanto da PIA quanto da PEA, estariam concentrados no polo e subpolo da região, representados pelos municípios de Campinas e Americana, respectivamente, onde a população e o mercado de trabalho são maiores que os demais municípios metropolitanos.

Tabela 07 – Volume, crescimento absoluto e participação relativa da PIA por município. Região Metropolitana de Campinas – 2017 a 2030

Município	PIA				Crescimento absoluto			Participação relativa na PIA da			
	2017	2020	2025	2030	2017-2020	2020-2025	2025-2030	2017	2020	2025	2030
Americana	153.750	155.005	154.749	154.161	1.255	-256	-588	7,31	7,22	7,10	7,01
Artur Nogueira	34.603	36.097	37.543	38.432	1.494	1.446	889	1,64	1,68	1,72	1,75
Campinas	773.999	777.422	775.981	776.384	3.423	-1.441	403	36,79	36,22	35,62	35,29
Cosmópolis	46.385	48.748	51.073	52.727	2.363	2.325	1.654	2,20	2,27	2,34	2,40
Engenheiro Coelho	13.327	14.356	15.445	16.181	1.029	1.089	736	0,63	0,67	0,71	0,74
Holambra	9.274	9.717	10.076	10.466	443	359	390	0,44	0,45	0,46	0,48
Hortolândia	153.600	160.442	168.418	173.767	6.842	7.976	5.349	7,30	7,48	7,73	7,90
Indaiatuba	160.120	165.662	169.641	171.798	5.542	3.979	2.157	7,61	7,72	7,79	7,81
Itatiba	77.609	80.053	81.772	82.628	2.444	1.719	856	3,69	3,73	3,75	3,76
Jaguariúna	35.609	37.059	38.231	39.303	1.450	1.172	1.072	1,69	1,73	1,75	1,79
Monte Mor	38.227	40.208	42.763	44.890	1.981	2.555	2.127	1,82	1,87	1,96	2,04
Morungaba	8.541	8.764	8.923	9.086	223	159	163	0,41	0,41	0,41	0,41
Nova Odessa	38.533	39.330	39.701	39.676	797	371	-25	1,83	1,83	1,82	1,80
Paulínia	68.045	71.517	75.415	77.965	3.472	3.898	2.550	3,23	3,33	3,46	3,54
Pedreira	30.831	31.406	31.580	31.849	575	174	269	1,47	1,46	1,45	1,45
Santa Bárbara d'Oeste	126.937	125.714	122.754	119.990	-1.223	-2.960	-2.764	6,03	5,86	5,63	5,45
Santo Antônio de Posse	15.016	15.402	15.735	15.859	386	333	124	0,71	0,72	0,72	0,72
Sumaré	186.549	192.832	200.441	206.029	6.283	7.609	5.588	8,87	8,98	9,20	9,36
Valinhos	82.676	84.385	84.818	84.075	1.709	433	-743	3,93	3,93	3,89	3,82
Vinhedo	50.185	52.199	53.661	54.900	2.014	1.462	1.239	2,39	2,43	2,46	2,50
RMC	**2.103.816**	**2.146.318**	**2.178.720**	**2.200.166**	**42.502**	**32.402**	**21.446**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Fundação Seade, Projeções Populacionais. (Organização dos dados Nepo/Unicamp)

Tabela 08 - Volume, crescimento absoluto e participação relativa da PEA por município. Região metropolitana de Campinas – 2017 a 2030

Município	PEA				Crescimento absoluto			Participação relativa na PEA da RMC (%)			
	2017	2020	2025	2030	2017-2020	2020-2025	2025-2030	2017	2020	2025	2030
Americana	118.582	119.871	119.658	118.408	1.289	-214	-1.250	7,30	7,21	7,09	7,00
Artur Nogueira	26.689	27.938	29.127	29.713	1.249	1.190	586	1,64	1,68	1,73	1,76
Campinas	598.090	602.785	600.724	595.213	4.694	-2.060	-5.511	36,82	36,26	35,60	35,19
Cosmópolis	35.800	37.685	39.541	40.709	1.885	1.856	1.169	2,20	2,27	2,34	2,41
Engenheiro Coelho	10.343	11.169	12.036	12.556	826	866	520	0,64	0,67	0,71	0,74
Holambra	7.145	7.505	7.813	8.008	361	308	195	0,44	0,45	0,46	0,47
Hortolândia	118.452	124.342	130.879	134.601	5.890	6.537	3.722	7,29	7,48	7,76	7,96
Indaiatuba	123.740	128.388	131.625	132.426	4.649	3.237	801	7,62	7,72	7,80	7,83
Itatiba	59.887	61.970	63.496	63.721	2.083	1.526	225	3,69	3,73	3,76	3,77
Jaguariúna	27.570	28.802	29.679	30.181	1.232	877	503	1,70	1,73	1,76	1,78
Monte Mor	29.443	31.172	33.200	34.573	1.730	2.028	1.373	1,81	1,88	1,97	2,04
Morungaba	6.578	6.779	6.911	6.972	201	133	61	0,40	0,41	0,41	0,41
Nova Odessa	29.702	30.427	30.721	30.552	725	294	-169	1,83	1,83	1,82	1,81
Paulínia	52.553	55.269	58.335	59.820	2.716	3.065	1.485	3,24	3,32	3,46	3,54
Pedreira	23.799	24.299	24.486	24.481	500	186	-5	1,47	1,46	1,45	1,45
Santa Bárbara d'Oeste	97.740	97.026	94.613	91.938	-714	-2.414	-2.674	6,02	5,84	5,61	5,44
Santo Antônio de Posse	11.533	11.882	12.167	12.236	349	285	69	0,71	0,71	0,72	0,72
Sumaré	144.172	149.549	155.163	158.451	5.378	5.614	3.288	8,88	9,00	9,20	9,37
Valinhos	63.778	65.209	65.497	64.656	1.431	288	-841	3,93	3,92	3,88	3,82
Vinhedo	38.774	40.418	41.595	42.197	1.644	1.177	602	2,39	2,43	2,47	2,49
RMC	**1.624.369**	**1.662.487**	**1.687.266**	**1.691.414**	**38.118**	**24.779**	**4.147**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: IBGE, PNAD, 2015; Fundação Seade, Projeções Populacionais. (Organização dos dados Nepo/Unicamp)

No caso específico da população em idade escolar, projetada para os anos de 2017, 2020, 2025 e 2030 (Tabela 9), observa-se para a região como um todo uma tendência de redução, ainda

que tênue, na participação relativa da população em idade correspondente à educação infantil, concomitantemente a um aumento registrado nos demais grupos etários correspondentes ao ensino fundamental, ensino médio e 18 a 19 anos.

De fato, a população em idade correspondente à educação infantil prospectada para a RMC como um todo, em 2017, era representativa de 29,6%, e para o final do período da projeção, após 13 anos, o seu valor deverá chegar a 27,2%.

Enquanto isso, a população em idade correspondente ao ensino fundamental passará de 42,9%, em 2017, para 45,5% em 2030.

Em termos absolutos, a população de 0 a 5 anos se reduzirá de cerca de 230 mil para pouco mais de 200 mil pessoas em 2030.

Em contrapartida, em função da inércia demográfica já comentada anteriormente, mesmo em um contexto de baixo crescimento da população total da região, a população demandante do ensino fundamental observaria um aumento de 335,5 mil para 342,4 mil pessoas.

Tabela 09 – População em idade escolar por município. Região Metropolitana de Campinas – 2017, 2020, 2025 e 2030

Municípios	2017					2020					2025					2030				
	Educação Infantil (0 a 5 anos de idade)	Ensino Fundamental (6 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)	18 a 19 Anos	Total	Educação Infantil (0 a 5 anos de idade)	Ensino Fundamental (6 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)	18 a 19 Anos	Total	Educação Infantil (0 a 5 anos de idade)	Ensino Fundamental (6 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)	18 a 19 Anos	Total	Educação Infantil (0 a 5 anos de idade)	Ensino Fundamental (6 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)	18 a 19 Anos	Total
Americana	29,5	43,0	15,9	11,5	52.383	29,9	44,4	14,8	10,8	51.361	28,3	46,7	15,0	10,0	50.846	26,7	45,5	16,7	11,0	49.657
Artur Nogueira	28,0	43,5	16,7	11,8	13.710	29,2	43,5	15,8	11,6	13.419	29,4	44,9	15,1	10,6	13.226	28,4	45,7	15,4	10,4	13.111
Campinas	30,2	42,5	15,8	11,4	280.568	30,4	44,4	14,4	10,7	274.217	28,1	47,3	14,8	9,8	270.466	26,4	45,3	17,0	11,3	263.211
Cosmópolis	28,7	43,9	16,1	11,3	18.778	29,3	44,0	15,6	11,1	18.760	29,3	44,9	15,2	10,6	18.716	28,4	45,5	15,5	10,6	18.627
Engenheiro Coelho	29,2	43,6	16,1	11,2	5.793	30,1	43,7	15,3	11,0	5.843	29,9	44,9	14,9	10,3	5.942	28,8	45,7	15,3	10,2	5.959
Holambra	31,9	41,2	15,7	11,2	3.783	32,9	41,7	14,6	10,8	3.881	31,1	47,8	12,6	8,5	4.022	28,4	45,7	16,0	9,9	4.242
Hortolândia	28,4	42,8	16,6	12,2	60.929	29,8	43,3	15,3	11,7	59.845	29,6	45,0	14,8	10,6	60.087	28,3	45,7	15,4	10,6	60.243
Indaiatuba	29,1	43,0	16,3	11,7	59.578	30,0	43,6	15,3	11,2	58.886	29,0	46,1	14,7	10,1	58.341	27,5	45,9	16,1	10,6	57.568
Itatiba	28,8	42,8	16,6	11,8	28.578	29,9	43,1	15,5	11,5	28.126	29,3	46,1	14,5	10,1	27.822	27,7	45,7	16,0	10,6	27.615
Jaguariúna	30,9	42,2	15,7	11,2	13.786	31,6	43,7	14,2	10,5	13.885	29,7	46,8	14,1	9,3	14.180	27,6	45,9	16,1	10,4	14.300
Monte Mor	30,2	42,0	16,2	11,6	16.494	31,5	43,4	14,3	10,8	16.469	30,5	45,9	14,1	9,5	17.100	28,7	45,7	15,5	10,1	17.583
Morungaba	30,1	42,4	16,1	11,5	3.492	31,1	43,4	14,6	10,8	3.428	30,0	46,6	14,0	9,4	3.437	28,1	45,8	15,9	10,2	3.457
Nova Odessa	28,5	43,1	16,5	11,9	13.951	29,4	43,9	15,4	11,3	13.577	28,9	45,7	15,1	10,3	13.291	27,8	45,6	15,9	10,7	13.051
Paulínia	30,6	42,8	15,6	10,9	27.452	31,2	43,2	14,9	10,7	27.974	29,9	46,3	14,1	9,7	28.923	28,4	45,5	15,8	10,3	29.487
Pedreira	29,5	42,7	16,3	11,6	11.160	30,3	43,5	15,1	11,1	10.942	28,9	46,9	14,4	9,8	10.790	27,1	45,7	16,5	10,8	10.685
Santa Bárbara d'Oeste	28,7	43,7	16,1	11,5	44.640	29,0	44,9	15,2	10,8	42.816	27,6	46,7	15,4	10,3	40.966	26,2	45,7	16,8	11,2	38.924
Santo Antônio de Posse	27,7	43,6	16,9	11,8	6.123	28,8	44,0	15,7	11,5	5.886	28,9	45,0	15,4	10,6	5.702	28,1	45,7	15,6	10,6	5.548
Sumaré	29,6	43,4	15,9	11,2	75.389	30,1	44,4	14,8	10,7	74.550	28,9	46,0	15,0	10,1	74.463	27,6	45,6	16,1	10,7	73.539
Valinhos	28,8	43,0	16,3	11,8	27.928	29,6	44,0	15,1	11,2	27.437	28,7	45,9	15,1	10,3	27.183	27,4	45,7	16,1	10,8	26.659
Vinhedo	30,1	42,6	16,0	11,3	18.251	30,6	43,6	14,9	10,9	18.396	29,0	46,7	14,5	9,8	18.619	27,3	45,6	16,3	10,7	18.666
RMC	29,6	42,9	16,0	11,5	782.766	30,2	44,1	14,9	10,9	769.698	28,7	46,5	14,8	10,0	764.122	27,2	45,5	16,4	10,9	752.132

Fonte: Fundação Seade, Projeções Populacionais. (Organização dos dados Nepo/Unicamp)

10.1.2. Evolução Populacional do Município de Nova Odessa

De acordo com o censo em 2010 o Município de Nova Odessa contava com 51.242 habitantes e atualmente a população é estimada em 61.716, de acordo com o IBGE e Fundação SEADE.

Nas tabelas a seguir podemos verificar a evolução demográfica dos municípios que compõem a Região. Com certeza temos uma ordem de grandeza onde verificamos que Campinas se desponta em primeiro lugar, e convergindo para Nova Odessa que manteve um pequeno crescimento nas últimas décadas.

Tabela 10 - RMC: População Existente em 2005/2020 e Evoluções Populacionais – 2025

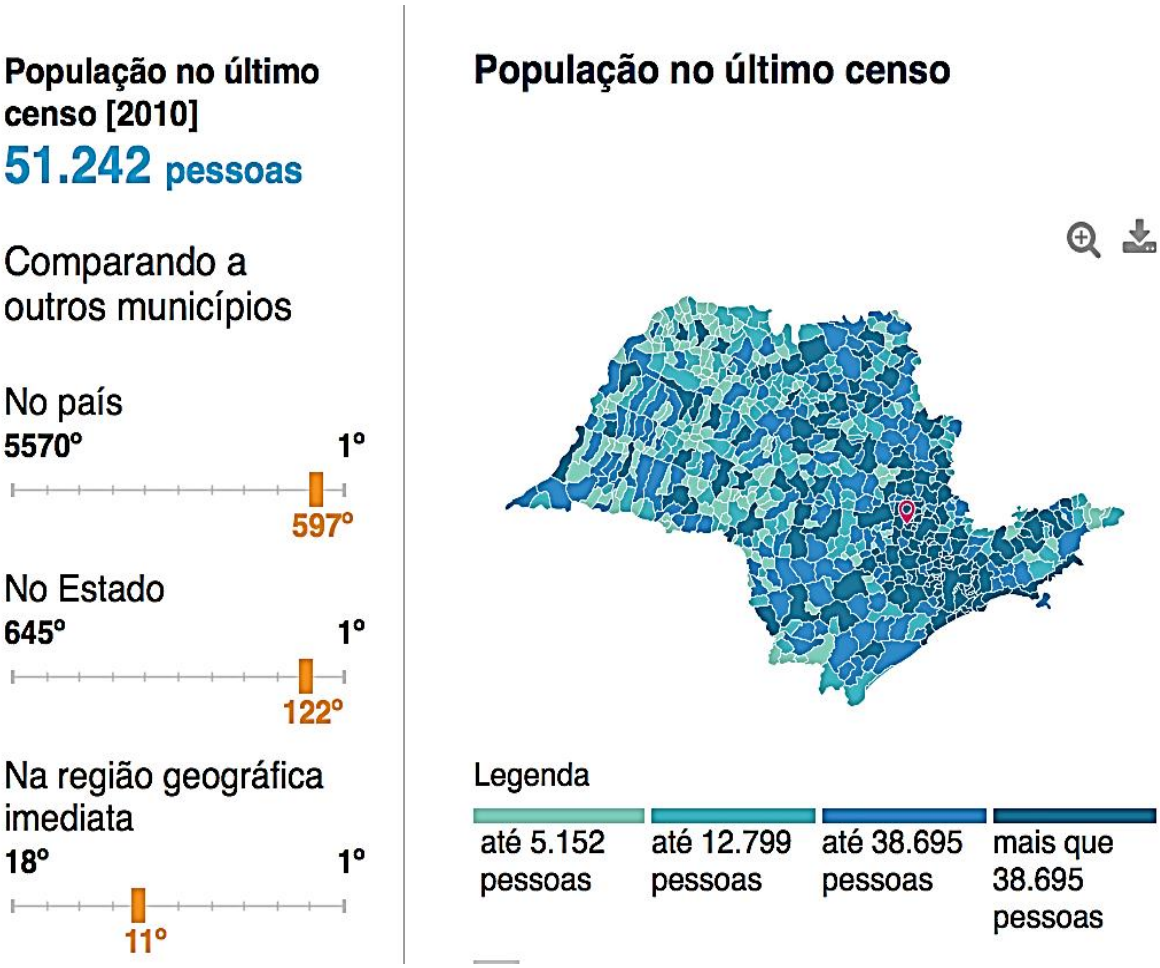
MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO			
	2005	2015	2020	2025
AMERICANA	196.838	223.170	233.458	241.651
ARTHUR NOGUEIRA	38.633	48.899	52.609	55.609
CAMPINAS	1.024.207	1.134.546	1.175.501	1.206.092
COSMÓPOLIS	51.481	65.328	71.282	76.075
ENGENHEIRO COELHO	12.776	18.343	20.535	22.343
HOLAMBRA	9.252	13.060	14.493	15.617
HORTOLÂNDIA	172.472	211.690	230.268	247.142
INDAIATUBA	173.828	225.974	242.868	255.619
ITATIBA	91.349	110.364	117.916	123.870
JAGUARIÚNA	36.752	50.386	54.848	58.068
MONTE MOR	4.057	54.288	59.614	64.415
NOVA ODESSA	46.755	54.911	58.039	60.329
PAULÍNIA	66.214	95.033	105.037	114,048
PEDREIRA	38.474	44.259	46.548	48.377
STA BÁRBARA d'OESTE	175.311	184.682	188.745	191.691
STO ANTONIO DE POSSE	19.406	21.800	22.849	23.750
SUMARÉ	218.276	263.480	283.212	299.842
VALINHOS	94.773	117.540	124.742	30.121
VINHEDO	55.165	71.035	77.521	82.229
RMC	2.526.019	3.008.788	3.180.085	3.102.954

Fonte: populacao.seade.gov.br/evolucao-populacional-esp

Como se pode notar Nova Odessa no período de 2005 a 2015 teve um crescimento populacional pouco expressivo a nível da RMC. A tabela anterior, mostra que a evolução demográfica do município que passou de 46.755 habitantes em 2005, para 54.911 habitantes em 2015, um aumento de 8.156 habitantes em um período de 10 anos.

Da mesma maneira pode-se verificar que de 2015 a 2020 a população cresceu somente 3,94%.

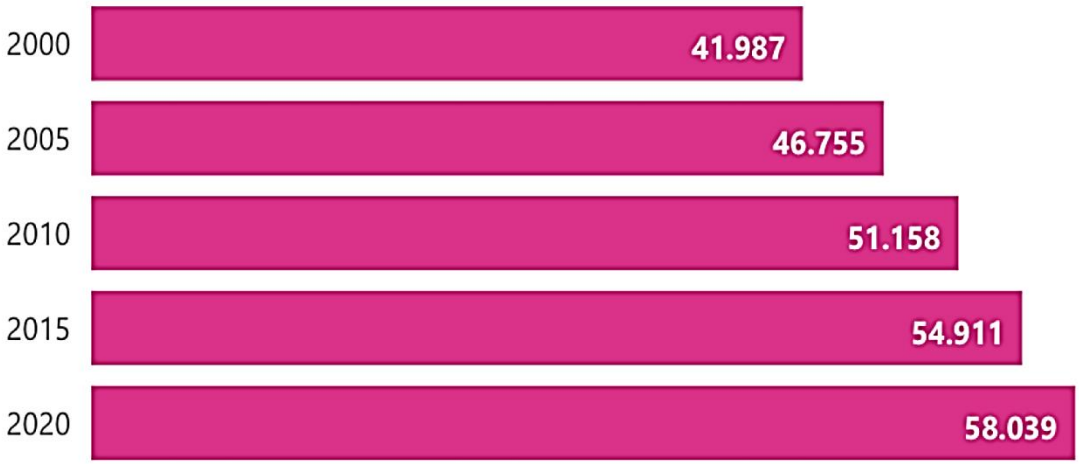
Figura 02 - Ranking da População do Município no último censo no País, no Estado e na Região Demográfica imediata



Fonte: cidades.ibge.gov.br

Segundo o IBGE no ranking populacional após o censo de 2010, Nova Odessa com seus 51.242 habitantes estava em 597º lugar entre os 5.570 municípios do país, em 122º lugar entre os 645 municípios do estado de São Paulo e em 18º lugar em sua região demográfica imediata.

Tabela 11 - Evolução da População de Nova Odessa



Fonte: Município.seade.gov.br

A tabela acima mostra que a evolução demográfica do município passou de 41.987 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, para 58.039 habitantes em 2020. O número atual de habitantes desta projeção feita pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) conflita-se com a projeção feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma diferença de 3.677 habitantes, uma vez que pelo IBGE a população estimada em 2021 é de 61.716 habitantes (vide tabela a seguir).

Tabela 12 - População no Último Censo (2010) e população estimada para 2021

População estimada [2021]	**61.716** pessoas
População no último censo [2010]	**51.242** pessoas
Densidade demográfica [2010]	**689,48** hab/km²

Fonte: cidades.IBGE.gov.br

Figura 03 - Território e População – Nova Odessa

Território e População

Área (Em km2) - 2021	
Município	73,79
RG	5.225,81
RA	27.093,16
Estado	248.219,94

População - 2021	
Município	58.490
RG	3.410.341
RA	6.994.063
Estado	44.892.912

Densidade Demográfica (Habitantes/km2) - 2021	
Município	792,65
RG	652,60
RA	258,15
Estado	180,86

Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2021 (Em % a.a.) - 2021	
Município	1,23
RG	1,19
RA	1,04
Estado	0,78

Grau de Urbanização (Em %) - 2021	
Município	98,37
RG	97,76
RA	96,03
Estado	96,56

Índice de Envelhecimento (Em %) - 2021	
Município	91,57
RG	88,07
RA	90,36
Estado	83,88

População com Menos de 15 Anos (Em %) - 2021	
Município	17,03
RG	17,70
RA	17,79
Estado	18,77

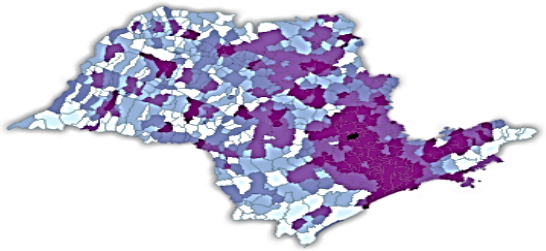
População com 60 Anos e Mais (Em %) - 2021	
Município	15,59
RG	15,59
RA	16,07
Estado	15,75

Razão de Sexos - 2021	
Município	97,70
RG	96,23
RA	96,77
Estado	94,80

Convenções utlizadas:

... Dado não disponível — Fenômeno inexistente **NA** Não se aplica

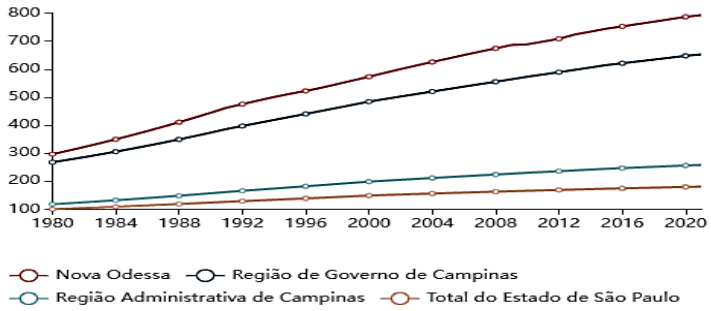
Densidade Demográfica (Habitantes/km2) - 2021



Valor

- 160,84 a 14.083,13
- 55,98 a < 160,84
- 31,57 a < 55,98
- 18,00 a < 31,57
- 3,84 a < 18,00

Densidade Demográfica (Habitantes/km2) - 1980-2021



Fonte: cidades.ibge.com.br

Tabela 13 - Evolução da População Rural e Urbana em Nova Odessa

Ano	População rural	População urbana
2000	959	41.028
2005	901	45.854
2010	834	50.324
2015	895	54.016
2020	946	57.093

Fonte: municípios. seade.gov.br

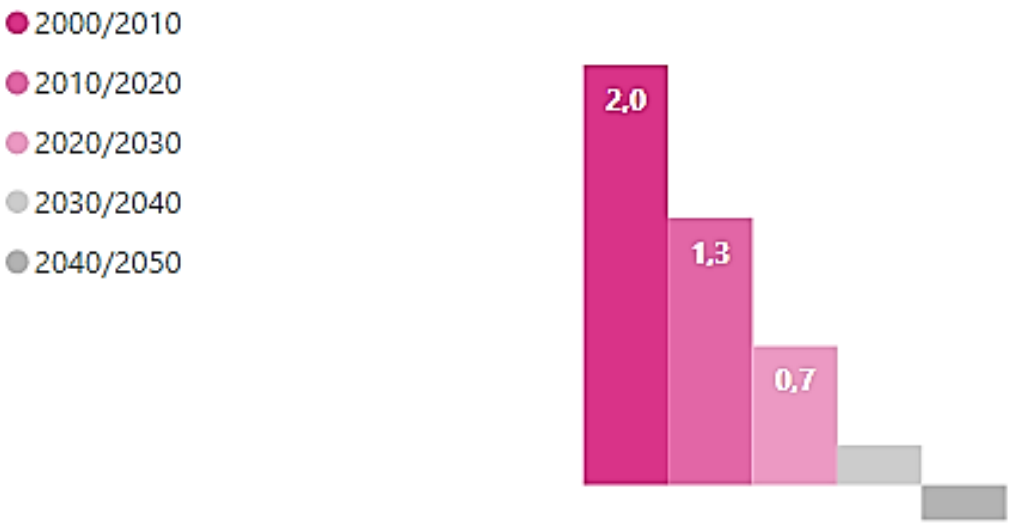
Na tabela acima podemos notar uma queda na população rural no município, o qual em um período de 20 anos, apesar de se manter constante, apresentou oscilações, mas sempre para menos. No Gráfico 04 abaixo podemos verificar a diminuição da Taxa Anual de Crescimento, cujas projeções nos indicam um crescimento negativo a partir de 2030.

Tabela 14 - População Urbana, Rural e Grau de Urbanização de Nova Odessa – 2020

Município	Urbana	Rural	Total	Urbanização
Nova Odessa	57.093	946	58.039	98,4%
Total	**57.093**	**946**	**58.039**	**98,4%**

Fonte: população. seade.gov.br

Gráfico 04 - Taxa Anual de Crescimento Populacional (%)



Fonte: população. seade.gov.br

Tabela 15 – Evolução da Densidade Demográfica em Nova Odessa (habitantes/km^2)

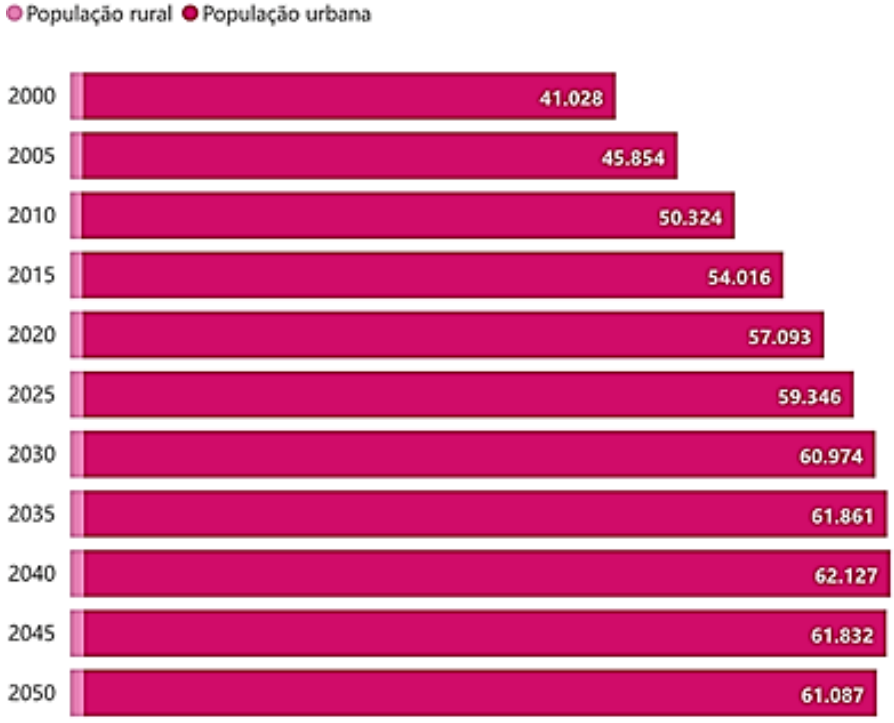
NOVA ODESSA	1980	1992	2000	2012	2020
DENSIDADE DEMOGRÁFICA HAB/KM^2	296,64	475,16	572,83	708,13	786,54

Fonte: perfil.seade.gov.br

Examinando a densidade habitacional e o grau de urbanização de Nova Odessa, verifica-se que há grande possibilidade de expansão de seu território para usos diversificados, podendo-se optar por uma vocação mais favorável à manutenção de sua qualidade de vida humana e ambiental.

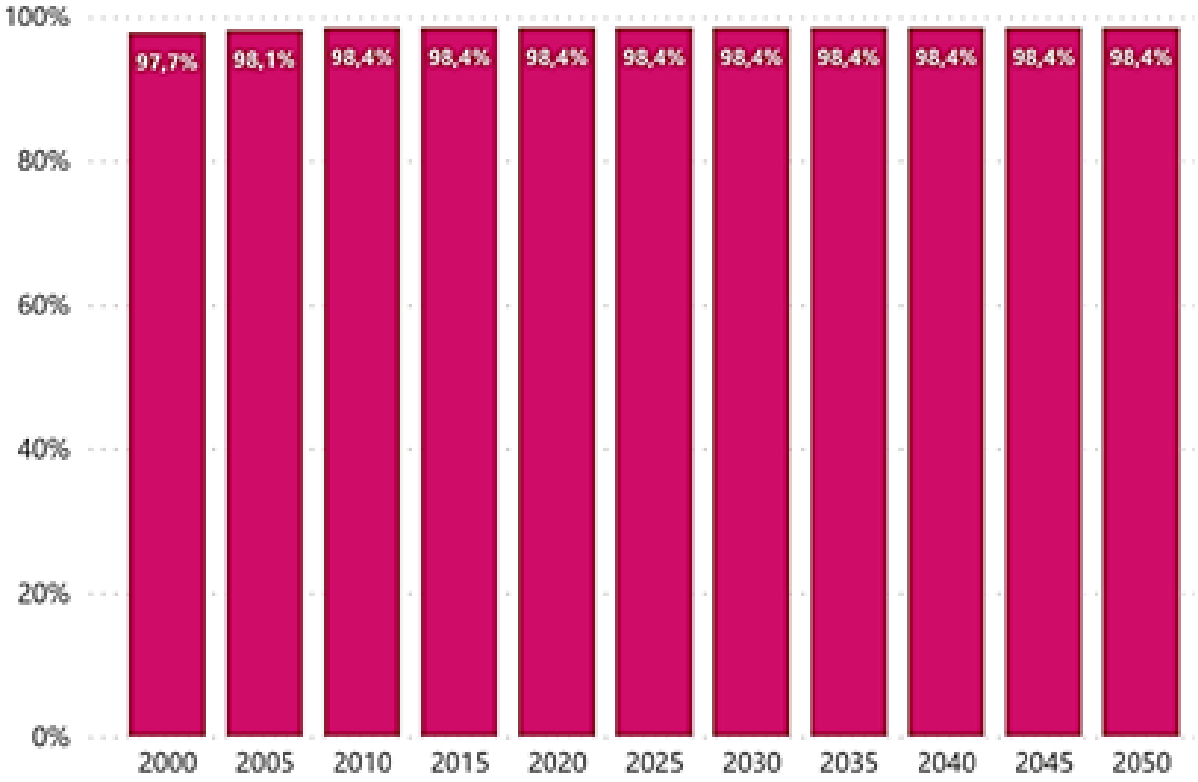
Já com relação a evolução da população urbana e rural, nota-se pelo gráfico a seguir que, pelas projeções apesar da população urbana apresentar nos próximos anos um crescimento constante, porém sem grande expressividade com queda a partir de 2050, a população rural se mantém inalterada. Vale salientar aqui que essas projeções não estão considerando os grandes empreendimentos imobiliários que foram aprovados pelo município e que poderão alterar esses dados drasticamente. Segundo o Censo do IBGE, em 2010 existiam no município 15.588 domicílios urbanos e 224 domicílios rurais, o que caracteriza uma grande adensamento urbano já consolidado e parâmetros urbanísticos mais permissivos.

Gráfico 05 - Evolução da População Rural e Urbana no Município



Fonte: população.seade.gov.br

Gráfico 06 - Evolução do Grau de Urbanização



Fonte: população.seade.gov.br

Podemos verificar que da década de 2000 a 2010 o Município se comportou semelhantemente de acordo com a maioria dos municípios da Região Metropolitana, crescendo expansivamente devido aos fluxos migratórios provenientes, principalmente, do Nordeste, devido ao processo de industrialização paulista sofrido nesta década. As taxas de crescimento superaram em 50% o contingente populacional.

Entretanto a partir da década de 2011 podemos notar uma diminuição acentuada do ritmo, permanecendo sem alterações, o que vem se repetindo até os presentes dias.

Um ponto a ser levado em consideração é a comparação com a cidade de Americana, que continha na década de 70 mais do dobro da população de Nova Odessa, que concorreu a um crescimento vertiginoso durante as décadas de 1980/2000, ultrapassando os totais populacionais das outras cidades da RMC, em especial Indaiatuba e Hortolândia. Atualmente a população do Município de Nova Odessa é aproximadamente 25% menor que a população americanense.

A estabilização do crescimento da população em Nova Odessa a partir da década de 90 teve uma relação muito significativa com o comportamento do componente migratório. A queda vertiginosa do processo de migração trabalhou de forma inversa, com um aumento relativo proporcional do componente vegetativo.

A partir de 1990 a participação da migração no processo do crescimento municipal se torna negativa. No Interior do Estado, as regiões perdem expressivos contingentes rurais, mas conseguem manter ritmos de crescimento razoáveis, em virtude da dinâmica urbana, em particular aquelas onde se localizam nos principais polos regionais e seus municípios de influência. O movimento pendular[7] constitui, hoje, um importante fenômeno dentro do Estado de São Paulo e está profundamente ligado à evolução da distribuição espacial da população e ao padrão de urbanização, influenciados sobremaneira pela concentração das atividades econômicas em determinados espaços da cidade, os quais se constituíram, ao longo do tempo, em aglomerados urbanos.

Tabela 16 - Evolução Populacional RMC Municípios

MUNICIPIO	POPULAÇÃO						
	1970	1980	1990	2000	2011	2019	2020
AMERICANA	66.316	121.552	150.249	182.593	212.882	231.361	235.075
ARTUR NOGUEIRA	10.171	15.802	26.449	33.124	44.997	51.846	44.892
CAMPINAS	375.864	661.992	826.100	969.396	1.090.000	1.167.192	1.181.555
COSMÓPOLIS	12.110	23.067	34.983	44.355	59.961	70.050	72.215
ENG.º COELHO	NA	NA	NA	10.033	16.165	20.077	20.884
HOLAMBRA	NA	NA	NA	7.211	11.597	14.194	14.711
HORTOLANDIA	NA	NA	NA	152523	196.044	226.426	233.548
INDAIATUBA	30.537	55.731	94.890	147.050	205.836	239.391	245.366
ITATIBA	28.376	41.377	59.160	81.197	103.037	116.365	119.084
JAGUARIUNA	10.391	15.093	23.752	29.597	45.342	53.925	55.477
MONTE MOR	7.960	13.890	23.976	37.340	49.883	58.508	60.555
MORUNGABA	5.032	6.501	8.012	9.911	11.904	13.101	13.359
NOVA ODESSA	8.366	21.743	32.578	42.071	51.887	57.399	58.490
PAULINIA	10.708	20.573	34.511	51.326	84.310	102.956	106.781
PEDREIRA	15.053	21.295	27.034	35.219	42.039	46.081	46.908
STª BÁRBARA D'OESTE	31.018	75.866	135.962	170.078	180.866	187.926	189. 330
STº ANTÔNIO DE POSSE	7.799	10.825	13.934	18.124	20.857	22.635	23.027
SUMARÉ	23.074	100.589	139.168	196.723	245.257	279.151	286.462
VALINHOS	30.775	48.670	65.640	82.973	108.678	123.268	125.800
VINHEDO	12.388	21.494	32.087	47.215	64.901	76.178	78.440

Fonte: população.seade.gov.br

[7] *Migrações pendulares são simples fluxos populacionais que não correspondem verdadeiramente a migrações, pois não são realizados com intuito de mudança definitiva, estando embutida na saída do indivíduo a ideia concreta do seu retorno ao local de origem, e por isso o uso do termo "movimento pendular de população". Diferencia-se do conceito de migração por não ter caráter permanente. Alguns exemplos de migrações pendulares: deslocamento realizado pelo boia-fria; viagens de residentes em cidade dormitório, que são realizadas por pessoas que moram em uma determinada cidade e trabalham em outra; o deslocamento de fins de semana e de férias, com objetivos de lazer e descanso (viagem), que é o principal fator de congestionamentos nas estradas que partem das grandes metrópoles, em fins de semana e vésperas de feriados.*

O mercado de trabalho é o principal motivo dos deslocamentos intermunicipais direcionados principalmente para as grandes cidades, bem como o acesso a serviços, comércio, educação e saúde. Este é o caso de Nova Odessa. A cidade criou culturalmente a mentalidade de que a indústria contrata pessoas de fora da cidade devido a pouca qualificação da mão de obra local, e na contramão os trabalhadores sumareenses procuram trabalho em outras localidades, ocorrendo uma inversão no modus operandi do fluxo trabalhista.

Esta dinâmica populacional coloca alguns desafios importantes à gestão municipal. Em primeiro lugar há que se impor uma nova cultura de se fixar o trabalhador-cidadão na sua própria cidade, valorizando o mercado trabalhista interno. Há que se investir em qualificação profissional, pois as empresas não conseguem mão de obra local e por isso "importam trabalhadores de fora". Ao mesmo tempo em que continuará havendo pressão sobre infraestrutura e serviços básicos para fazer frente ao crescimento da população, as necessidades decorrentes do próprio desenvolvimento devem ser colocadas em pauta no presente como no futuro. São categorias específicas como gênero, juventude, lazer e cultura, além de programas de prevenção e combate à violência.

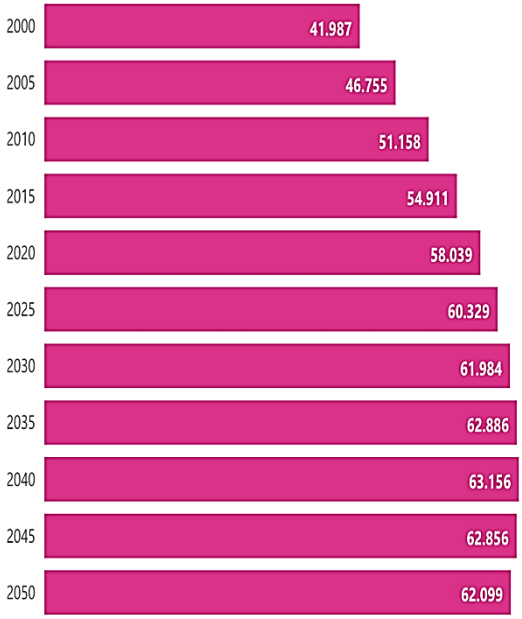
10.1.3. Projeções Populacionais

Entre 2000 e 2010, a população de Nova Odessa teve uma taxa média de crescimento anual de 2,19%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 2,37 %. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000.

Portanto nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização no país em geral cresceu 5,54%. No Gráfico 07 podemos ver as projeções do SEADE para Nova Odessa que mostram uma tendência crescente entre 2010 e 2020, porém bem modesta.

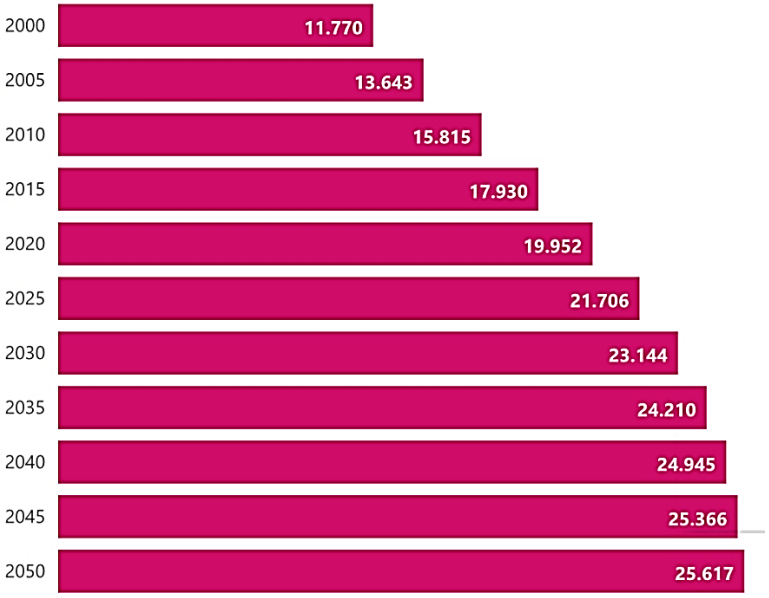
Tal projeção pode indicar que os estudos anteriores devem ser vistos com cautela, quando se pensa em adensamento destes municípios, embora eles representem pequenos polos urbanos de atração.

Gráfico 07 – Projeção Populacional de Nova Odessa



Fonte: populacao.seade.gov.br/

Gráfico 08 - Evolução dos Domicílios Particulares Ocupados em Nova Odessa

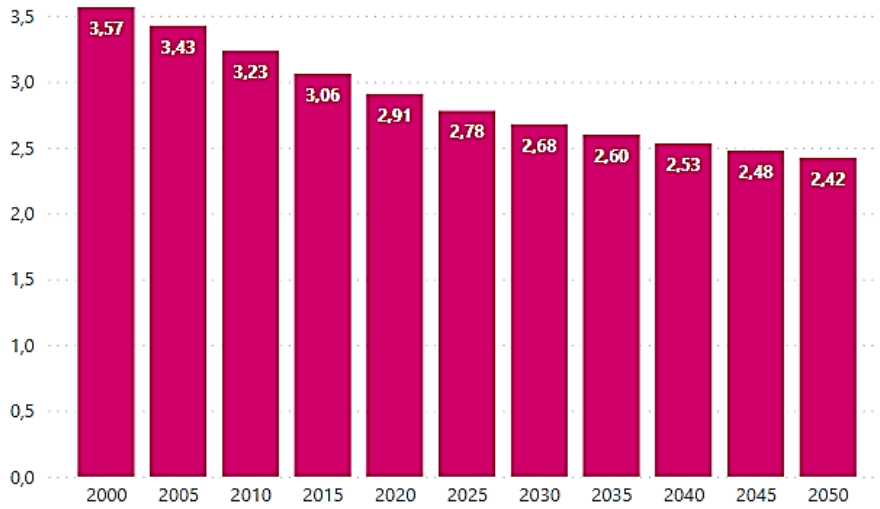


Fonte: população.seade.gov.br

Com relação à situação espacial dos domicílios, Nova Odessa segue o fenômeno nacional de urbanização. Contudo já possuía, em 1980, a maior parte de sua população na área urbana, contando com apenas 2,3% dos seus habitantes na área rural do município, atingindo nos finais da década de

90 uma população urbana de 97,7% de seus habitantes. Podemos verificar que ao longo das últimas duas décadas, o crescimento domiciliar também foi modesto, tendo aumentado apenas 8.182 domicílios em 20 anos. Da mesma maneira no Gráfico XXXX podemos constatar o decréscimo do número de habitantes por domicilio, demonstração essa da involução populacional que a cidade vem sofrendo.

Gráfico 09 – Número de habitantes por domicílio – Nova Odessa



Fonte: população.seade.gov.b

Tabela 17 – Domicílios, população e habitantes por domicílio

2020

Município	Domicílios particulares ocupados	População residente	Habitantes por domicílio
Nova Odessa	19.952	58.039	2,91
Total	**19.952**	**58.039**	**2,91**

Fonte: população.seade.gov.br

Atualmente consideramos o índice de 2,91 por domicilio para qualquer cálculo de projeções populacionais para o Município de Nova Odessa.

10.1.4. Estrutura etária

Tabela 18 - Evolução da População de Nova Odessa por Grupos de Idades

Ano	00 a 14 anos	15 a 59 anos	60 anos e mais
2000	10.922	27.563	3.502
2005	10.849	31.439	4.467
2010	10.494	35.103	5.561
2011	10.394	35.678	5.815
2015	9.998	37.973	6.940
2020	9.956	39.330	8.753

Fonte: municípios. seade.gov.br

Na tabela acima, nota-se que a população novaodessense ao longo dos anos decresceu na faixa etária de 00 a 14 anos e apresentou um crescimento constante nas demais faixas etárias, 15 a 59 anos e 60 anos e mais. Vale ressaltar que a população mais idosa apresentou um aumento de 149% enquanto a de 15 a 59 anos aumentou em 42%.

Essa redução na respectiva taxa de 00 a 14 anos nos indica que a população em idade produtiva não está mais sustentando uma grande proporção de dependentes, o que significa no futuro consideráveis reduções nos encargos assistenciais para a sociedade.

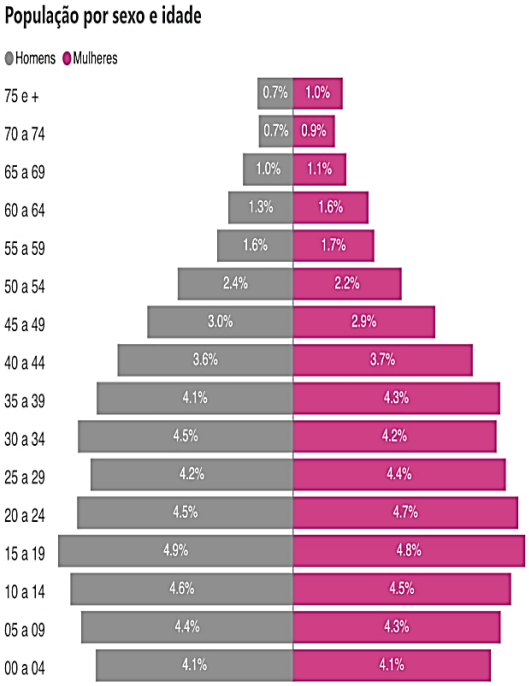
Por outro lado, o índice de envelhecimento cresceu significativamente na última década o que nos mostra um a participação crescente de idosos em relação aos jovens nesta população, e reflete, principalmente, a redução dos níveis de fecundidade e o aumento da esperança de vida dos idosos.

Tabela 19 - Idade Média da População de Nova Odessa em Anos

Classe	De 34,0 a 37,9			
Código IBGE	Idade Média	Município	Região	DRS
3533403	37,2	Nova Odessa	RA de Campinas	Campinas

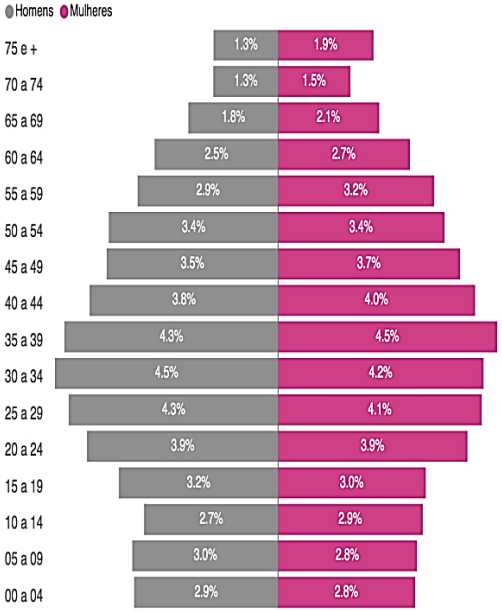
Fonte: municipios.seade.gov.br

Gráfico 10 - Pirâmide Etária de Nova Odessa – 2000



Fonte: populaçao.seade.com.br

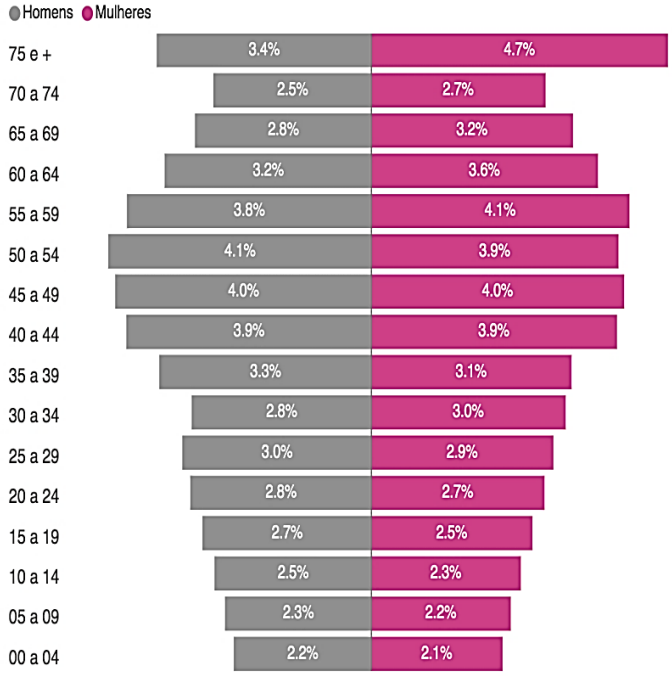
Gráfico 11 - Pirâmide Etária de Nova Odessa – 2020



Fonte: populaçao.seade.com.br

Através da análise das pirâmides etárias 2000/2020 podemos identificar um estreitamento na base o que indica uma diminuição em 20 anos de 4,5% de crianças do sexo masculino e 4,4% de crianças do sexo feminino. Com relação à população de 15 a 60 anos houve um aumento de 2,6% (homens) e 1,1% (mulheres), já com os idosos com mais de 60 anos, no topo, podemos perceber um alargamento com uma taxa de aumento de 3,2% (homens) e 3,6% (mulheres).

Gráfico 12 - Pirâmide Etária de Nova Odessa – 2040



Fonte: populaçao.seade.com.br

Entre 2017 e 2020, a razão de dependência[8] no município passou de 45,7% para 47,6% e o índice de envelhecimento, de 19,8% para 22,3%.

A razão de dependência da população jovem caiu de 25,9% em 2017 para 25,3% em 2020. Essa diminuição na respectiva taxa nos demonstra que a população em idade produtiva não está mais sustentando uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis reduções nos encargos assistenciais para a sociedade.

Por outro lado, o índice de envelhecimento[9] cresceu na última década o que nos mostra que a participação crescente de idosos em relação aos jovens nesta população, reflete, principalmente, a redução dos níveis de fecundidade[10] e o aumento da esperança de vida[11] dos idosos.

---

8 ***Razão de Dependência:*** *Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos1 de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.*

9 ***Índice de envelhecimento*** *é a relação existente entre o número de idosos e a população jovem numa certa região. É habitualmente expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos. Segundo o estatuto do idoso e site do IBGE, no Brasil é considerado idoso a pessoa com 60 anos ou mais.*

10 ***Taxa de fecundidade*** *é uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher teria até o fim de seu período reprodutivo (45 anos em média), mantidas constantes as taxas observadas na referida data.*

A distribuição da população por idade mostra um perfil de população não tão jovem, onde perto de 8,6% da população são crianças e jovens, com menos de quinze anos de idade. Isso indica que o Município não terá um estoque a mais de mão de obra para futuros encargos, mostrando o .

Na Tabela a seguir apresentamos os referidos cálculos.

Tabela 20 – Constituição da Estrutura Etária do Município de Nova Odessa

Estrutura Etária	População 2021	% do Total 2021	População 2021	% do Total 2021
Menos de 15 anos	22.694,12	38,8	63.738	22,88
15 a 64 anos	176.683	73,22	208.617	74,89
População de 65 anos ou mais	4.749	3,11	6.186	2,22
Razão de dependência	33,89	-	33,52	-
Taxa de envelhecimento	8,61	-	9,70	-

Fonte: IBGE

[11] ***Esperança de vida***, ***esperança de vida à nascença***, ***esperança de vida ao nascer*** *ou* ***expectativa de vida*** *é o número aproximado de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano irá viver, se mantidas as condições desde o seu nascimento. Em outras palavras, a expectativa de vida é uma medida estatística da média de tempo de vida de um organismo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo.*

Tabela 21 - Razão da dependência por município. Região Metropolitana de Campinas – 2017, 2020, 2025 e 2030

Municipios	Jovens				Idosos				Total			
	2017	2020	2025	2030	2017	2020	2025	2030	2017	2020	2025	2030
Americana	24,7	24,6	24,6	23,3	23,1	26,0	31,5	36,7	47,8	50,6	56,2	59,9
Artur Nogueira	28,3	27,0	26,2	25,3	17,2	18,7	22,4	26,4	45,5	45,7	48,5	51,7
Campinas	26,4	26,4	26,3	24,3	22,3	24,8	29,1	33,3	48,7	51,2	55,4	57,6
Cosmópolis	29,4	28,2	27,2	26,1	16,4	18,0	21,8	25,8	45,8	46,2	49,0	51,9
Engenheiro Coelho	31,6	30,0	28,8	27,4	12,4	13,0	15,9	19,3	44,0	43,0	44,7	46,7
Holambra	29,8	29,8	31,5	30,0	17,0	19,4	23,5	28,0	46,8	49,2	55,0	58,0
Hortolândia	28,2	27,2	26,6	25,6	14,3	16,3	20,1	24,4	42,5	43,5	46,7	50,0
Indaiatuba	26,8	26,1	25,8	24,6	18,4	20,5	24,8	29,4	45,3	46,6	50,7	54,0
Itatiba	26,4	25,6	25,7	24,5	19,7	21,7	25,8	30,1	46,0	47,3	51,5	54,6
Jaguariúna	28,3	28,2	28,4	26,7	18,1	19,8	23,5	27,4	46,4	48,0	51,9	54,1
Monte Mor	31,2	30,7	30,6	29,1	16,3	17,6	20,2	23,3	47,4	48,3	50,8	52,4
Morungaba	29,6	29,2	29,5	28,1	20,4	22,0	25,3	28,7	50,0	51,2	54,8	56,9
Nova Odessa	25,9	25,3	25,0	24,1	19,8	22,3	27,0	32,1	45,7	47,6	52,0	56,2
Paulínia	29,6	29,1	29,2	28,0	15,7	17,7	22,0	26,5	45,4	46,9	51,2	54,5
Pedreira	26,1	25,7	25,9	24,4	20,4	22,5	27,3	31,7	46,5	48,2	53,2	56,1
Santa Bárbara d'Oeste	25,5	25,2	24,8	23,4	21,3	25,0	31,3	37,6	46,8	50,1	56,2	61,0
Santo Antônio de Posse	29,1	27,8	26,8	25,8	18,9	20,5	24,1	28,4	47,9	48,4	50,9	54,2
Sumaré	29,5	28,8	27,8	26,1	15,9	18,1	21,8	26,0	45,4	46,9	49,6	52,1
Valinhos	24,3	24,0	23,9	23,2	21,3	23,9	29,5	35,8	45,6	47,8	53,4	59,0
Vinhedo	26,4	26,2	26,3	24,8	20,1	22,3	27,0	31,2	46,6	48,5	53,2	56,0
RMC	27,0	26,6	26,4	24,9	19,9	22,2	26,5	30,9	46,8	48,8	52,9	55,8

Fonte: Fundação Seade, Projeções Populacionais. (Organização dos dados Nepo/Unicamp).

Examinando a densidade habitacional e o grau de urbanização de Nova Odessa, verifica-se a possibilidade de expansão de seu território para usos diversificados, podendo optar por uma vocação mais favorável à manutenção de sua qualidade de vida humana e ambiental. Na Tabela abaixo se demonstra esse estudo.

Tabela 22 - Densidade Demográfica / Evolução

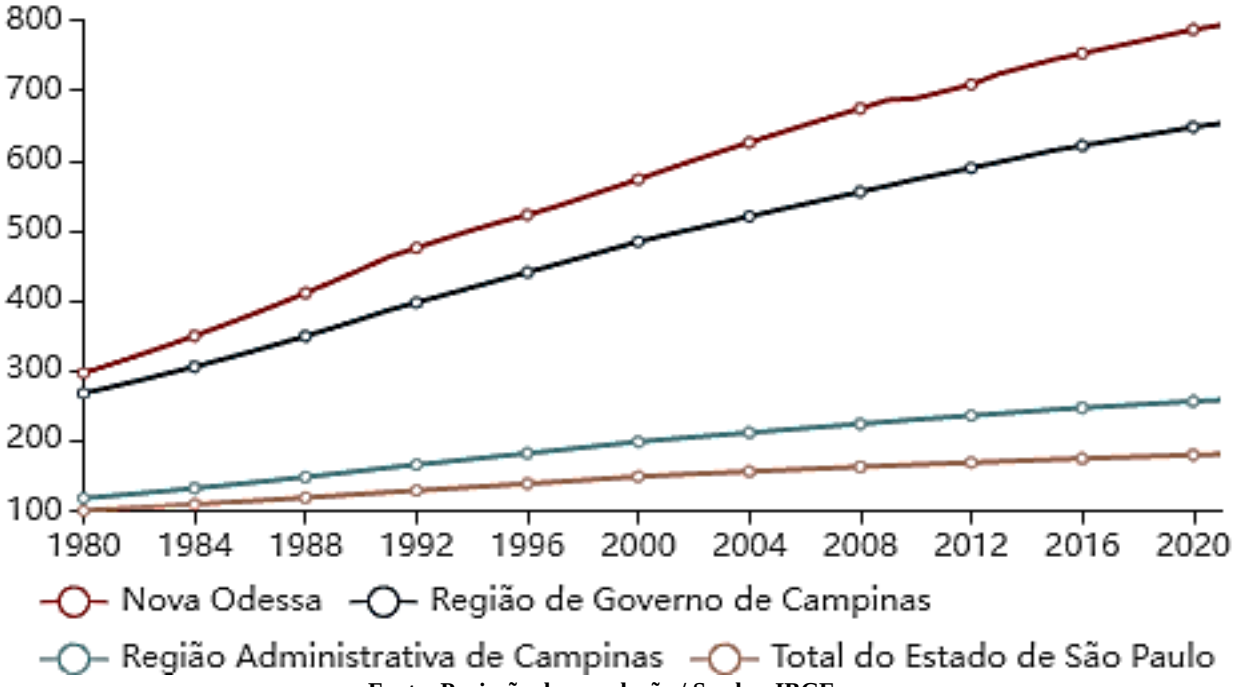
Nova Odessa	1980	1990	2000	2010	2015	2020
Densidade Demográfica (Habitantes/km²)	296,64	475,16	572,83	708,13	752,45	786,54

Fonte: Projeção da população / Seade e IBGE

Ao analisar a questão da densidade no município de Nova Odessa foram consideradas as escalas municipal e urbana e os dados utilizados são referentes à população dos setores censitários do Censo Demográfico de 2010 do IBGE e mais os estudos projecionais do SEADE.

A densidade é maior nas regiões próximas ao centro com cerca de 790,00 hab./km², decrescendo gradativamente enquanto se distancia do núcleo urbano, apresentando as menores densidades, abaixo de 0,1hab./ha nas regiões com características rurais.

Gráfico 13 - Densidade Demográfica (Habitantes/km^2) – 1980 - 2021



Fonte: Projeção da população / Seade e IBGE

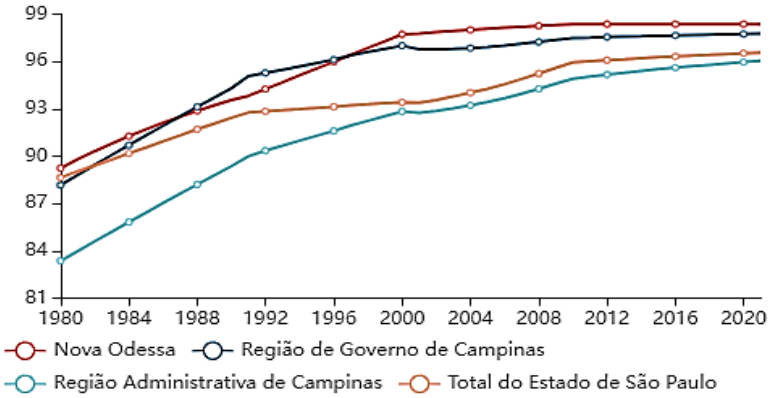
Tabela 23 - Grau de Urbanização / Evolução

Nova Odessa	1980	1990	2000	2010	2015	2020
Grau de Urbanização (Em %)	89,24	94,25	97,72	98,37	98,37	98,37

Fonte: Seade e IBGE

O Gráfico abaixo exemplifica a referida evolução.

Gráfico 14 - Grau de Urbanização (em %) 1980 -2021



Fonte: datasus/ibge

Na área urbana podemos notar um adensamento maior por ser região central que normalmente apresenta densidades mais elevadas por ter sua ocupação urbana já consolidada e parâmetros urbanísticos mais permissivos.

Gráfico 15 - Evolução da população com mais de 60 anos (%) – 1980/2021

Fonte: datasus/ibge

Em Nova Odessa 50,6% da população são mulheres. Nos últimos 20 anos a população jovem de 0 a 14 anos diminuiu enquanto a população idosa (60 anos ou +) aumentou no município.

Os dados demográficos do Município acompanham as transformações ocorridas no quadro demográfico brasileiro, cujas principais características são a queda da fecundidade, aumento da esperança de vida e progressivo envelhecimento da população.

O maior número populacional se dá na faixa etária adulta, entre 20 e 59 anos, sendo expressivo o número de idosos no município, que aumenta gradativamente a cada ano.

Em contrapartida bairros com maiores vulnerabilidades no município apresentam população composta com predomínio de crianças e adultos jovens, disparidade que traz desafios de cunho gerencial, por demandar modelos diferenciados e estratégicos nos serviços de assistência.

Essas informações nos indicam que existe um processo de migração da população jovem para outros locais, em busca de oportunidades melhores, o que a cidade terá que rever. Esses jovens estão deixando sua terra natal para deslocar-se para locais onde há mais trabalho, com melhores oportunidades de emprego, e, principalmente bons salários, em comparação com os do Município. Isso vêm vem acontecendo, pois, o Brasil se tornou um país detentor de uma economia estagnada há pelo menos três anos, com alto índice de desemprego e sem estabilidade econômica.

As oportunidades oferecidas nos grandes centros, mesmo até no exterior levam em consideração esses aspectos: progredir estão constantes no pensamento dessa população jovem. Muitos têm o sonho de fazer fortuna para depois retornar ao território brasileiro e usufruir dos frutos conquistados de suas conquistas. Outros simplesmente estão no processo de emigração para sedimentar carreira nas cidades maiores.

10.1.5. Perfil Geral da População

Para analisar o perfil social geral de Nova Odessa e região tomou-se como referência o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M (IBGE[12]), que sintetiza as condições sociais dos municípios brasileiros em termos de renda, escolaridade e mortalidade infantil. Além desses índices também são analisados o Índice de Gini, IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social, IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social e o IFDM - Índice

[1] *IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*

Firjan de Desenvolvimento Municipal.

10.1.5.1. IDHM

O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen.

A popularização da abordagem de desenvolvimento humano se deu com a criação e adoção do IDH como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto *per capita* (PIB), hegemônico, à época, como medida de desenvolvimento.

O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, de ter acesso ao conhecimento – educação –, e de poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 até 1, e nesta lista é dividido em cinco categorias: IDH muito alto (0,800 – 1,000), IDH alto (0,700 – 0,799), IDH médio (0,600 0,699), IDH baixo (0,500 – 0,599) e IDH muito baixo (0,000 – 0,499)

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, em 2010 o nível de desenvolvimento Humano em Nova Odessa era considerado alto. (Vide Mapa 02).

Entre 1991 e 2000: O IDHM passou de 0,577 em 1991 para 0,705 em 2000 - uma taxa de crescimento de 80,04%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1(um), foi ampliado em pouco mais de 80,76% entre 1991 e 2000.

Entre 1991 e 2010: Nova Odessa teve um incremento no seu IDHM de 89,59% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (35%).

O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 72% entre 1991 e 2010.

Entre 2000 e 2010: O IDHM passou de 0,706 em 2000 para 0,791 em 2010 - uma taxa de crescimento de 89%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1(um), foi reduzido em 79% entre 2000 e 2010.

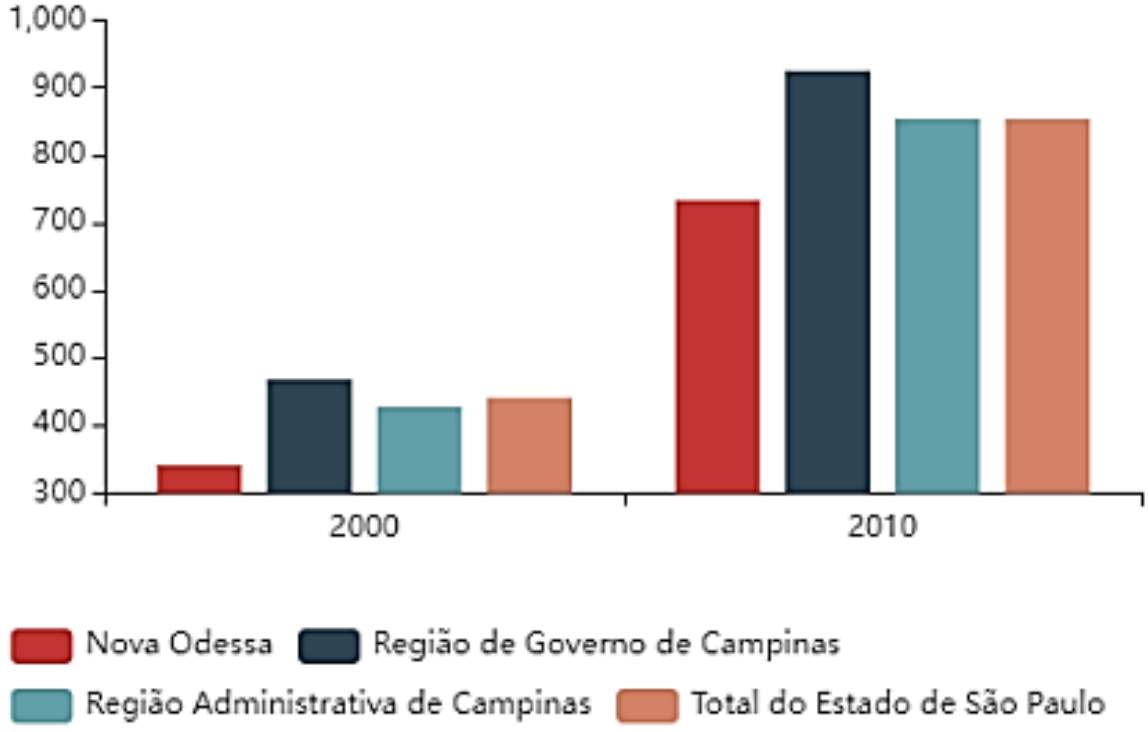
A dimensão que mais contribuiu para este crescimento no período foi a Educação, com 37,15%, seguida pela Renda, com 7,67% e por último a Longevidade com 5,36%. Note-se que, no geral, é ainda a Educação que mantém o nível mais alto. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 10 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,862) e do Estado de São Paulo.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) atual de Nova Odessa é 0,791, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,845, seguida de Renda, com índice de 0,744, e de Educação, com índice de 0,705.

No entanto, a proporção de pobreza absoluta baixou consideravelmente entre as duas últimas décadas.

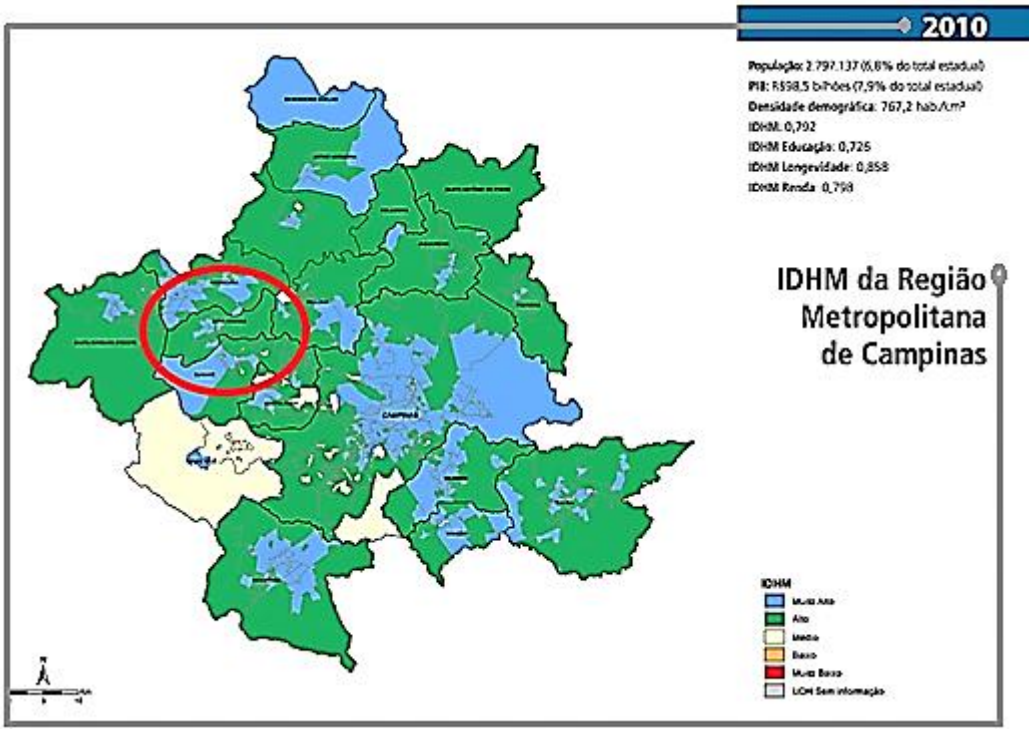
A renda per capita média de Nova Odessa cresceu 46,53% entre as décadas de 90 a 2010, passando de R$ 341,26 em 1991 para R$ 590,40 em 2000 e R$ 733,41 em 2010. A Taxa de crescimento populacional 2000 a 2010: 1,99% ao ano.

Gráfico 16 - Renda per Capita – Censo Demográfico (em reais correntes) – 2000/2010



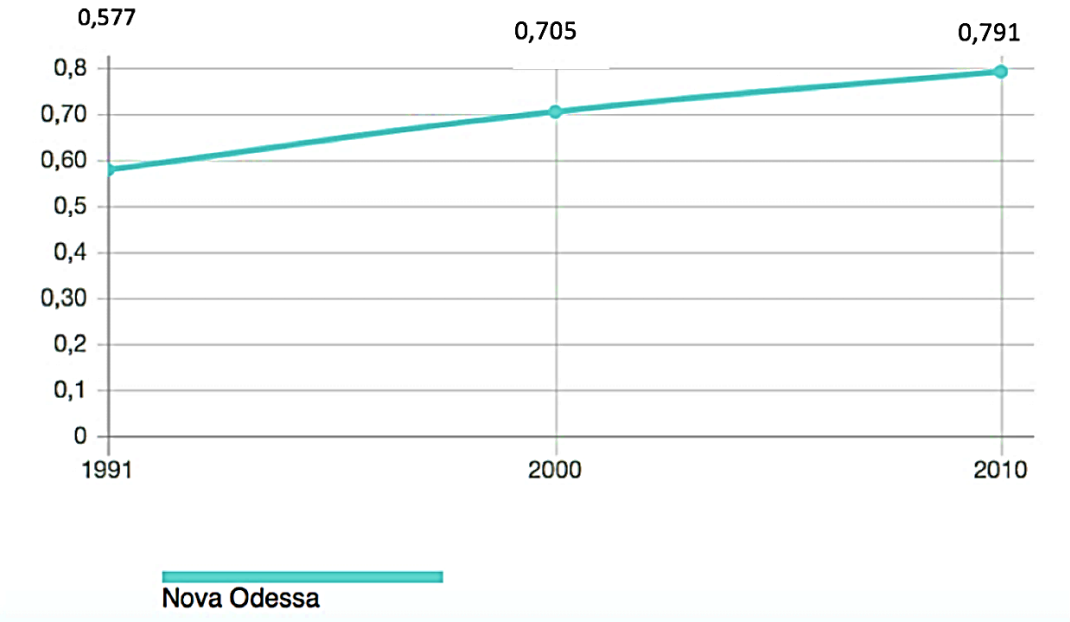
Fonte: datasus/ibge

Mapa 02 - IDHM da Região Metropolitana de Campinas - 2010 em destaque o Município de Nova Odessa



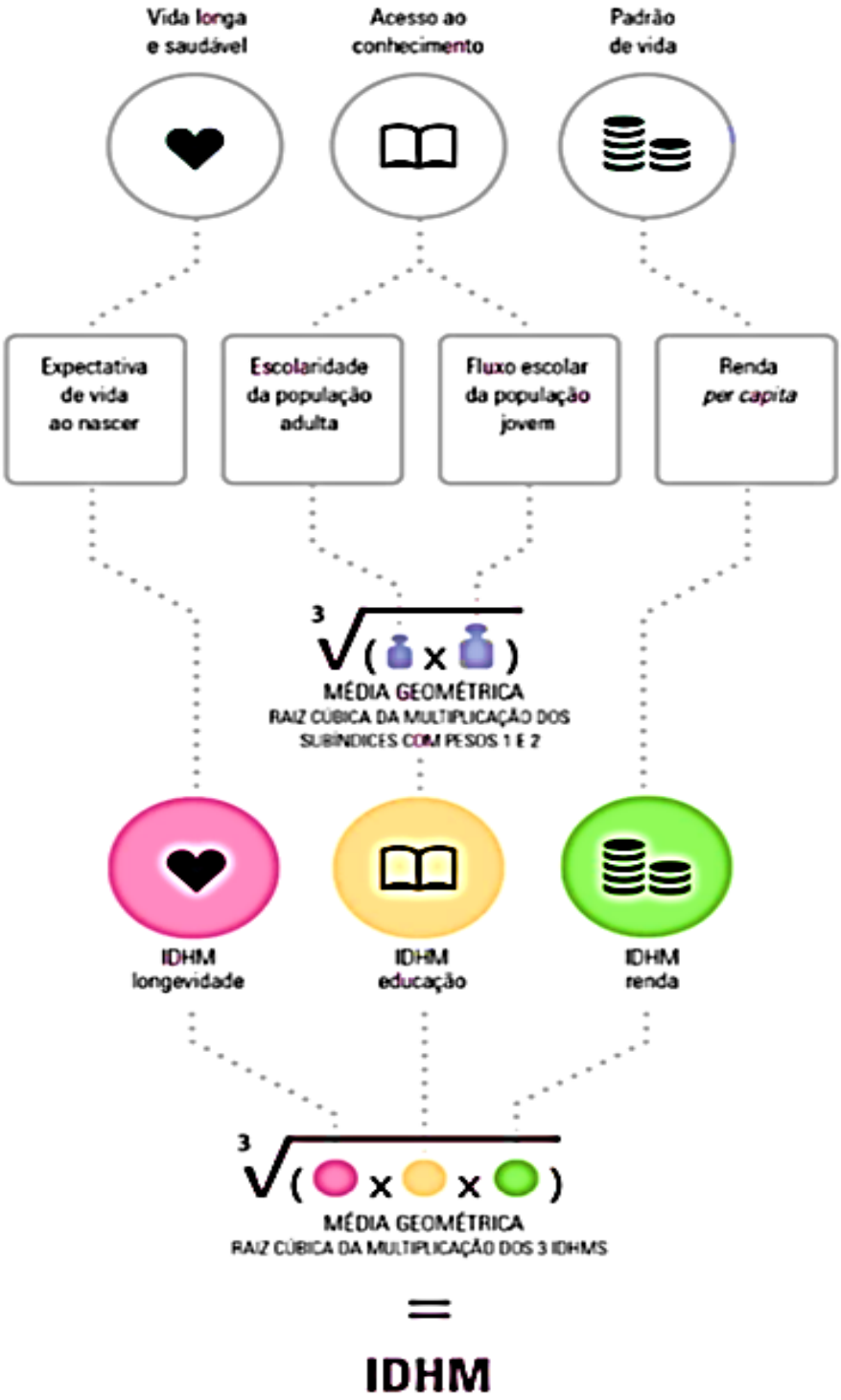
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

Gráfico 17 - Evolução do Índice de Desenvolvimento em Nova Odessa



Fonte: cidades.ibge.com.br

Figura 04 - Composição do IDHM

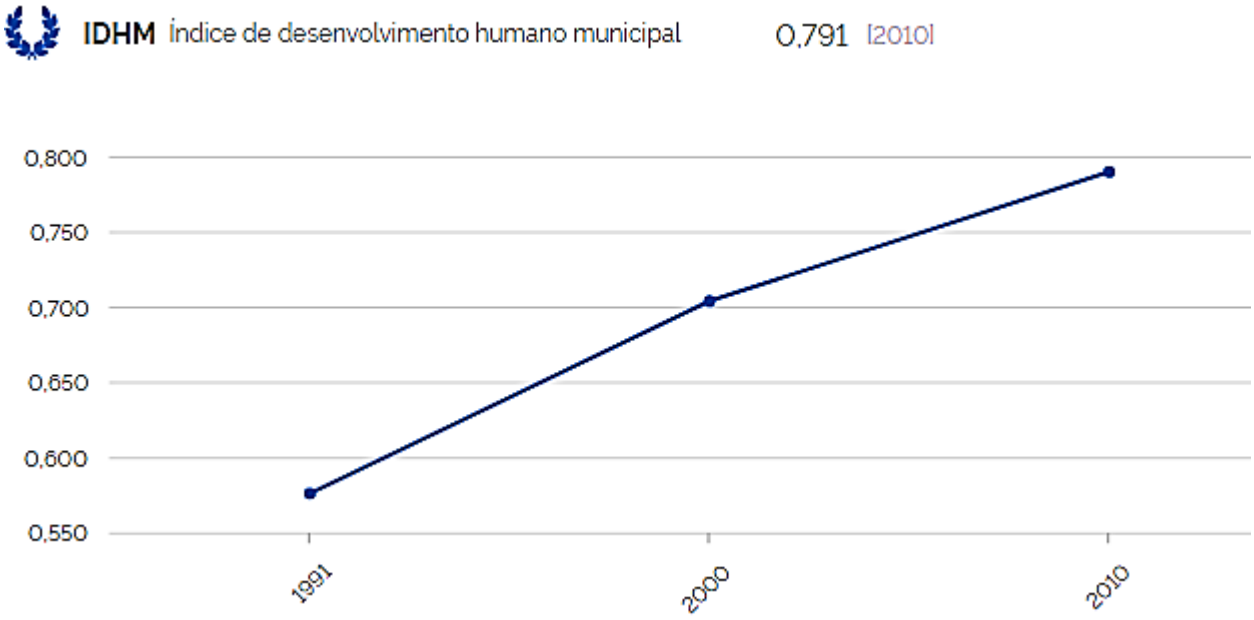


Fonte: PNUD; IPEA: FJP (2013)

Entre 1991 e 2000: O IDHM passou de 0,577 em 1991 para 0,705 em 2000 - uma taxa de crescimento de 22,18%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1(um), foi reduzido em

12,8% entre 1991 e 2000. Entre 2000 e 2010 Nova Odessa teve um incremento no seu IDHM de 27% nas últimas duas décadas. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 21% entre 1991 e 2010. Em relação ao Estado de São Paulo que em sua totalidade contempla o Município, em 2010, estava na 33ª posição.

Gráfico 18 - IDH de Nova Odessa no ranking do Estado de São Paulo



Fonte: cidades.ibge.com.br

Figura 05 - Condições de vida da população de Nova Odessa no ranking do Brasileiro

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza - 2018	
Município	44
RG	...
RA	44
Estado	44

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza - 2016	
Município	44
RG	...
RA	44
Estado	44

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade - 2018	
Município	74
RG	...
RA	75
Estado	72

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade - 2016	
Município	76
RG	...
RA	74
Estado	72

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade - 2018	
Município	65
RG	...
RA	59
Estado	53

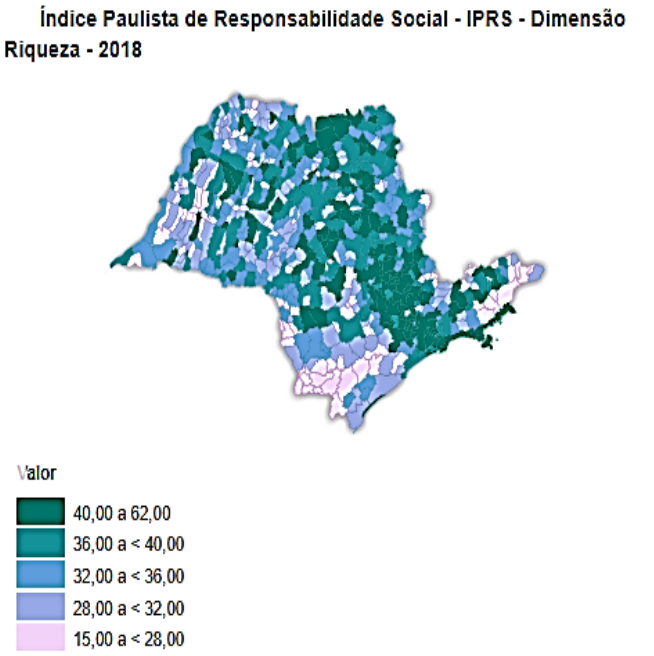
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade - 2016	
Município	61
RG	...
RA	56
Estado	51

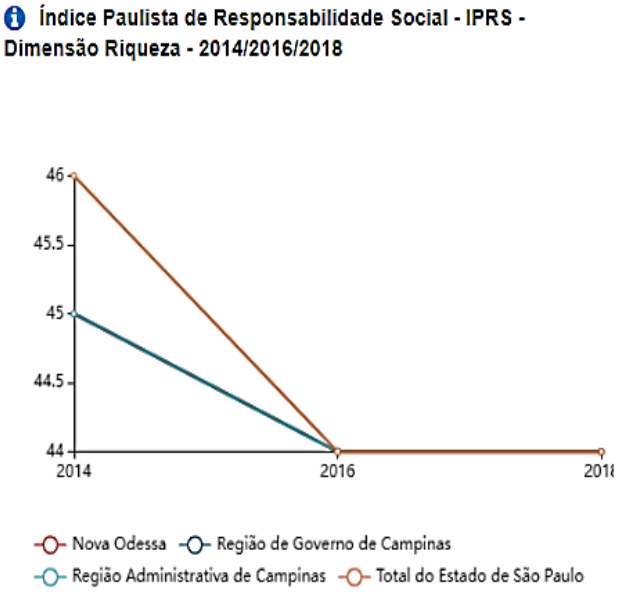
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Grupo - 2018	
Município	Dinâmicos
RG	NA
RA	NA
Estado	NA

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Grupo - 2016	
Município	Dinâmicos
RG	NA
RA	NA
Estado	NA

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - 2010	
Município	0,791
RG	...
RA	...
Estado	0,783

Renda per Capita - Censo Demográfico (Em reais correntes) - 2010	
Município	733,41
RG	924,97
RA	853,85
Estado	853,75





Fonte: cidades.ibge.com.br

Tabela 24 - O Município de Nova Odessa no Ranking de IDHM do Estado de São Paulo

POSIÇAO	MUNICÍPIO	DADOS DE 2010			
		IDHM MUNICIPAL	IDH RENDA	IDH LONGEVIDADE	IDH EDUCAÇÃO
IDH-M MUITO ALTO					
1º	SÃO CAETANO DO SUL	0,862	O,891	0,877	0,811
2º	ÁGUAS DE SÃO PEDRO	0,854	0,849	0,890	0,825
3º	SANTOS	0,840	0,861	0,852	0,807
4º	JUNDIAÍ	0,822	0,834	0,856	0,768
5º	VALINHOS	0,818	0,848	0,850	0,763
6º	VINHEDO	0,817	0,840	0,878	0,739
7º	ARARAQUARA	0,815	0,788	0,877	0,782
8º	SANTO ANDRÉ	0,815	0,819	0,851	0,769
9º	SANTANA DO PARNAÍBA	0,814	0,876	0,849	0,725
10º	ILHA SOLTEIRA	0,812	0,886	0,871	0,782
31º	PAULÍNIA	0,795	0,800	0,846	0,748
32º	HOLAMBRA	0,793	0,815	0,878	0,695
33º	NOVA ODESSA	0,791	0,755	0,861	0,762
34º	SALTINHO	0,791	0,771	0,857	0,750
35º	VOTUPORANGA	0,790	0,772	0,857	0,744

Fonte: fundação Wikipedia

10.1.5.2. Índice de Gini[13]

Novamente apontamos que a desigualdade aumentou na primeira década e diminuiu no segundo período: o Índice de Gini passou de 0,43 em 1991 para 0,45 em 2000 e decaiu para 0,42 em 2010.

Tabela 25 - Índice de Gini de Nova Odessa

Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Município		
Período: 1991, 2000 e 2010		
1991	**2000**	**2010**
0,43	**0,457**	**0,4236**

Fonte: SEADE

[13] *Índice de Gini - É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.*

10.1.5.3. IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social

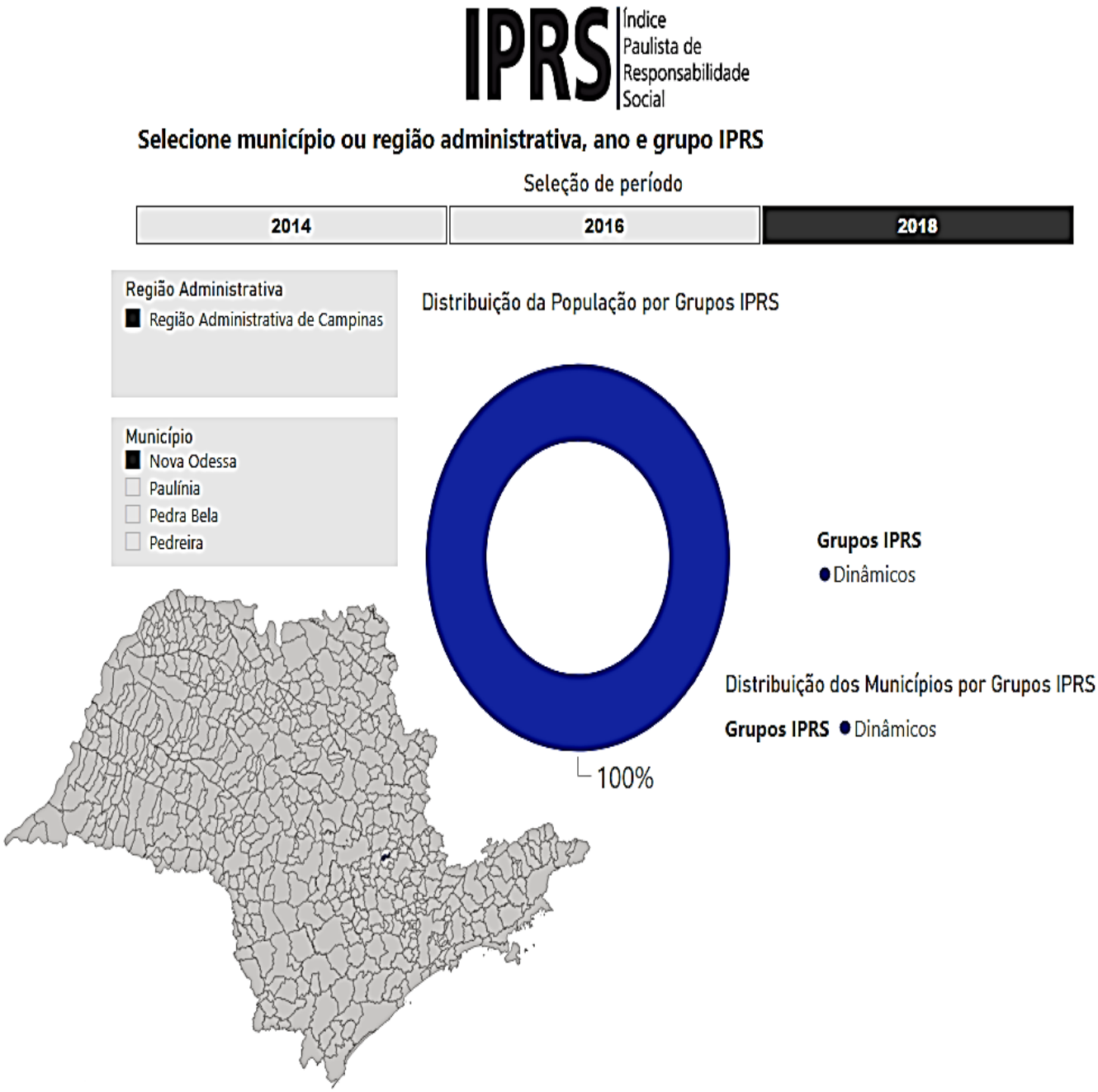
De encontro aos princípios da Agenda 21, o Estado de São Paulo inovou ao criar o Fórum São Paulo Século XXI, a partir de iniciativa da Presidência da Assembleia Legislativa. Consequência dessa iniciativa foi a definição do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social, por meio da Lei Estadual n.º 10.765/01, como um indicador síntese para apoiar os Municípios na orientação de suas políticas municipais de desenvolvimento social e melhora na qualidade de vida de sua população. O indicador de longevidade adotado no IPRS compõe-se da combinação de quatro taxas de mortalidade relativas a determinadas faixas etárias: perinatal (fetos e crianças de zero a seis dias); infantil (de zero a um ano); de pessoas de 15 a 39 anos; e de pessoas de 60 a 69 anos. Um dos indicadores desta dimensão é a Escolaridade que é a taxa de atendimento escolar na faixa etária de 0 a 3 anos, que reflete o esforço municipal em busca do maior acesso à creche.

Para o indicador de riqueza municipal são usados registros administrativos fornecidos anualmente pelas Secretarias da Fazenda e Planejamento e da Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, do Ministério da Economia e do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Para o indicador de longevidade, empregam-se projeções populacionais, dados do Registro Civil (de óbitos e nascimentos) e estimativas produzidas pela Fundação Seade.

Para o indicador de escolaridade, utilizam-se dados provenientes do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da SEADE 2 Educação (MEC), e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, também subordinado ao MEC.

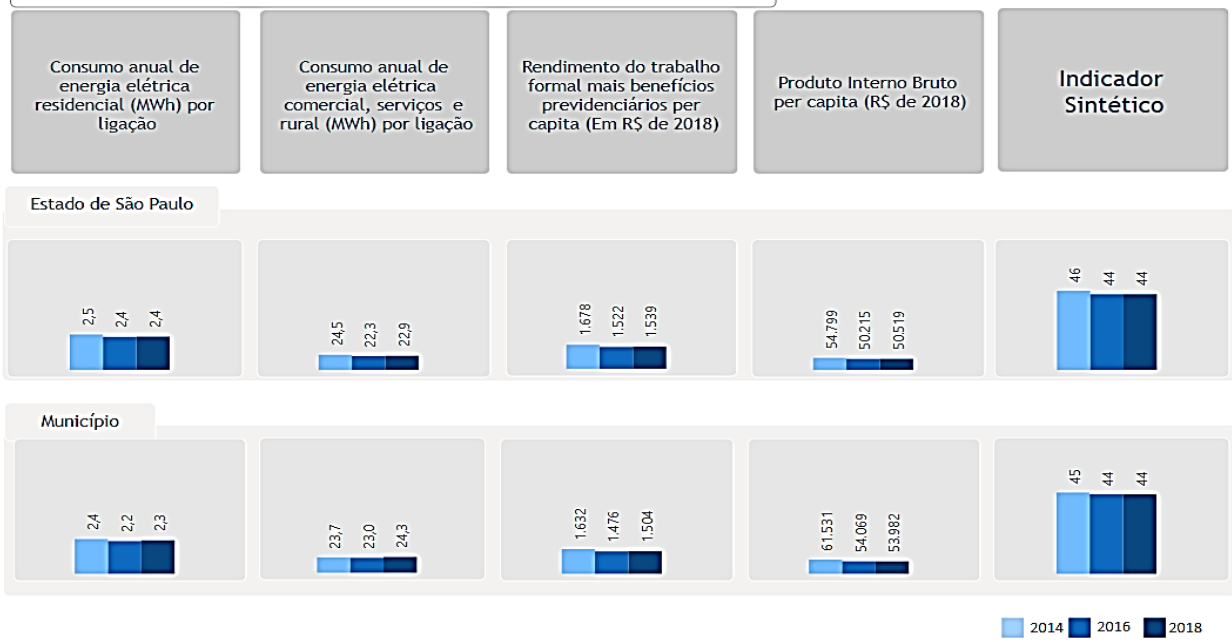
Figura 06 – Índice Paulista de Responsabilidade Social – Nova Odessa



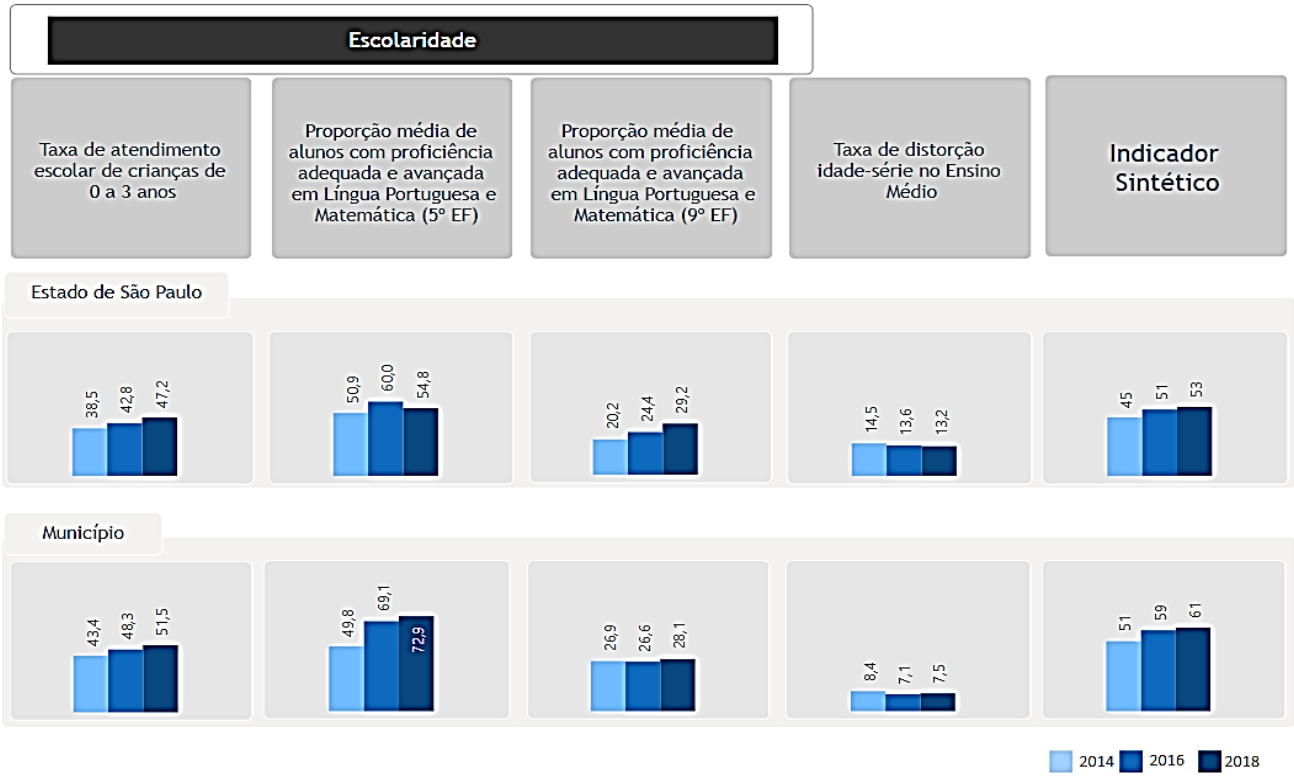
Fonte: ALESP

Indicadores sintéticos NOVA ODESSA

Riqueza



Longevidade



Fonte: ALESP

10.1.5.4. IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

Resultado de um tipo de crescimento econômico excludente e concentrador de riquezas, nossos grandes centros urbanos apresentam enormes desigualdades, com áreas de muita pobreza e condições de vida precárias.

Elaborar políticas públicas eficazes para essas localidades demanda um conhecimento dos problemas específicos das comunidades a serem atendidas.

Para uma melhor análise de concentração de pobreza, a Fundação Seade elaborou o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Trata-se de um indicador bem construído, fundamentado em estudos e teorias sobre o fenômeno da pobreza, que levam em conta não apenas a renda, mas também os diversos fatores determinantes da situação de vulnerabilidade social (escolaridade, saúde, arranjo familiar, possibilidades de inserção no mercado de trabalho, acesso a bens e serviços públicos).

Os sete grupos do IPVS resumem as situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico. As características desses grupos, no Estado de São Paulo, são apresentadas a seguir.

- Grupo 1 (baixíssima vulnerabilidade): No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R$8.459 e em 1,4% deles a renda não

ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 48 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 12,6%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 14,0 % tinham até 30 anos, e a parcela de crianças de 0 a 5 anos equivalia a 5,9% do total da população desse grupo.

- Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R$2.964 e em 8,1 % deles a renda não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 50 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 9,6%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 8,8 % tinham até 30 anos, e a parcela de crianças de 0 a 5 anos equivalia a 6,3% do total da população desse grupo.
- Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R$2.133 e em 14,0 % deles a renda não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 21,0 %. Dentre as mulheres chefes de domicílios 22,4 % tinham até 30 anos, e a parcela de crianças de 0 a 5 anos equivalia a 9,0% do total da população desse grupo.
- Grupo 4 (vulnerabilidade média-setores urbanos): No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R$1.627 e em 22,0 % deles a renda não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 12,1 %. Dentre as mulheres chefes de domicílios 9,7 % tinham até 30 anos, e a parcela de crianças de 0 a 5 anos equivalia a 8,4 % do total da população desse grupo.
- Grupo 5 (vulnerabilidade alta-setores urbanos): No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R$1.401 e em 28,7 % deles a renda não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,3 %. Dentre as mulheres chefes de domicílios 20,6 % tinham até 30 anos, e a parcela de crianças de 0 a 5 anos equivalia a 10,5% do total da população desse grupo.
- Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta-aglomerados subnormais): No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R$1.201 e em 34,9 % deles a renda não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 22,6 %. Dentre as mulheres chefes

de domicílios 22,7 % tinham até 30anos, e a parcela de crianças de 0 a 5 anos equivalia a 11,3 % do total da população desse grupo.

- Grupo 7 (vulnerabilidade alta-setores rurais): No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R$1.054 e em 42,5 % deles a renda não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 48 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,1 %. Dentre as mulheres chefes de domicílios13,7 % tinham até 30 anos, e a parcela de crianças de 0 a 5 anos equivalia a 9,2% do total da população desse grupo.

O Município de Nova Odessa, que integra a Região Administrativa de Campinas, possui, em 2021, uma projeção demográfica de 61.716 habitantes. A análise das condições de vida de seus habitantes mostra que a renda domiciliar média é de R$2.410, sendo que em 7,9% dos domicílios não ultrapassava meio salário-mínimo per capita.

Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios é de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,6% do total. Dentre as mulheres responsáveis pelo domicílio 14,4% têm até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivale a 7,5% do total da população.

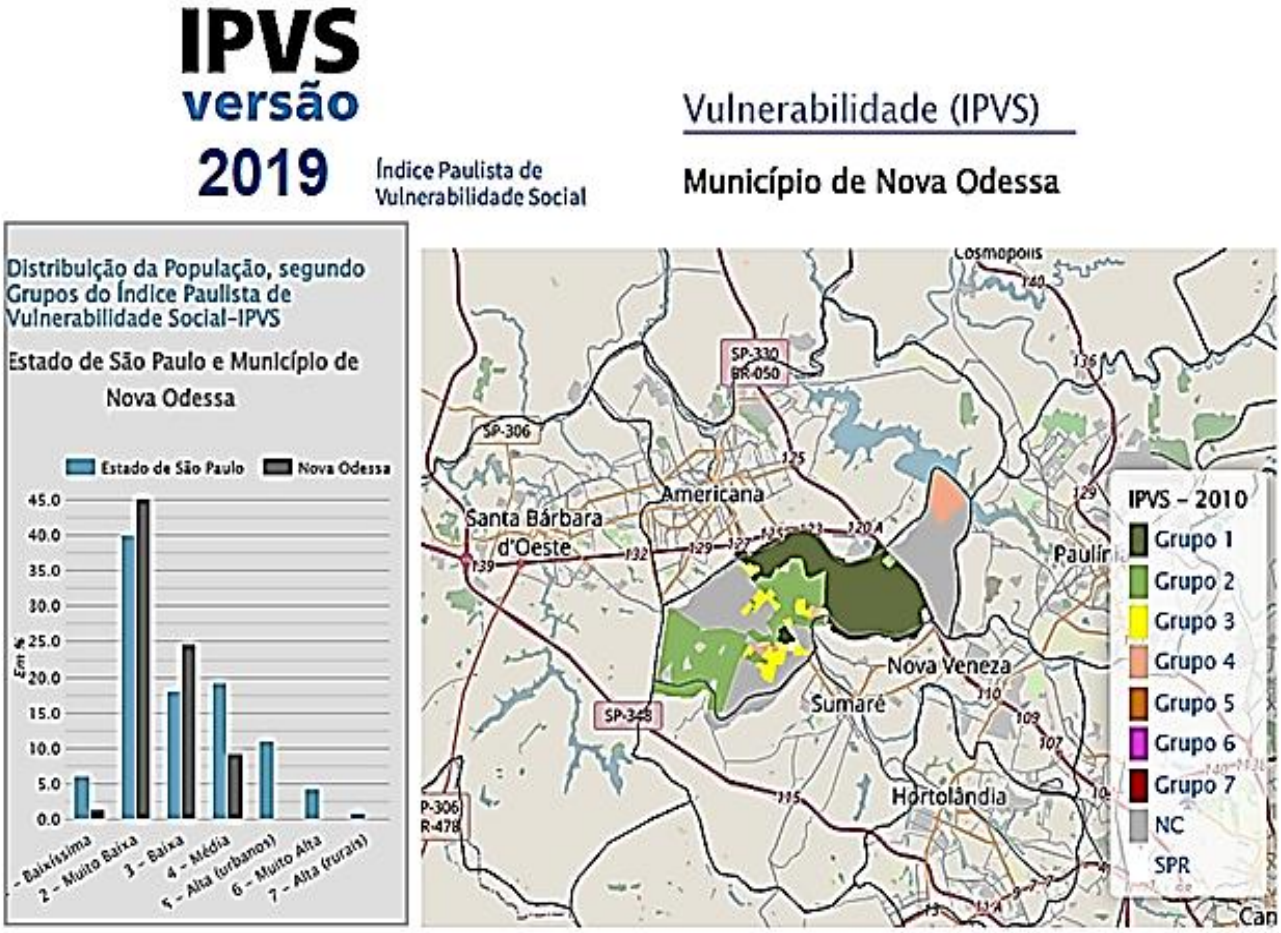
Os sete grupos do IPVS resumem as situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta (Gráfico), a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico (Tabela).

As características desses grupos, no município de Nova Odessa, são apresentadas a seguir.

Figura 07 – Jd São Francisco - Média Vulnerabilidade

Fonte: SEPLAN

Figura 08 – IPVS do Município

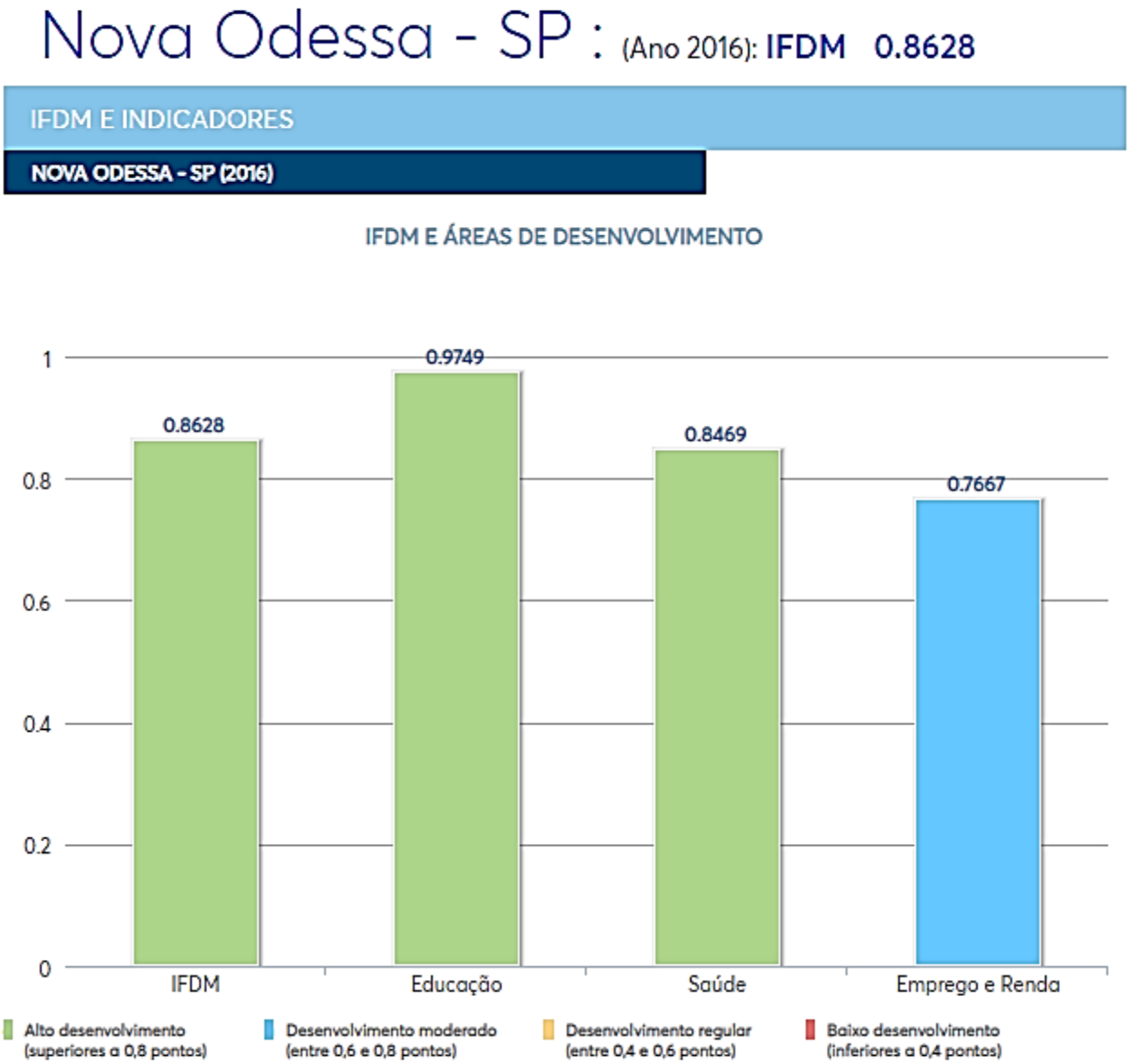


Fonte: ALESP

10.1.5.5. IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. A posição de Nova Odessa é bem agradável mas há ainda que se trabalhe para elevar esse índice.

Gráfico 19 – IFDM do Município



Fonte: FIRJAN

Tabela 26 – Ranking do Município de Nova Odessa

RANKING

IFDM CONSOLIDADO : NOVA ODESSA (2016)

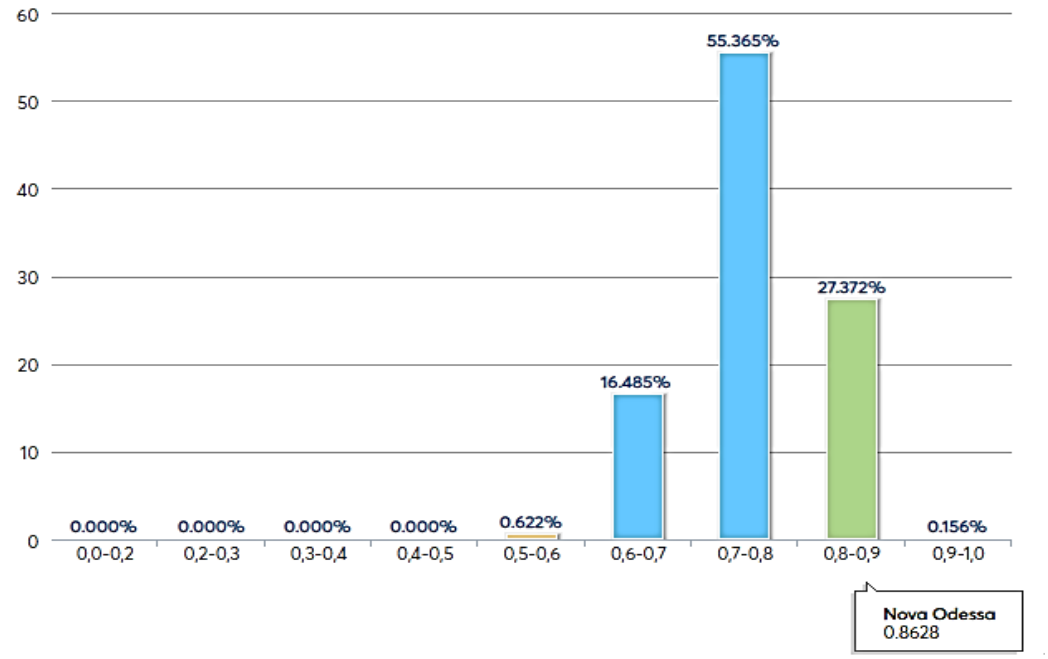
POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NO RANKING DO IFDM - Consolidado

Nacional	Estadual	IFDM Consolidado	UF	Município
35°	25°	0.8628	SP	Nova Odessa
37°	26°	0.8615	SP	Marília
38°	27°	0.8615	SP	Matão
39°	28°	0.8610	SP	Cajamar
41°	29°	0.8607	SP	Franca
42°	30°	0.8602	SP	Borá
43°	31°	0.8597	SP	Holambra
44°	32°	0.8596	SP	Fernandópolis
48°	33°	0.8584	SP	Iracemápolis
50°	34°	0.8568	SP	Mirassol

PANORAMA ESTADUAL

IFDM CONSOLIDADO : SÃO PAULO (2016)

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR INTERVALOS DE DESENVOLVIMENTO



Fonte: FIRJAN

11. ASPECTOS SOCIAIS

11.1. EDUCAÇÃO

Figura 09 - Secretaria de Educação – Nova Odessa

Fonte: Solourbe

Com o desenvolvimento acelerado do processo de globalização entramos na era do conhecimento e da criatividade. Essa passagem para a "sociedade do conhecimento" (para usar a expressão de Peter Drucker[14]) deve colocar a pessoa no centro do mundo.

E a sociedade do conhecimento precisa ter em seu âmago a educação da pessoa. Uma educação que aponta para a universalidade, exatamente porque a sociedade do conhecimento é uma sociedade de conhecimentos e é global - não só em sua moeda e em sua economia, mas em suas carreiras, em sua tecnologia, em suas questões básicas e, acima de tudo, em seus conhecimentos. Assim a sociedade pós-capitalista, a sociedade do conhecimento necessita precisamente do oposto daquilo que é, afinal, propugnado por desconstrucionistas, pelas feministas radicais ou pelos antiocidentais. Ela precisa daquilo que eles rejeitam: uma pessoa educada para o universal.

[14] *Peter Ferdinand Drucker foi um escritor, professor e consultor administrativo de origem austríaca, considerado como o pai da administração moderna, sendo o mais reconhecido dos pensadores do fenômeno dos efeitos da globalização na economia em geral e em particular nas organizações - subentendendo-se a administração moderna como a ciência que trata sobre pessoas nas organizações, como dizia ele próprio*

E, nesse quadro, deve-se observar que é grave também formar desmemoriados. Tanto quanto o irresponsável, o desmemoriado não é uma pessoa completa, nem um nem outro desfrutam do pleno exercício das suas faculdades, que é a única coisa que permite ao homem, sem perigo para ele e para os seus semelhantes, o exercício de uma verdadeira liberdade.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU número 4 diz: "Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos".

Fonte:https://brasil.un.org/

11.1.1. O PME – Plano Municipal de Educação

Com o advento da Emenda Constitucional no 59, de 11 de novembro de 2009, que alterou o artigo 214 da Constituição Federal, os planos decenais de educação se apresentam com os objetivos de articulação do sistema nacional de educação e de definição de metas e estratégias para a manutenção e desenvolvimento do ensino em todos seus níveis, etapas e modalidades, abrangendo o território a qual se refere, quer seja nacional, estadual ou municipal.

Um Plano Municipal de Educação analisa os dados educacionais, demográficos e estatísticos do município, informações sobre a rede e a estrutura existente, bem como analisa o orçamento destinado à educação, e o estudo de estratégias para atingir as metas propostas pela legislação. Outro aspecto considerado é a análise técnica e jurídica de propostas elaboradas por Câmaras Temáticas para que o plano traduza os interesses envolvidos e ao mesmo tempo garanta os mecanismos para a sua realização.

Um Plano Municipal de Educação é um instrumento de desenvolvimento social, econômico e educacional, assim como um fator de inclusão social, uma vez que garante, enquanto política pública municipal, nortear a Educação pelos próximos 10 anos futuros.

O Plano Municipal de Educação de Nova Odessa começou a ser elaborado em outubro de

2014, foi sancionado através da Lei nº 2965 de 15 de junho de 2015 e contempla um período de vigência de 10 anos, ou seja, de 2015 a 2025 e se refere a todas as unidades e organizações educacionais sediadas no território que compreende o Município de Nova Odessa. Esta lei encontra-se no anexo 1 deste volume.

11.1.2. Escolaridade: Evolução da Matrícula e Indicadores de Rendimento Escolar

A Prefeitura de Nova Odessa investe 27% do Orçamento na Educação – bem acima do percentual determinado pela lei. Por isso, 100% das crianças estão na escola e não há falta de vagas em creches.

Todas as escolas municipais contam com modernos laboratórios de informática. Segundo o IBGC são 6.938 alunos matriculados no ensino fundamental.

O Setor de Merenda Escolar garante alimentação gratuita e de qualidade para os alunos da Rede Municipal, que recebem ainda suco e pão produzidos na Padaria Municipal. Todas as escolas contam com modernos laboratórios de informática, e se encontram em razoáveis condições de conservação. Desde 2021 a municipalidade tem investido em reformas, compra de equipamentos, ar-condicionado, novos mobiliários, sistemas de lousas digitais e outras modernidades para a melhoria da qualidade dos serviços. Os mobiliários escolares são frequentemente renovados e substituídos e os materiais pedagógicos são de excelente qualidade.

Por tudo isso, o Índice Paulista de Responsabilidade Social aponta Nova Odessa em 8º lugar no ranking estadual da Educação.

Figura 10 - CMEI (Centro Municipal de Ensino Infantil) 'Aparecida Rodrigues Prata'

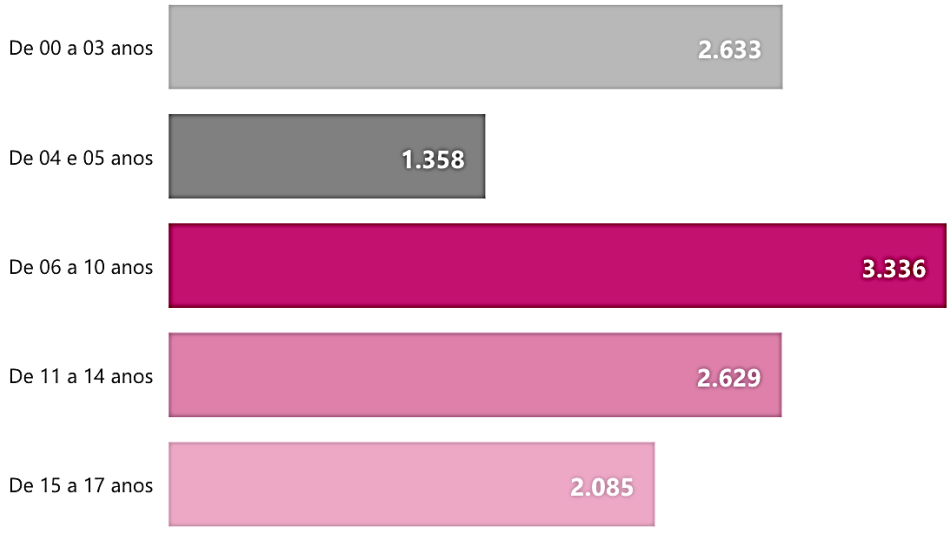
Fonte: PMNO

Tabela 27 - Dados sobre a Educação no Município de Nova Odessa – IBGE

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	**98,4** %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	**7,3**
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	**5,5**
Matrículas no ensino fundamental [2020]	**6.938** matrículas
Matrículas no ensino médio [2020]	**1.954** matrículas
Docentes no ensino fundamental [2020]	**411** docentes
Docentes no ensino médio [2020]	**205** docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020]	**23** escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2020]	**12** escolas

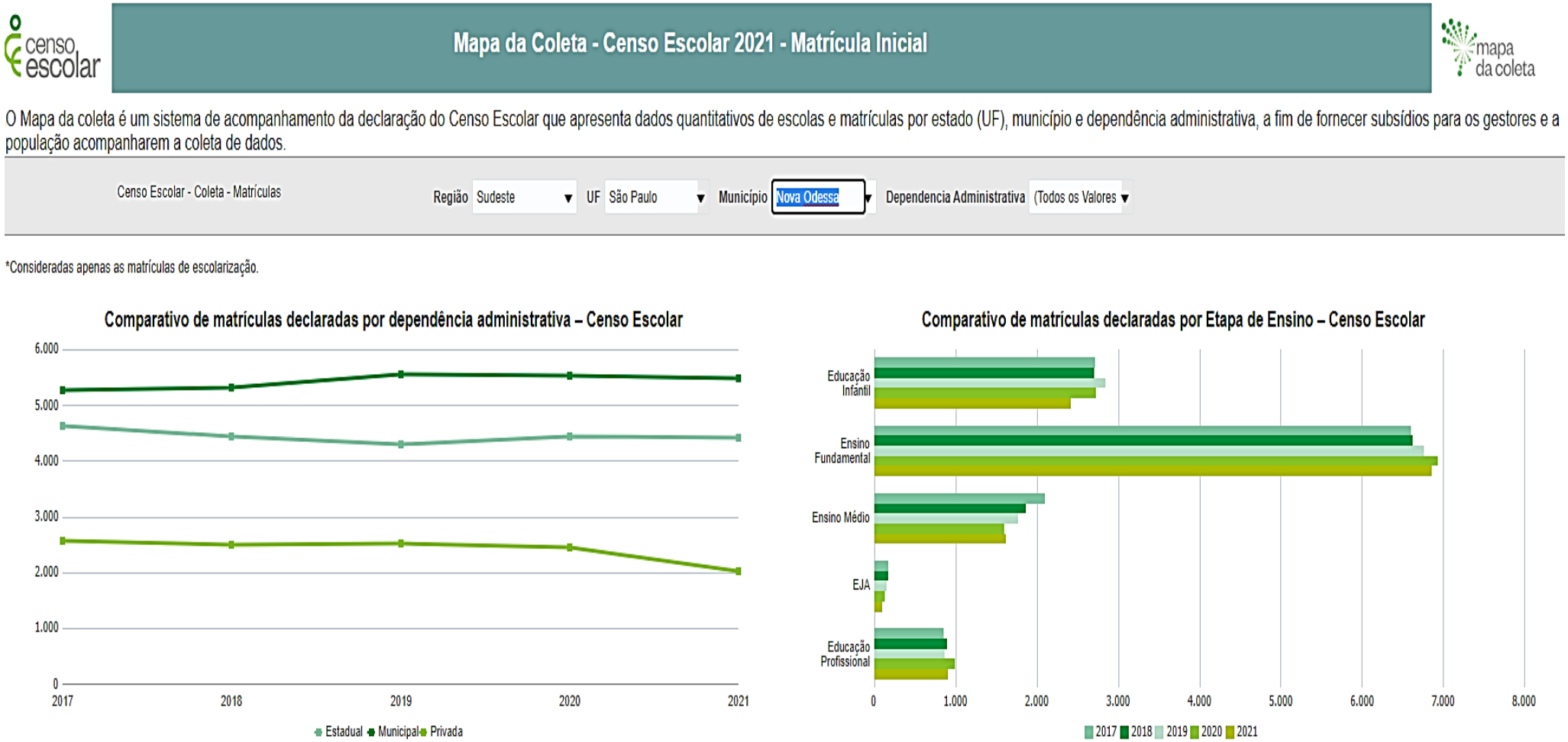
Fonte: ibge.gov.br

Tabela 28 - População em Idade Escolar no Município de Nova Odessa – 2020



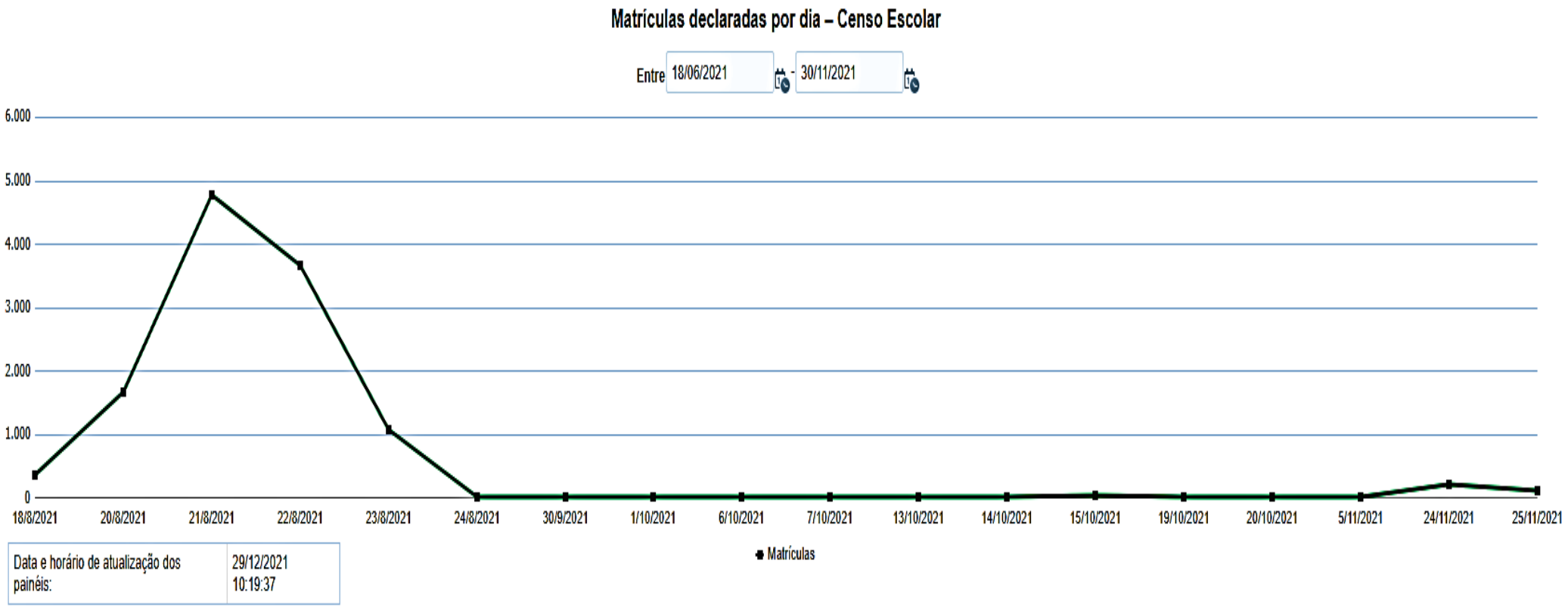
Fonte: população.seade.gov.br

Gráfico 20 – Censo Escolar - Matrículas Declaradas



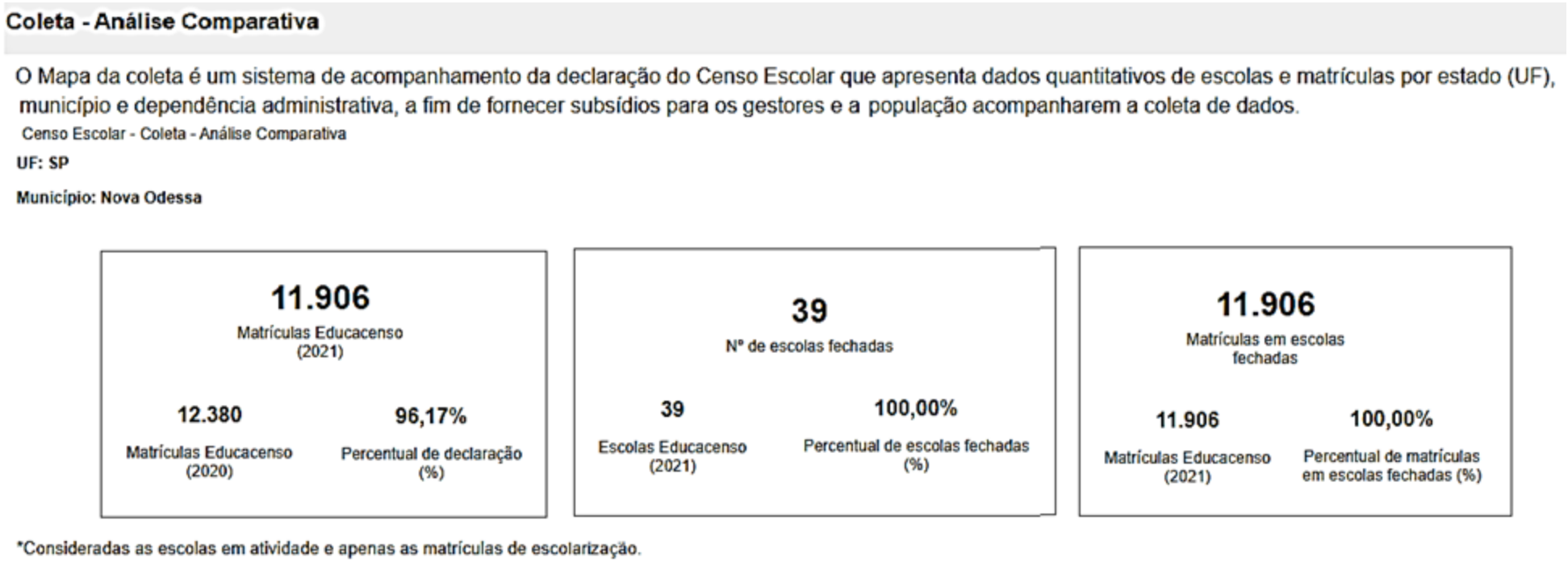
Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Gráfico 21 – Censo Escolar – matrículas declaradas por dia



Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeir

Figura 11 - Análise Comparativa



Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeir

Tabela 29 - Relação de escolas, de acordo com o percentual de declaração entre 2021 e 2020 - Nova Odessa

Ordem	Nome Escola	Matrículas Educacenso 2020	Matrículas Educacenso 2021	Percentual de declaração (%)	Diferença (2021-2020)
1	AGILDO SILVA BORGES PROFESSOR CMEI	137	126	91,97	-11
2	ALEXANDRE BASSORA	486	469	96,50	-17
3	ALMERINDA DELEGA DELBEN PROFESSORA EMEF	151	196	129,80	45
4	ALZIRA FERREIRA DELEGA PROFESSORA EMEF	139	145	104,32	6
5	APAE DE NOVA ODESSA	88	94	106,82	6
6	AUGUSTINA ADAMSON PAIVA PROFESSORA EMEFEI	118	131	111,02	13
7	BIOCENTRICO COLEGIO	161	155	96,27	-6
8	CASTELINHO CENTRO EDUCACIONAL	72	3	4,17	-69
9	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL PROFESSORA MARIA ESTELA DINIZ GAZZETTA	159	146	91,82	-13
10	CMEI APPARECIDA RODRIGUES PRATA	80	73	91,25	-7
11	CMEI GRAZIOSO MARCHIORO	298	273	91,61	-25
12	CMEI MARIA JOSE FLAUZINO	153	78	50,98	-75
13	CMEI MERCEDES LADEIRA BRAZILINO	161	170	105,59	9
14	CMEI PENHA MARIA PIRES DE ANDRADE MIRANDA	121	127	104,96	6
15	DORTI ZAMBELLO CALIL PROFA	544	610	112,13	66
16	ELENI WHITEHEAD CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL	95	108	113,68	13
17	EMEF PROFª SALIME ABDO	519	540	104,05	21
18	EMEFEI DANTE GAZZETTA	331	344	103,93	13
19	EMEFEI PROFESSORA HALDREY MICHELLE BUENO	357	353	98,88	-4
20	ETEC FERRUCIO HUMBERTO GAZZETTA	804	718	89,30	-86
21	GERALDO DE OLIVEIRA	487	514	105,54	27
22	JOAO THIENNE DR	953	892	93,60	-61
23	JOAQUIM RODRIGUES AZENHA DR	650	677	104,15	27
24	JOSE MARIO DE MORAES PROF CEI	170	167	98,24	-3
25	MARIA CECILIA BORRIERO MILANI PROFESSORA CMEI	60	59	98,33	-1
26	NETWORK COLEGIO	662	470	71,00	-192
27	NOVA ODESSA COLEGIO EDUCACIONAL DE	836	706	84,45	-130
28	OSVALDO LUIZ DA SILVA VEREADOR EMEFEI	413	411	99,52	-2
29	PAULO AZENHA EMEF	168	175	104,17	7
30	PROFª ALVINA MARIA ADAMSON EMEFEI	526	589	111,98	63
31	SAO CAETANO INSTITUTO	246	203	82,52	-43
32	SESI 436 CENTRO EDUCACIONAL	374	385	102,94	11
33	SILVANIA APARECIDA SANTOS PROFA	501	537	107,19	36
34	SIMAO WELSH PREFEITO EMEFEI	703	665	94,60	-38
35	THERESINHA ANTONIA MALAGUETTA MERENDA PROFESSORA EMEFEI	216	195	90,28	-21
36	VANIA MEIRELLES DEXTRO MAUERBERG PROFESSORA CMEI	45	47	104,44	2
37	VICTOR FACCHIN CANOSSIANO PADRE CMEI	134	131	97,76	-3
38	WALDEREZ GAZZETTA PROFESSORA CMEI	48	31	64,58	-17
39	WALTER MERENDA PROFESSOR CMEI	214	193	90,19	-21

Notas:

1. As escolas destacadas em vermelho estão com a coleta de matrícula abaixo de 60% em relação a 2020.

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

11.1.3 Rede Física Escolar

As informações sobre a rede física escolar foram disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Nova Odessa e referem-se primeiramente à quantidade de escolas municipais, estaduais e particulares. O município conta com 6 escolas estaduais, 13 escolas municipais, 13 creches, 6 escolas particulares e 1 escola técnica.

Tabela 30- Equipamentos Municipais de Educação – Creches

LEVANTAMENTO PDNO - EDUCAÇÃO - NOVA ODESSA				
EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - CRECHE				
Nº	**NOME**	**ENDEREÇO:**		**OBSERVAÇÃO:**
1	CMEI Profª Apparecida Rodrigues Prata	Rua Benedito Crempe, 260	Jd. São Francisco	
2	CMEI Profª Eleni Whitehead	Rua Guilherme Klavin, 300	Jd. Marajoara	
3	CMEI Profº José Mário Moraes	Av. São Gonçalo, 1557	Jd. Santa Rita II	
4	CMEI Profª Maria Cecília Borriero Milani	Rua Frederico Bassora, 101	Green Village	
5	CMEI Profª Maria Estela Diniz Gazzetta	Rua Tamboril, 975	Jd Capuava	
6	CMEI Profª Maria José Flauzino	Rua São Paulo, 399 e 425	Jd. São Jorge	
7	CMEI Mercedes Ladeira Brazilino	Rua Geraldo Leme, 250	Pq. Res. Klavin	
8	CMEI Grazioso Marchioro (Pe. Renato)	Rua dos Mognos, 340	Jd Alvorada	
9	CMEI Pe Victor Facchin Canossiano	Rua Manoel de Oliveira Azenha, 161 e 191	Jd São Manoel	
10	CMEI Profª Penha Maria Pires de Andrade Miranda	Rua Francisco Leite de Camargo, 456	Sta. Luiza II	
11	CMEI Profª Vânia Meirelles Dextro Mauerberg	Rua Maria Raposeiro Azenha, 475	Vila Azenha	
12	CMEI Profª Walderez Gazzetta	Rua José de Paiva, 165	Jd Planalto	
13	CMEI Profº Walter Merenda	Rua Herman Jankovitz, 600	Jd. Sta Rosa	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nova Odessa

Figura 12 – CMEI Professora Eleni Whitehead – Jd Marajoara

Fonte: SEPLAN

Tabela 31 - Equipamentos Municipais de Educação Fundamental Fase 1º ao 5º Ano

LEVANTAMENTO PDNO - EDUCAÇÃO - NOVA ODESSA				
EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL (4 A 11 ANOS "média") Fase 1 - 5º				
Nº	NOME	ENDEREÇO	BAIRRO	OBSERVAÇÃO:
1	EMEF Profª Silvania Aparecida Santos	Rua Irineu José Bordon, 451	Sta. Luiza I	
2	EMEF Profª Almerinda Delegá Delben	Rua Theodoro Klavin, 560	Pq. Res. Klavin	
3	EMEF Profª Alvina Maria Adamson	Rua Aracaju, 215	Jd São Jorge	
4	EMEF Profª Alzira Ferreira Delegá	Rua Frederico Bassora, 101	Green Village	
5	EMEF Profª Augustina Adamson Paiva	Rua Porphirio A. Preto, 333	Jd. São Francisco	
6	EMEF Profª Salime Abdo	Rua dos Mognos, 336	Jd. Alvorada	
7	EMEFEI Dante Gazzetta	Rua Aristeu Valente, 133	Centro	
8	EMEFEI Paulo Azenha	Rua Maria Raposeiro Azenha, 455	Vila Azenha	
9	EMEFEI Pref. Simão Welsh	Rua João Bento Carneiro, 355	Jd. Sta Rita II	
10	EMEFEI Profª Haldrey Michelle Bueno	Av. Paschoal Piconi, 415	Jd. São Manoel	
11	EMEFEI Profª Theresinha Antonia Malaguetta Merenda	Rua Joaquim Sanches, 480	Jd. Bela Vista	
12	EMEFEI Ver. Osvaldo Luiz da Silva	Rua Vitório Fadel, 465	Jd. Marajoara	
13	EMEFEI Ver. Avelino Xavier Alves (Poneis)	Rua Alcides Gonçalves Sobrinho, 350	Jd. Lagos I	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nova Odessa

Tabela 32 - Equipamentos Particulares de Educação

LEVANTAMENTO PDNO - EDUCAÇÃO - NOVA ODESSA				
EQUIPAMENTOS PARTICULARES DE EDUCAÇÃO				
Nº	NOME	ENDEREÇO	BAIRRO	OBSERVAÇÃO:
1	Centro Educacional Castelinho	R. Rio Branco, 1460	Jardim Santa Rosa	
2	Colégio Biocêntrico	R. Anchieta, 155	Centro	
3	Colégio Objetivo	R. Antonio Rodrigues Azenha, s/nº	Vila Azenha	
4	Faculdade e Colégio Network	Av. Ampélio Gazzetta, 2445	Lopes Iglesias	
5	Instituto Educacional São Caetano	R. 1º de Janeiro, 175	Centro	
6	SESI	R. dos Jacarandás, 100	Jd das Palmeiras	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nova Odessa

Tabela 33 - Equipamentos Técnicos de Educação

LEVANTAMENTO PDNO - EDUCAÇÃO - NOVA ODESSA				
EQUIPAMENTOS TECNICOS DE EDUCAÇÃO				
Nº	NOME	ENDEREÇO	BAIRRO	OBS:
1	Escola Técnica - ETEC	R. Theófilo Sniker, 38	Jd. Eneides	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nova Odessa

Mapa 03 – Equipamentos Municipais e Estaduais e Educação (Em Anexo no Volume Mapas)

11.1.4. Evolução da Matrícula e Indicadores de Rendimento Escolar

A tabela se seguir mostra que, com relação a evolução das matriculas no município, nos anos iniciais houve uma queda nos dois últimos anos, mas os anos seguintes se mantiveram em crescimento. As matrículas dos alunos da fase 1 (creche) tiveram um decréscimo de 9,1% na rede municipal, mas as matriculas dos alunos do 1º ano mostram um aumento percentual de 11%.

Tabela 34 - Evolução das Matrículas no Município 2018-2021

LEVANTAMENTO PDSNO - EDUCAÇÃO - NOVA ODESSA					
ANO	2018	2019	2020	2021	OBSERVAÇÃO:
FASE 1	558	671	604	507	
FASE 2	629	596	690	591	
1º ANO	600	600	572	666	
2º ANO	611	673	637	576	
3º ANO	611	579	654	610	
4º ANO	619	620	590	659	
5º ANO	555	596	603	605	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

No Ensino Fundamental a Administração Municipal divide com o Estado a maior parte da oferta, cabendo ao Município a garantia da escolaridade desde a pré-escola até à 4ª série do Ensino Fundamental, responsabilizando-se a Administração Estadual pelas quatro últimas séries deste nível de ensino.

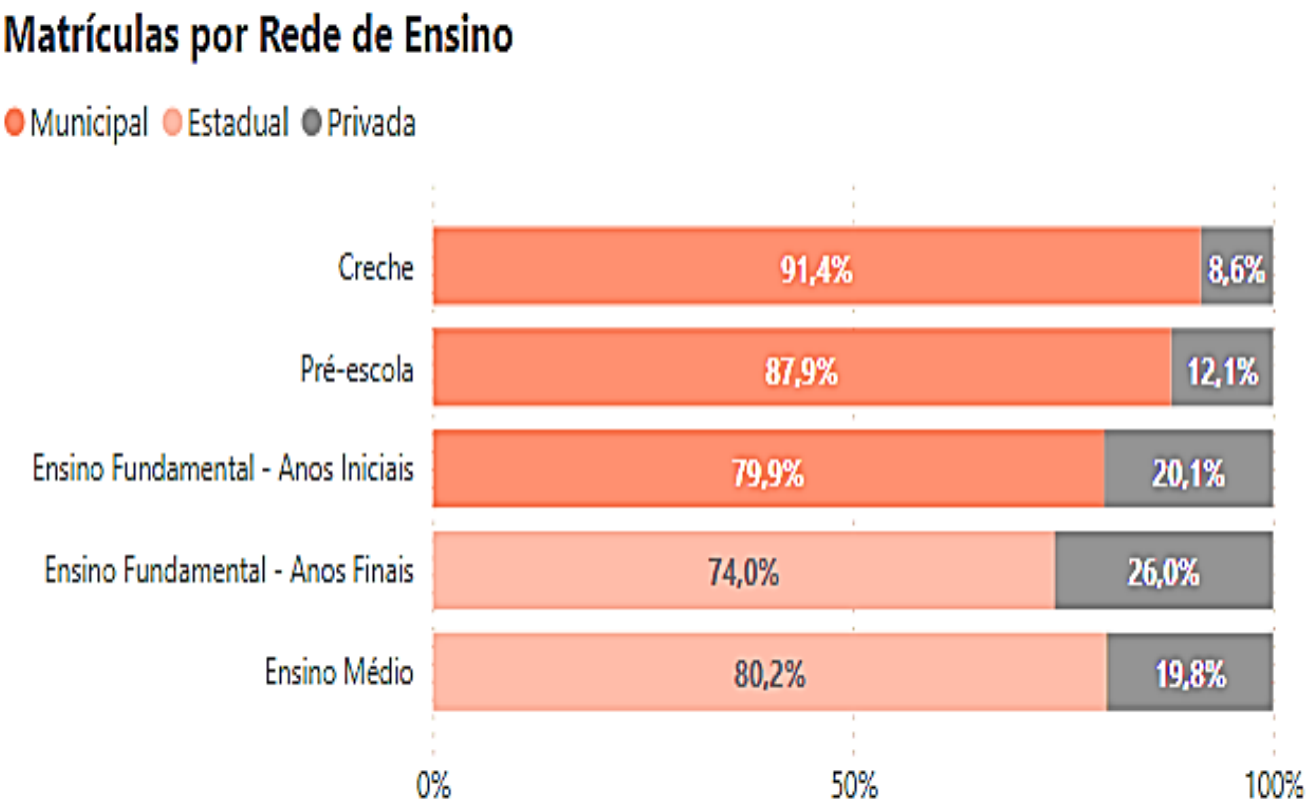
A participação do Estado é fundamental na oferta de vagas no Ensino Médio, respondendo por cerca de 80,2% da matrícula, enquanto a iniciativa privada oferta aproximadamente 19,8 % das vagas.

Tabela 35 - Número matriculas por Rede de Ensino em Nova Odessa

Nivel_Escolar	Municipal	Estadual	Privada
Creche	1191		112
Pré-escola	1222		169
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	2997		753
Ensino Fundamental - Anos Finais		2170	763
Ensino Médio		1259	311

Fonte: municípios.seade.com.

Gráfico 22 - Taxa de Matriculas por Rede de Ensino em Nova Odessa



Fonte: municípios.seade.com

Tabela 36 - Evolução da População em Idade Escolar em Nova Odessa – 0 à 17 anos

Períodos	De 00 a 03 anos	De 04 e 05 anos	De 06 a 10 anos	De 11 a 14 anos	De 15 a 17 anos
2000	2.731	1.422	3.686	3.083	2.442
2005	2.664	1.353	3.634	3.198	2.491
2010	2.527	1.251	3.488	3.228	2.470
2015	2.663	1.288	3.234	2.813	2.453
2020	2.633	1.358	3.336	2.629	2.085
2025	2.530	1.312	3.357	2.717	2.002
2030	2.387	1.243	3.241	2.708	2.081
2035	2.239	1.166	3.060	2.598	2.033
2040	2.118	1.095	2.868	2.446	1.933
2045	2.013	1.039	2.701	2.289	1.810
2050	1.920	990	2.567	2.161	1.698

Fonte: população.seade.gov.br

Tabela 37 - Evolução da População em Idade Escolar e demais Idades em Nova Odessa – 17 Anos e demais Idades

Ano ▲	Até 17 anos	Demais idades	Participação da população até 17anos	Participação da população nas demais idades
2000	13.364	28.623	31,8%	68,2%
2005	13.340	33.415	28,5%	71,5%
2010	12.964	38.194	25,3%	74,7%
2015	12.451	42.460	22,7%	77,3%
2020	12.041	45.998	20,7%	79,3%
2025	11.918	48.411	19,8%	80,2%
2030	11.660	50.324	18,8%	81,2%
2035	11.096	51.790	17,6%	82,4%
2040	10.460	52.696	16,6%	83,4%
2045	9.852	53.004	15,7%	84,3%
2050	9.336	52.763	15,0%	85,0%

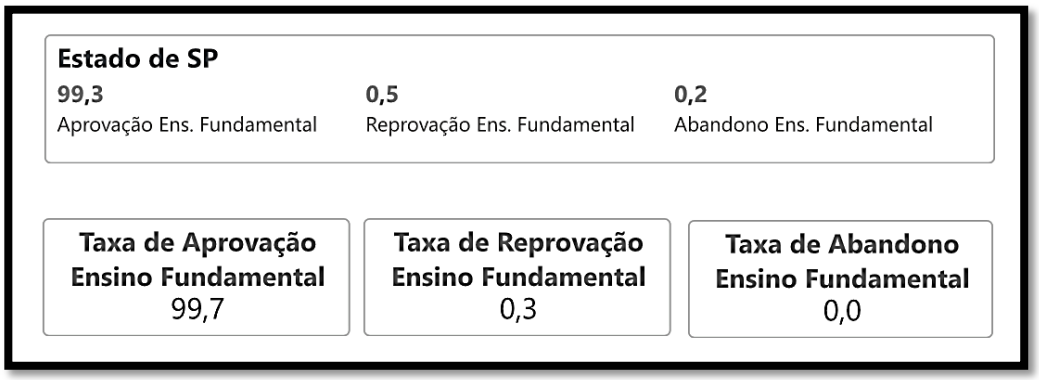
Fonte: população.seade.gov.br

Tabela 38 - Número de Matrículas, Docentes e Escolas no Município de Nova Odessa - 2020

MATRÍCULAS		
Ensino infantil	2.725	matrículas
Ensino fundamental	6.938	matrículas
Ensino médio	1.954	matrículas
DOCENTES		
Ensino infantil	117	docentes
Ensino fundamental	411	docentes
Ensino médio	205	docentes
ESCOLAS		
Ensino infantil	26	escolas
Ensino fundamental	23	escolas
Ensino médio	12	escolas

Fonte: Censo Escolar - IBGE

Figura 13 - Índices de Aprovação, Reprovação e taxa de Abandono Escolar em Nova Odessa comparados ao Estado de São Paulo



Fonte: municípios.seade.gob.br

Tabela 39 - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono Escolar em Nova Odessa

Nível e rede de ensino	Taxa de aprovação	Taxa de reprovação	Taxa de abandono
Fundamental - anos iniciais			
Privada	99,20	0,80	0,00
Pública	99,80	0,20	0,00
Fundamental - anos finais			
Privada	99,40	0,60	0,00
Pública	99,80	0,20	0,00
Médio			
Privada	99,70	0,30	0,00
Pública	99,40	0,40	0,20

Fonte: municípios.seade.gob.br

11.1.5. IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Nova Odessa

A avaliação dos dados globais de escolaridade da população de Nova Odessa mostra-se positiva, uma vez que, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, 98,4% da população do município era alfabetizada, recaindo sobre a população com mais de 50 anos as maiores taxas de analfabetismo (11,50%). O Ministério da Educação, através do INEP (Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) criou em 2007 o IDEB que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Este índice sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país:

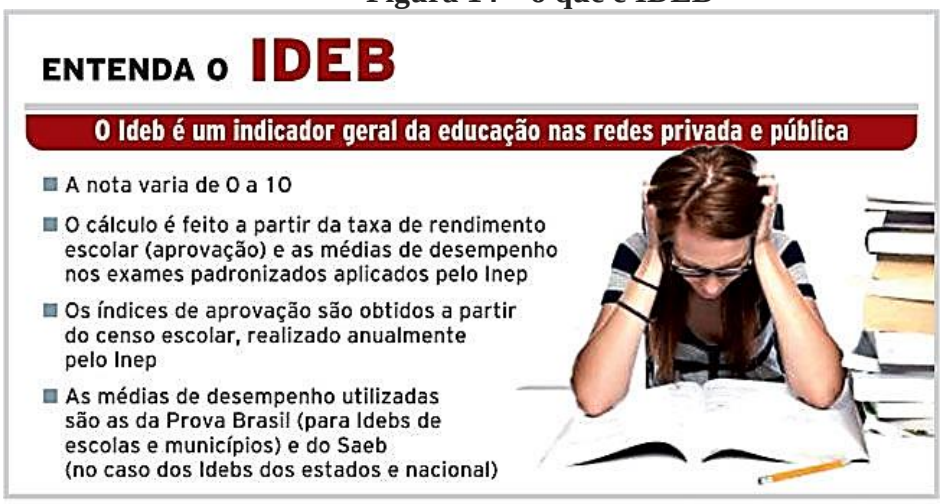
1. **Fluxo**: representa a taxa de aprovação dos alunos;
2. **Aprendizado**: corresponde ao resultado dos estudantes no SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aferido tanto pela Prova Brasil, avaliação censitária do ensino público, e a ANEB, avaliação amostral do SAEB, que inclui também a rede privada.

As médias de desempenho utilizadas são as da antiga Prova Brasil (que agora se chama Saeb) para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As notas das provas de língua portuguesa e matemática são padronizadas em uma escala de zero a dez. Depois, essa nota é multiplicada pela taxa de aprovação, que vai de 0% a 100%. Desse modo, esse índice reúne, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021. Com o IDEB ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da

educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. O IDEB também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica.

O Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. Em 2019, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade de Nova Odessa tiveram nota média de 7,3 no IDEB, classificação que coloca o município em 40º lugar entre os 645 municípios do Estado de São Paulo.

Figura 14 – o que é IDEB



Fonte: Ministério da Educação

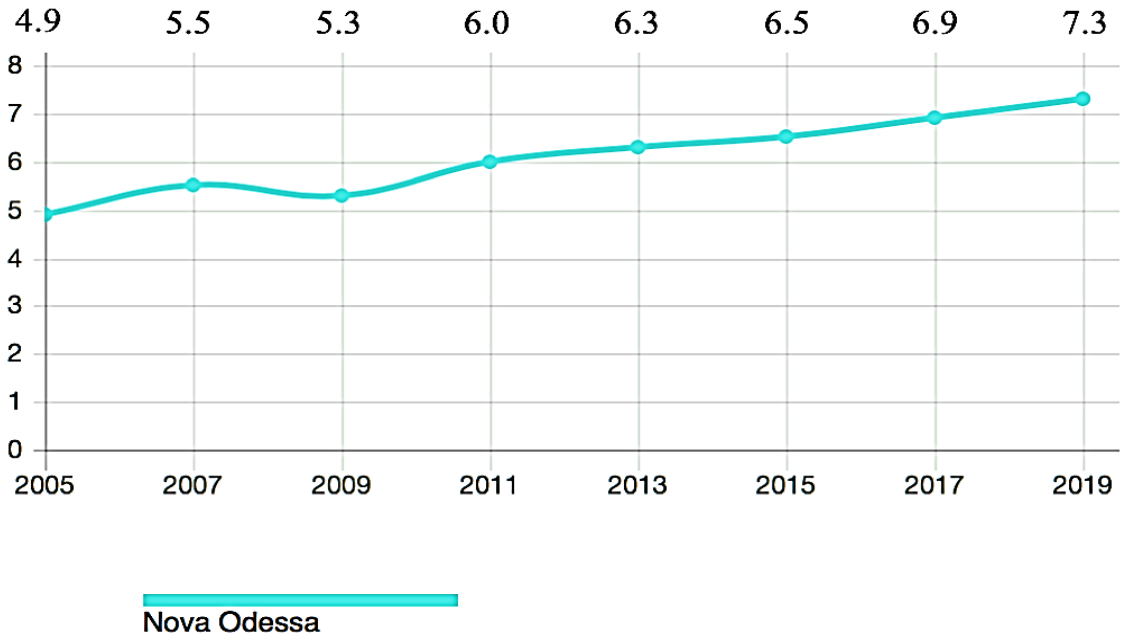
Tabela 40 – Escala de crescimento do IDEB nas escolas públicas em Nova Odessa

	2005	2009	2015	2020
Anos iniciais	**4,9**	**5,3**	**6,6**	**7,3**
Anos finais	**4,6**	**4,7**	**5,3**	**5,5**

Fonte: cidades.ibge.gov.br

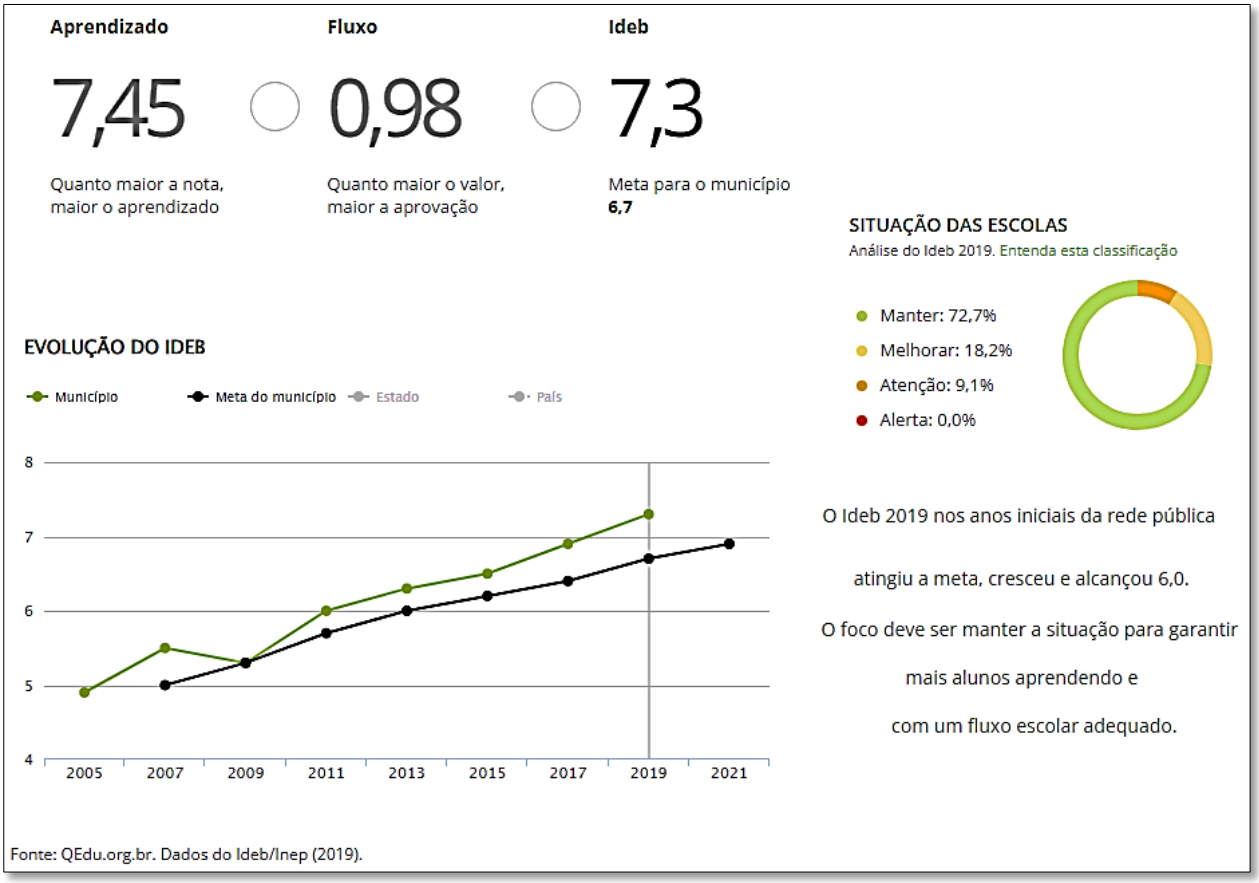
A análise dos dados demonstra que o município tem cumprido as metas propostas pela avaliação na maioria das escolas municipais. A análise dos dados do IDEB fornece condições de apontar quais ações devem ser mantidas ou direcionadas para a conquista da aprendizagem e aponta caminhos para a correção de rumos nas práticas pedagógicas das unidades escolares com vista a superação dos desafios das dificuldades de aprendizagem apresentadas pela Rede Municipal.

Gráfico 23 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (Pública)



Fonte: municípios.seade.com.

Figura 15 – Evolução do IDEB



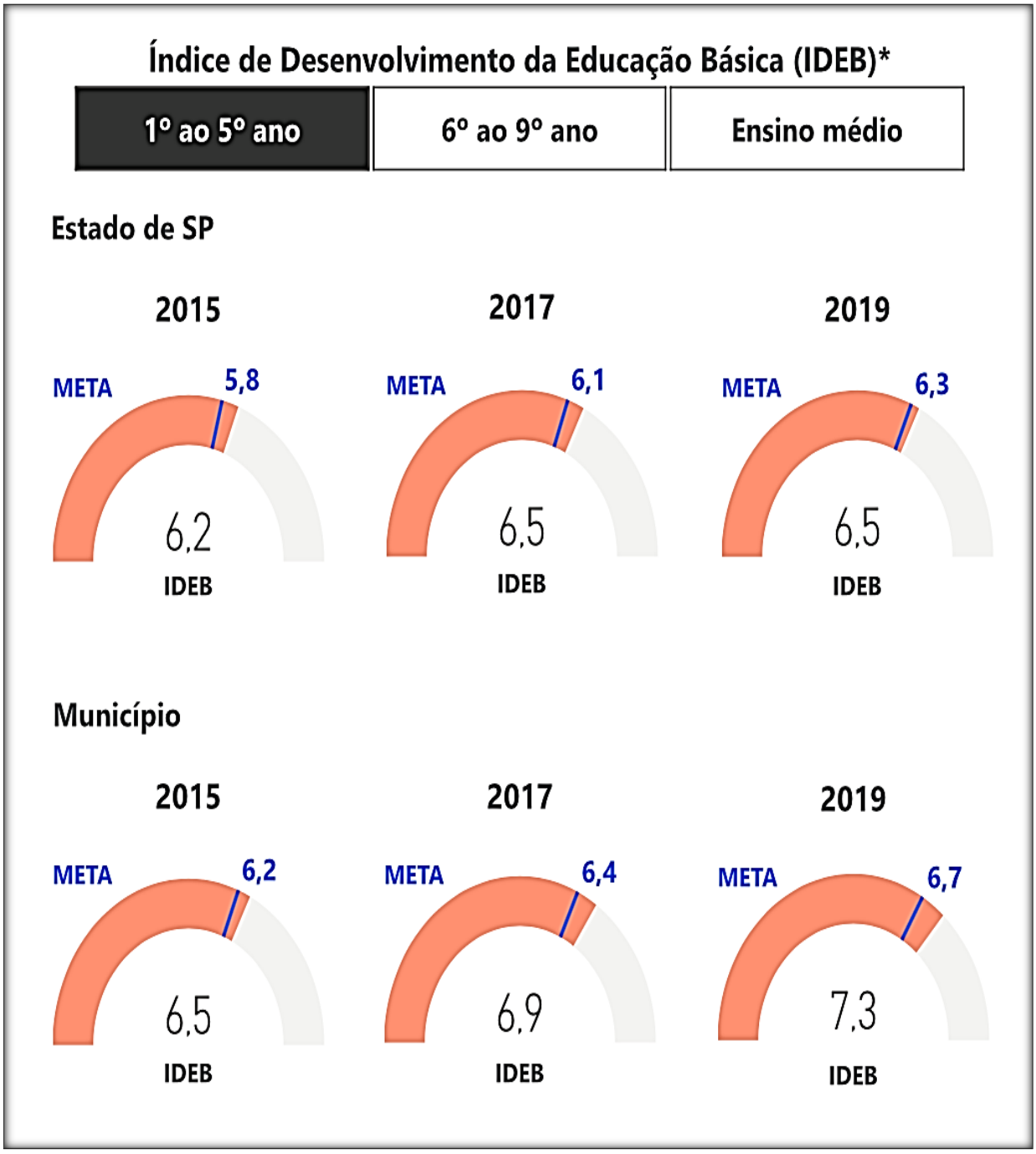
Fonte: datasus/ibge

Tabela 41 - Evolução da meta prevista e do IDEB alcançado do 1º ao 5º ano em Nova Odessa

Rede	Ideb 2015	Ideb 2017	Ideb 2019	Meta 2015	Meta 2017	Meta 2019
Pública	6,5	6,9	7,3	6,2	6,4	6,7
Municipal	6,5	6,9	7,3	6,2	6,4	6,7

Fonte: municípios. Seade.gov.br

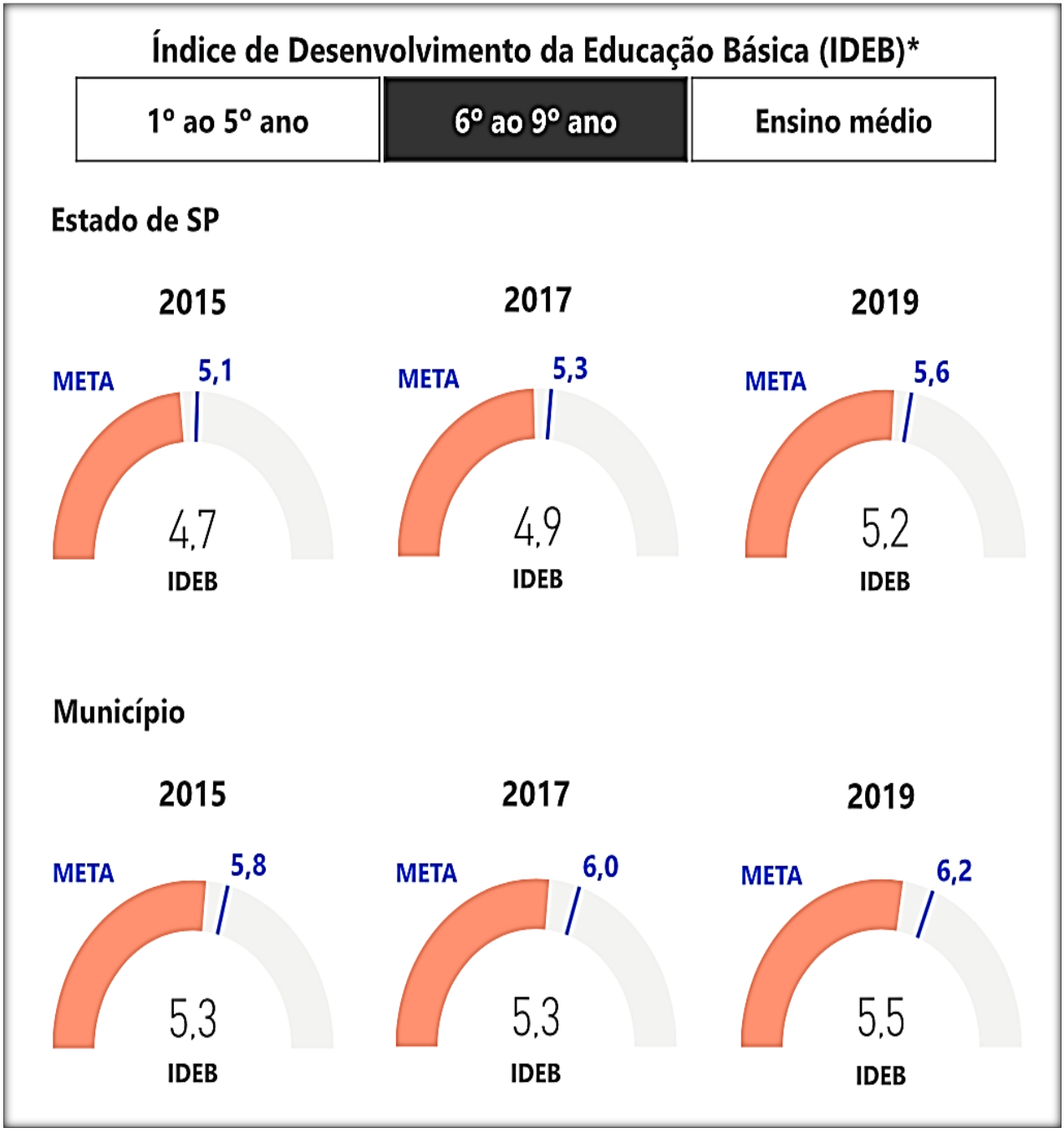
Figura 16 - Comparativo da Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do 1o ao 5o Ano em Nova Odessa e no Estado de São Paulo



Fonte: municípios. Seade.gov.br

Figura 17 - Comparativo da Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do 6º ao 9º ano em Nova Odessa e no Est. de São Paulo

Fonte: municípios. Seade.gov.br



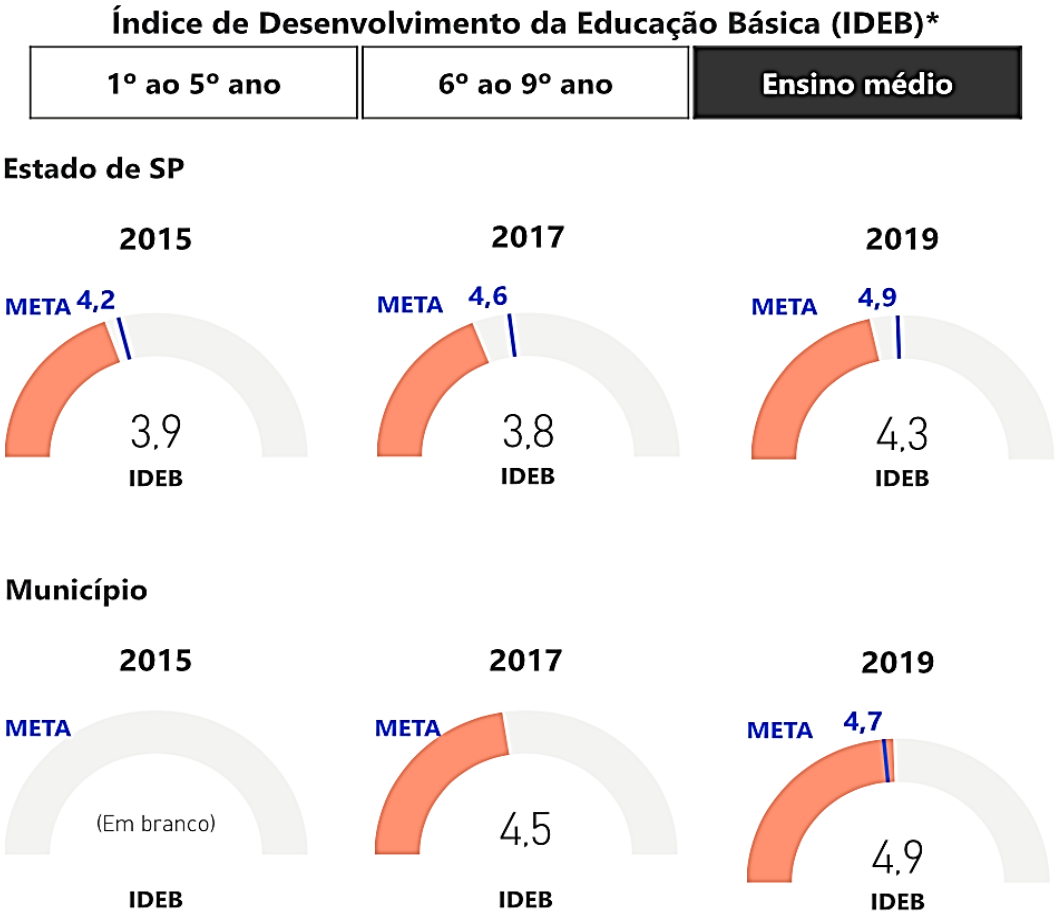
Fonte: municípios. Seade.gov.br

Tabela 42 - Evolução da Meta Prevista e do IDEB alcançado do 6º ao 9º ano em Nova Odessa

Rede	Ideb 2015	Ideb 2017	Ideb 2019	Meta 2015	Meta 2017	Meta 2019
Pública	5,3	5,3	5,5	5,8	6,0	6,2
Estadual	5,3	5,3	5,5	5,8	6,0	6,2

Fonte: municípios. Seade.gov.br

Figura 18 - Comparativo da Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Médio em Nova Odessa e no Estado de São Paulo



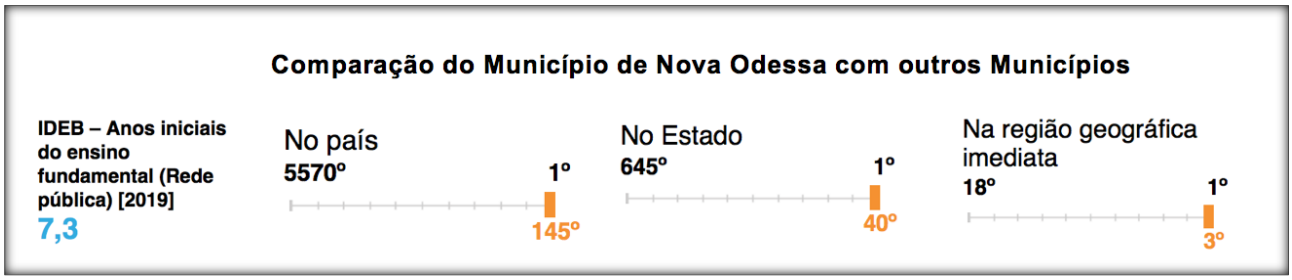
Fonte: municípios. Seade.gov.br

Tabela 43 - Evolução da Meta prevista e do IDEB alcançado do Ensino Médio em Nova Odessa

Rede	Ideb 2015	Ideb 2017	Ideb 2019	Meta 2015	Meta 2017	Meta 2019
Pública		4,5	4,9			4,7
Estadual		4,5	4,9			4,7

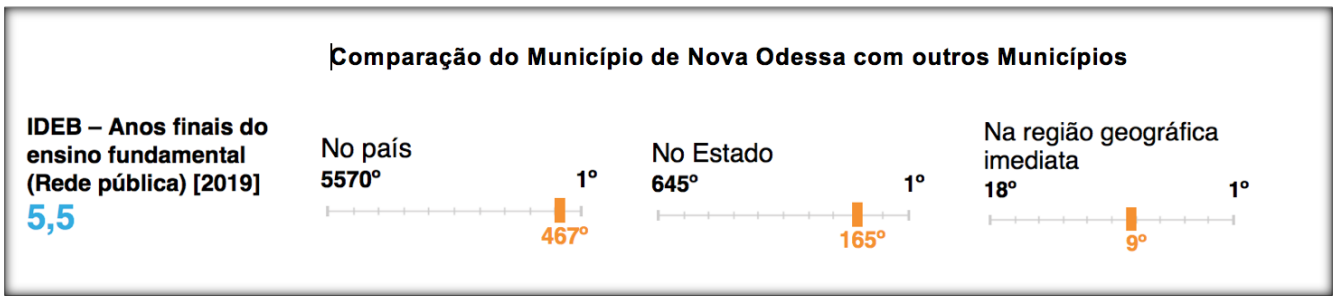
Fonte: municípios. Seade.gov.br

Figura 19 - Comparativo IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Publica de Nova Odessa com outros Municípios da Região, do Estado e do País - 2019



Fonte: cidades.ibge.com.br

Figura 20 - Comparativo IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Publica de Nova Odessa com outros municípios da Região, do Estado e do País - 2019



Fonte: cidades.ibge.com.

11.1.6. Educação Infantil no Município

A educação infantil em Nova Odessa se organiza através do atendimento de alunos em Unidades Escolares exclusivas de atendimento de creches e pré-escola em CEMEI – Centro de Educação Municipal Infantil e ainda, em Unidades Escolares compartilhadas com a Educação Básica em EMEFEIs – Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil atendendo a pré-escola.

Sendo a primeira etapa da Educação Básica, a educação infantil se caracteriza basicamente por ações de cuidado e educação contribuindo para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança, complementando a ação da família e da sociedade.

Fundamenta as ações pedagógicas na educação infantil oferecida pelo município na Rede pública de Nova Odessa o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, organizado pelo MEC e o Currículo Municipal para a Educação Infantil sendo ambos os documentos complementados com as orientações provenientes da Lei 12796/2013. A partir tornaram-se regras de procedimentos de atuação educacional na Educação Infantil tendo em vista a necessidade de superação do modelo assistencialista para aproximar a educação oferecida de uma política de educação destinada a infância, visto que ainda permeia entre as famílias a política de assistência na infância.

Neste foco, esta política para a infância no município se destina à promoção do desenvolvimento por meio da aprendizagem, sistematicamente orientada por procedimentos de ensino. Afirma-se através desta proposição que o papel insubstituível da educação escolar é a promoção do desenvolvimento dos indivíduos em todos os períodos de sua formação, reconhecendo que é a aprendizagem que promove o desenvolvimento.

Logo, para que a aprendizagem desempenhe sua função é preciso que ela se organize em torno de objetivos representativos daquilo que se pretende desenvolver. Não se trata de promover quaisquer aprendizagens, mas oferecer aquelas que desenvolvem as capacidades e habilidades humanas[15]. Tendo como parâmetro esta fundamentação caracterizamos a Educação Infantil de Nova Odessa como segmento de ensino, em unidades escolares específicas para esse atendimento com a constituição do desenvolvimento de aprendizagem infantil através do ato de ensinar e a valorização da formação e do trabalho docente e desenvolvimento de habilidades e competências capazes de proporcionar os fundamentos necessários a continuidade do percurso escolar.

Em Nova Odessa, a Educação Infantil foi oferecida como primeiro segmento educacional público do município ainda com cunho assistencialista. Nos anos 80 ampliou-se a Rede de Atendimento com a criação de novas unidades, passando ao atendimento de alunos até os 6 anos no modelo de creches e pré-escolas. As antigas creches infantis ligadas à Assistência Social passaram a ser denominados “Centro Municipal de Educação Infantil” com Babás e Auxiliares

[15] *Martins, 2008*

de Desenvolvimento Infantil para atendimento de zero a quatro anos e professores para o atendimento de cinco e seis anos.

Figura 21 - CMEI Professora Maria Cecília Borriero Milani

Fonte: SEPLAN

Figura 22 - CMEI Professora Maria Estela Diniz Gazzetta

Fonte: SEPLAN

Tabela 44 – Número de alunos atendidos nas CMEIs – Nova Odessa 2021

REDE DE ESCOLAS OUTUBRO 2021 - CRECHE - ALUNOS POR CLASSE																Média de alunos
MUNICIPAIS - Regular		B1			B2			M1			M2					
		I	M	T	I	M	T	I	M	T	I	M	T	TOTAL		
CMEI PROFª APPARECIDA RODRIGUES PRATA	Alunos	5			7			15			17			44		11
	Turma	1			1			1			1			4		
CMEI PROFª ELENI WHITEHEAD	Alunos	2	4	4	6	8	10	9	13	8	13	16	14	107		9
	Turma	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12		
CMEI PROFºJOSE MARIO MORAES	Alunos		9	11		15	16	15	14	18	12	30	38	178		18
	Turma		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	10		
CMEI PROFª MARIA CECILIA BORRIERO MILANI	Alunos	2	5		5	6	5	9	6	6	8	7	8	67		6
	Turma	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	11		
CMEI PROFª MARIA ESTELA DINIZ GAZZETTA	Alunos	10			16			9	8	13	11	13	9	89		11
	Turma	1			1			1	1	1	1	1	1	8		
CMEI PROFª MARIA JOSÉ FLAUZINO	Alunos	4	6		6	7	8	9	9	13	8	5	8	83		8
	Turma	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	11		
CMEI MERCEDES LADEIRA BRAZILINO	Alunos		7	7	7	9	8	12	10	11	10	13	12	106		10
	Turma		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11		
CMEI GRAZIOSO MARCHIORO (Pe. RENATO)	Alunos		6	6	4	18	17	12	11	11	9	16	20	130		12
	Turma		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11		
CMEI Pe. VICTOR FACCHIN CANOSSIANO	Alunos	2	5		6	7	9	11	12	10	11	11	24	108		10
	Turma	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	11		
CMEI PROFª PENHA MARIA PIRES DE ANDRADE MIRANDA	Alunos		1	5	6	14	13	10	14	10	14	9	21	117		11
	Turma		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11		
CMEI PROFª VANIA MEIRELLES DEXTRO MAUERBERG	Alunos	2	5		7			17			20			51		10
	Turma	1	1		1			1			1			5		
CMEI PROFª WALDEREZ GAZZETTA	Alunos							11			12			23		12
	Turma							1			1			2		
CMEI PROFº WALTER MERENDA	Alunos	6			5	16	7	9	12	19	10	14	22	120		12
	Turma	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	10		
TOTAL GERAL	Alunos	33	48	33	75	100	93	148	109	119	155	134	176	1223		10
	Turma	8	9	5	11	9	9	13	10	10	13	10	10	117		
											31 DE OUTUBRO DE 2021					

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Em 2015, a Secretaria Municipal de Educação atendia em torno de 1.000 crianças distribuídas em CEMEIs, EMEFEIs e 04 creches conveniadas. Em 2021, esse número aumentou em 22,3%, o que indica que está atendendo adequadamente o crescimento da demanda populacional.

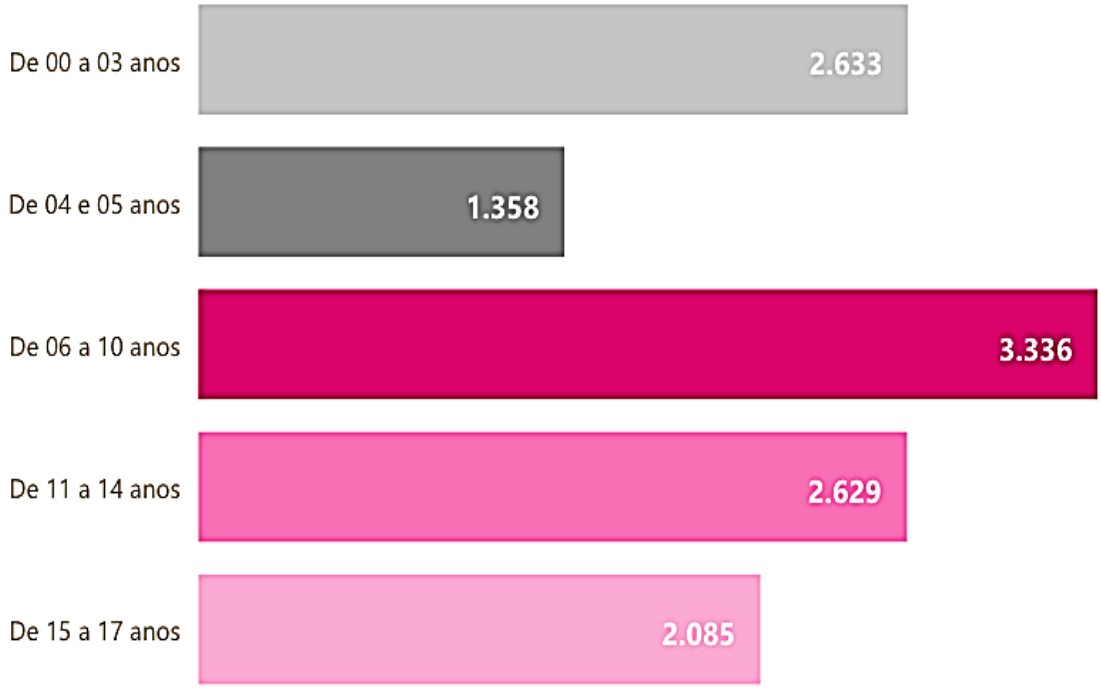
A Secretaria da Educação no município é responsável pela emissão de autorização para funcionamento das creches e escolas particulares de Educação Infantil, assim como pelo suporte pedagógico e acompanhamento das unidades escolares através da Diretoria de Educação Infantil. Ano a ano a demanda para a Educação Infantil em creches e pré-escola aumentam em Nova Odessa, fruto do crescimento populacional apontados pelos últimos registros censitários.

Tabela 45 – Evolução da população de 0 a 4 no município

	2000	2010	2015	2020
00 a 03 anos	2.731	2.527	2.663	2.633
04 a 05 anos	1.422	1.251	1.288	1.358

Fonte – perfil.seade.gov.br

Tabela 46 - População em idade escolar – Nova Odessa /2021



Fonte: perfil.seade.gov.br

Tabela 47 - Quantidade de Alunos nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil (EMEFEI) em Nova Odessa

REDE DE ESCOLAS OUTUBRO - 2021 EDUCAÇÃO INFANTIL											GERAL	Média de alunos
MUNICIPAIS - Regular		MANHÃ			TARDE			RESUMO				
		Fase 1	Fase 2	T. manhã	Fase 1	Fase 2	T. tarde	F1	F2			
CMEI PROFº AGILDO SILVA BORGES	Aluno	18	43	61	41	24	65	59	67		126	21
	Sala	1	2	3	2	1	3	3	3		6	
CMEI PROFª APPARECIDA R. PRATA	Aluno	16	24	40			0	16	24		40	20
	Sala	1	1	2			0	1	1		2	
CMEI PROFª MARIA ESTELA DINIZ GAZZETTA	Aluno	16	20	36	12	20	32	28	40		68	17
	Sala	1	1	2	1	1	2	2	2		4	
CMEI MERCEDES LADEIRA BRAZILINO	Aluno	20	17	37	20	19	39	40	36		76	19
	Sala	1	1	2	1	1	2	2	2		4	
CMEI GRAZIOSO MARCHIORO	Aluno	36	40	76	34	39	73	70	79		149	19
	Sala	2	2	4	2	2	4	4	4		8	
CMEI PROFº WALTER MERENDA	Aluno	16	28	44	19	18	37	35	46		81	16
	Sala	1	2	3	1	1	2	2	3		5	
EMEFEI PROFª ALVINA MARIA ADAMSON	Aluno	19	20	39	25	21	46	44	41		85	21
	Sala	1	1	2	1	1	2	2	2		4	
EMEFEI DANTE GAZZETTA	Aluno		24	24	17		17	17	24		41	21
	Sala		1	1	1		1	1	1		2	
EMEFEI PAULO AZENHA	Aluno			0	15	24	39	15	24		39	20
	Sala			0	1	1	2	1	1		2	
EMEFEI PREFEITO SIMÃO WELSH	Aluno	40	37	77	41	39	80	81	76		157	20
	Sala	2	2	4	2	2	4	4	4		8	
EMEFEI PROFª HALDREY MICHELLE BUENO	Aluno	18	23	41	19	24	43	37	47		84	21
	Sala	1	1	2	1	1	2	2	2		4	
EMEFEI PROFª THERESINHA A. M. MERENDA	Aluno		16	16	18	17	35	18	33		51	17
	Sala		1	1	1	1	2	1	2		3	
EMEFEI VEREADOR OSVALDO L. DA SILVA	Aluno	17	31	48	32	22	54	49	53		102	17
	Sala	1	2	3	2	1	3	3	3		6	
Total Geral	**Alunos**	216	323	539	293	267	560	509	590		1099	
	Salas	12	17	29	16	13	29	28	30		58	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

11.1.7. Educação Básica: Ensino Fundamental no Município

O ensino fundamental é obrigatório para crianças e jovens com idade entre 6 e 14 anos. Essa etapa da educação básica deve desenvolver a capacidade de aprendizado do aluno, por meio do domínio da leitura, escrita e do cálculo, além de compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores básicos da sociedade e da família. Em conformidade com o estabelecido no artigo 205 da Constituição Federal: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" e, no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: "Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos". (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

A educação básica é indispensável para a formação do cidadão brasileiro, pois oferece a oportunidade de progressão nos estudos e meios para adentrar no mundo do trabalho e, como o próprio nome diz, é a base para o exercício da cidadania.

A Lei nº 11.114 determinou, a partir de 2005, a duração de nove anos para o ensino fundamental. Desta forma, a criança inicia o Ensino Fundamental aos 6 anos de idade, e conclui aos 14 anos.

Essa regra garantiu a todas as crianças tempo mais longo de convívio escola e mais oportunidades de aprender. Em Nova Odessa, o atendimento aos alunos nos parâmetros determinados para o Ensino de nove anos foi concretizado em 2009, e com isso, todas as crianças de seis anos começaram a ser atendidas no primeiro ano em unidades escolares do Ensino Fundamental.

Em Nova Odessa, o Ensino Fundamental passou para a gestão municipal com o advento da municipalização da totalidade das unidades escolares no ano de 1996, ficando o município responsável pelo oferecimento da totalidade de vagas deste nível de ensino.

A partir do processo de municipalização, o Município manteve a criação permanente de vagas nas escolas existentes e ainda criou unidades escolares para o atendimento crescente da demanda escolar.

Tabela 48 - Evolução da População em idade escolar de 06 a 10 anos em Nova Odessa

	2000	2010	2015	2020
06 a 10 anos	3.686	3.488	3.234	3.336

Fonte: população.seade.gov.br

A Fundamentação das ações pedagógicas no Ensino Fundamental oferecida pelo município na Rede Pública de Nova Odessa é amparada nos Parâmetros Curriculares Nacionais

para o Ensino Fundamental, organizado pelo MEC, Currículo Municipal para o Ensino Fundamental e Programa Ler e Escrever em convênio com o Governo do Estado de São Paulo, sendo os documentos complementados com as orientações provenientes das legislações educacionais vigentes.

Os anos finais do Ensino Fundamental correspondem do sexto ao nono ano de aprendizagem, nos quais o trabalho pedagógico é desenvolvido por uma equipe de professores especialistas, em diferentes disciplinas, atendendo os parâmetros curriculares nacionais e currículo oficial da Secretaria de Estado de Educação. Nesta fase, os alunos aprofundam os conhecimentos adquiridos nos anos iniciais e começam a estudar conceitos e conteúdos que serão a base para a continuidade no ensino médio.

Tabela 49 - Evolução da População em idade escolar de 10 a 14 anos em Nova Odessa

	2000	2010	2015	2020
10 a 14 anos	3.083	3.228	2.813	2.629

Fonte: população.seade.gov.br

Figura 23 - EMEFEI Prefeito Simão Welsh

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 50 - Quantidade de Alunos nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil (EMEFEI) em Nova Odessa

OUTUBRO 2021 - ENSINO FUNDAMENTAL - ALUNOS POR CLASSE															Média de alunos por classe
MUNICIPAIS - Regular		1a	2a	3a	4a	5a	MANHÃ	1a	2a	3a	4a	5a	TARDE	TOTAL	
EMEFEI DANTE GAZZETTA	Alunos	28	28	28	29	31	144	29	29	23	29	29	139	283	28
	Classe	1	1	1	1	1	5	1	1	1	1	1	5	10	
EMEFEI PAULO AZENHA	Alunos	30	28	31	28	24	141							141	28
	Classe	1	1	1	1	1	5							5	
EMEFEI PROFª AUGUSTINA ADAMSON PAIVA	Alunos	25	22	25	30	24	126							126	25
	Classe	1	1	1	1	1	5							5	
EMEFEI PROFª HALDREY MICHELLE BUENO	Alunos	30	23	29	28	29	139	29	26	25	27	29	136	275	28
	Classe	1	1	1	1	1	5	1	1	1	1	1	5	10	
EMEFEI PREFEITO SIMÃO WELSH	Alunos	45	41	49	61	51	247	44	51	51	61	53	260	507	25
	Classe	2	2	2	2	2	10	2	2	2	2	2	10	20	
EMEFEI PROFª THERESINHA A. M. MERENDA	Alunos			30	27	30	87	26	28				54	141	28
	Classe			1	1	1	3	1	1				2	5	
EMEFEI VEREADOR OSVALDO L. DA SILVA	Alunos	34	22	22	25	30	133	21	27	29	50	31	158	291	24
	Classe	2	1	1	1	1	6	1	1	1	2	1	6	12	
EMEF PROFª ALMERINDA DELEGÁ DELBEN	Alunos	58	47	30	31	26	192							192	27
	Classe	2	2	1	1	1	7							7	
EMEF PROFª ALVINA MARIA ADAMSON	Alunos	43	47	45	56	58	249	70	27	49	54	30	230	479	25
	Classe	2	2	2	2	2	10	3	1	2	2	1	9	19	
EMEF PROFª ALZIRA FERREIRA DELEGÁ	Alunos	31	28	30	30	26	145							145	29
	Classe	1	1	1	1	1	5							5	
EMEF PROFª SALIME ABDO	Alunos	50	50	57	49	50	256	74	53	57	43	55	282	538	24
	Classe	2	2	2	2	2	10	3	3	2	2	2	12	22	
TOTAL GERAL	Alunos	374	336	376	394	379	1859	293	241	234	264	227	1259	3136	26
	Classe	15	14	14	14	14	71	12	10	9	10	8	49	120	

SUPLETIVO		MULTISSERIADA	NOITE	TOTAL
EMEF DANTE GAZZETTA	Aluno	18		18
1° Semestre	Classe	1		18

31 DE OUTUBRO DE 2021

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

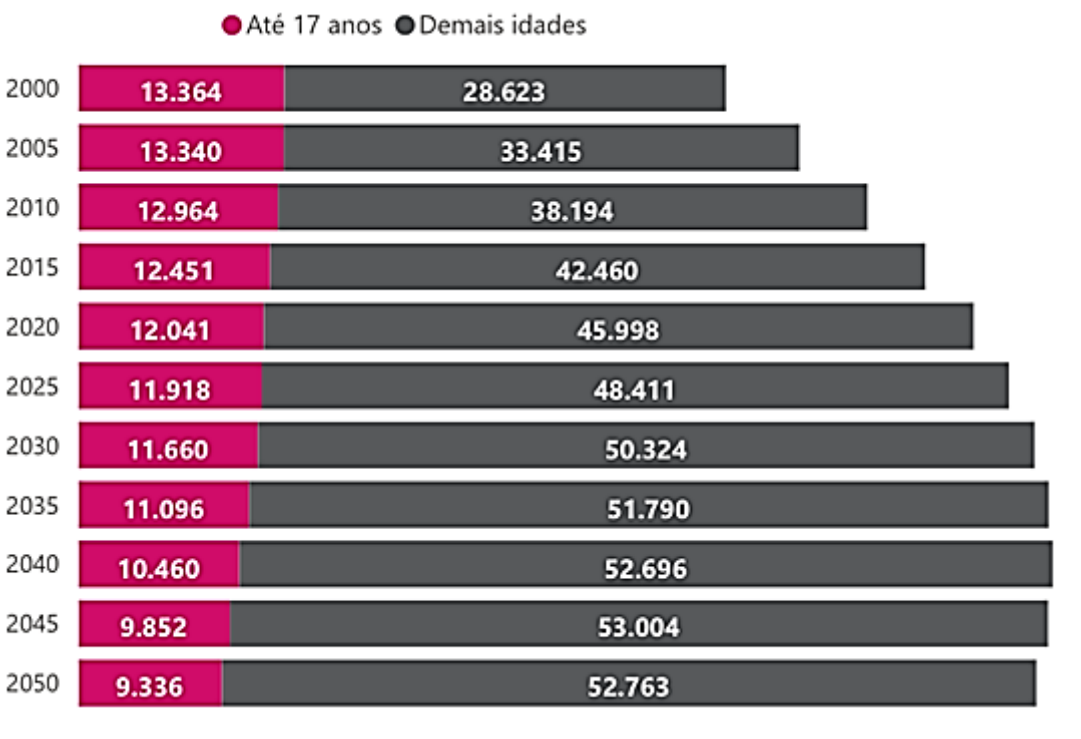
Tabela 51 - Quantidade Total de Vagas Estratificadas por Nível de Educação em Nova Odessa

REDE DE ESCOLAS OUTUBRO / 2021 - GERAL		CRECHE				PRÉ		FUNDAMENTAL					AEE	EJA	TOTAL
MUNICIPAIS		B1	B2	M1	M2	F1	F2	1º	2º	3º	4º	5º	-		UNIDADE
CMEI PROFº AGILDO SILVA BORGES	Alunos					59	67						3		126
CMEI PROFª APPARECIDA RODRIGUES PRATA	Alunos	5	7	15	17	16	24								84
CMEI PROFª ELENI WHITEHEAD	Alunos	10	24	30	43										107
CMEI PROFºJOSE MARIO MORAES	Alunos	20	31	47	80										178
CMEI PROFª MARIA CECILIA BORRIERO MILANI	Alunos	7	16	21	23										67
CMEI PROFª MARIA ESTELA DINIZ GAZZETTA	Alunos	10	16	30	33	28	40						3		157
CMEI PROFª MARIA JOSÉ FLAUZINO	Alunos	10	21	31	21										83
CMEI MERCEDES LADEIRA BRAZILINO	Alunos	14	24	33	35	40	36								182
CMEI GRAZIOSO MARCHIORO (Pe. RENATO)	Alunos	12	39	34	45	70	79						3		279
CMEI Pe. VICTOR FACCHIN CANOSSIANO	Alunos	7	22	33	46										108
CMEI PROFª PENHA MARIA PIRES DE ANDRADE MIRANDA	Alunos	6	33	34	44										117
CMEI PROFª VANIA MEIRELLES DEXTRO MAUERBERG	Alunos	7	7	17	20										51
CMEI PROFª WALDEREZ GAZZETTA	Alunos			11	12										23
CMEI PROFº WALTER MERENDA	Alunos	6	28	40	46	35	46						3		201
EMEFEI DANTE GAZZETTA	Alunos					17	24	57	57	51	58	60	4	18	342
EMEFEI PAULO AZENHA	Alunos					15	24	30	28	31	28	24	19		180
EMEFEI PROFª AUGUSTINA ADAMSON PAIVA	Alunos							25	22	25	30	24	1		126
EMEFEI PROFª HALDREY MICHELLE BUENO	Alunos					37	47	59	49	54	55	58	6		359
EMEFEI PREFEITO SIMÃO WELSH	Alunos					81	76	89	92	100	122	104	19		664
EMEFEI PROFª THERESINHA A. M. MERENDA	Alunos					18	33	26	28	30	27	30	3		192
EMEFEI VEREADOR OSVALDO L. DA SILVA	Alunos					49	53	55	49	51	75	61	7		393
EMEF PROFª ALMERINDA DELEGÁ DELBEN	Alunos							58	47	30	31	26	6		192
EMEF PROFª ALVINA MARIA ADAMSON	Alunos					44	41	113	74	94	110	88	8		564
EMEF PROFª ALZIRA FERREIRA DELEGÁ	Alunos							31	28	30	30	26	3		145
EMEF PROFª SALIME ABDO	Alunos							124	103	114	92	105	8		538
EMEFEI VEREADOR AVELINO XAVIER ALVES	Alunos														
															5458
TOTAL NO MUNICÍPIO	Alunos	114	268	376	465	509	590	667	577	610	658	606	96	18	5458
		1223				1099		3118					96	18	5458

Obs: Não considerar coluna AEE - no calculo final.

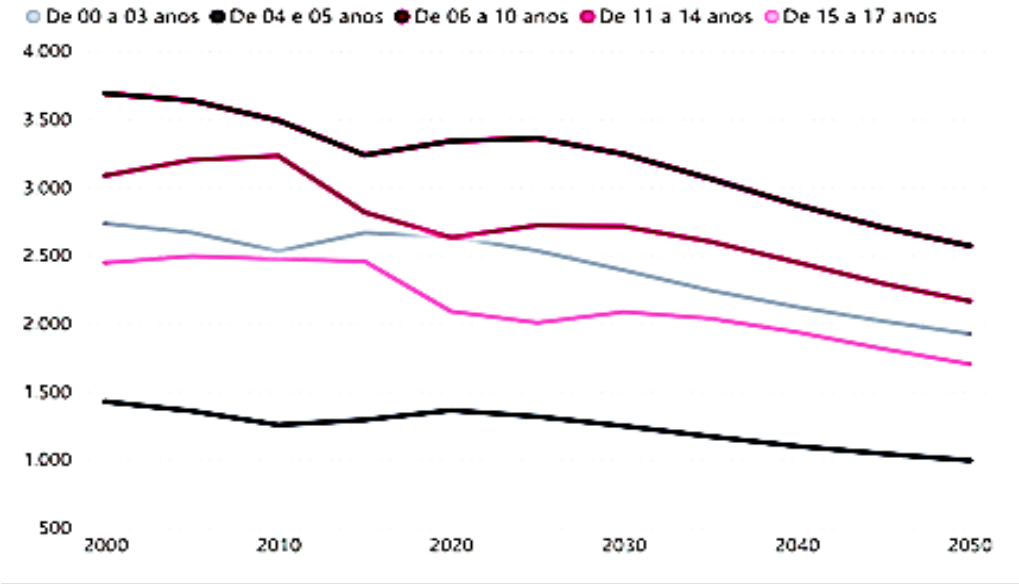
Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 52 - Evolução da população em idade escolar e demais idades – Nova Odessa



Fonte: populacao.seade.gov.br

Gráfico 24 - Evolução da população em idade escolar Nova Odessa



Fonte: populacao.seade.gov.br

11.1.8. ENSINO MÉDIO

Em Nova Odessa o atendimento do Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio é competência da Rede Estadual, que conta com 6 escolas, distribuídas pelo município e a rede privada. A cidade ainda possui uma ETEC (Escola Técnica Estadual) e uma unidade do Sesi (Serviço Social da Indústria).

Tabela 53 - Equipamentos Estaduais de Educação

LEVANTAMENTO PDNO - EDUCAÇÃO - NOVA ODESSA				
EQUIPAMENTOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO				
Nº	**NOME**	**ENDEREÇO**	**BAIRRO**	**OBS:**
1	EE Alexandre Bassora	Rua Juscelino K. de Oliveira, 377	Jd. Planalto	
2	EE Profª. Dorti Zambello Calil	Av. Dr. Ernesto Sprogis, 1261	Jd. Bela Vista	
3	EE Dr. João Thienne	Rua Independência, 500	Centro	
4	EE Dr. Joaquim Rodrigues Azenha	Av. Paschoal Piconi, 399	Jd. São Manoel	
5	EE Profª. Silvânia Aparecida Santos	Rua Irineu José Bordon s/nº	Sta. Luiza I	
6	EE Geraldo de Oliveira	Rua Oscar Araium, 330	Jd. Monte das Oliveiras	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nova Odessa

Tabela 54 - Evolução da População em idade escolar de 15 a 17 anos em Nova Odessa

	2000	2010	2015	2020
15 a 17 anos	2.442	2470	2.453	2.085

Fonte: população.seade.gov.br

Figura 24 - Escola Estadual Professora Dorti Zambello Calil

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nova Odessa

O município também possui uma **Escola Técnica Estadual, a ETEC "Ferrúcio Humberto Gazzetta"**, localizada na Av. São Gonçalo, 2770, Jardim da Alvorada, que oferece uma formação que visa a habilitação para profissões de menor complexidade, geralmente ligadas ao nível operacional dos negócios e órgãos públicos.

Figura 25 - ETEC "Ferrúcio Humberto Gazzetta"

Fonte: SEPLAN

As Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) são instituições de ensinos técnico, médio e técnico integrado ao médio (ETIM), pertencentes ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), autarquia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECTI) do estado de São Paulo. A partir de 1967, quando Roberto Costa de Abreu Sodré assumiu o governo do estado, foi que a ideia de se criarem escolas técnicas foi se tornando cada vez mais concreta. Em 6 de outubro de 1969, o Centro Paula Souza iniciou suas atividades.

Atualmente são 198 escolas, que ministram cursos técnicos e de ensino médio em 150 municípios do estado. As ETEC estão entre as melhores escolas públicas do Brasil, quando comparadas com outras escolas de ensino médio. A ETEC de Nova Odessa está em funcionamento desde outubro de 2017. Tem capacidade para atender até 1.200 alunos e atualmente atende cerca de 500 alunos nos cursos de Administração, Informática, marketing, Segurança do Trabalho e Administração.

O espaço possui 7,3 mil metros quadrados de área construída e conta com cinco laboratórios, refeitório, gráfica cozinha, biblioteca e ginásio coberto. O prédio conta com projeto de acessibilidade com dois elevadores e rampas de entrada. A instituição privada de educação básica **SESI Nova Odessa - Centro Educacional 436** fica no bairro de Jardim das Palmeiras I e oferece aulas de Ensino fundamental I, Ensino fundamental II, Ensino médio**.** Inaugurado em 2010, o Centro Educacional possui quatro prédios em formato semicircular, formando dois blocos unidos por coberturas de policarbonato. A unidade tem 12 salas de aula, sala multimeios, laboratório de informática, biblioteca, centro de convivência, cozinha, cantina, área administrativa e de apoio e portaria. Os quatro prédios e a quadra poliesportiva somam mais de 4,5 mil metros quadrados de construção.

Figura 26 - SESI em Nova Odessa

Fonte: SEPLAN

11.1.9. Ensino Superior

No munícipio de Nova Odessa o Ensino Superior é oferecido exclusivamente por uma Universidade particular. A Network foi fundada em 2.000, possui uma sede própria com 10 mil metros quadrados, equipada com laboratórios de última geração e biblioteca especializada. Atua em todos os níveis de ensino, do berçário a pós-graduação e é a primeira faculdade e escola técnica do município de Nova Odessa.

Porém a carência de outros Centros Universitários no Município é latente. Há que se promover diversas ações para se trazer outras Faculdades e/ou Universidades. Pois a maioria dos jovens em fase estudantil tendem a ir estudar em outra cidade e futuramente emigram de Nova Odessa para outras regiões, reforçando a saída de mão de obra qualificada da cidade.

Nos municípios próximos a Nova Odessa existem universidades públicas e particulares que oferecem uma grande variedade de cursos, mas incentivar a instalação de novas instituições de Ensino Superior de qualidade públicas ou privadas, com certeza atenderá a demanda em crescimento de profissionais qualificados e habilitados para o mercado tecnológico atualmente. Há que se estimular parcerias entre universidades devidamente habilitadas e autorizadas para a criação e desenvolvimento de cursos de pós-graduação ampliando a qualificação da população novaodessense.

Figura 27 - Colégio e faculdades Network em Nova Odessa

Fonte: https://www.nwk.edu.br/

11.1.10. Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos é aquela que se destina àqueles que não tiveram acesso o processo de escolarização em idade própria ou que o tiveram de forma insuficiente.

Desde a primeira constituição brasileira promulgada em 1823 já se estabelecia a obrigatoriedade da instrução primária gratuita, extensiva a todos os cidadãos. Esse direito foi reafirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na Constituição Federal de 1988 (artigo 208) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Entretanto, a realidade tem revelado um quadro bem diferente dos ideais de democratização proclamados nos discursos oficiais. A Exclusão do sistema educacional brasileiro da EJA tem uma longa história em nosso país.

Em 2001 o Conselho Nacional de Educação fixou as Diretrizes Curriculares para a Educação de jovens e Adultos e no mesmo ano foi instituído o Plano Nacional de Educação para o período 2001 – 2010, que estabeleceu 26 metas ambiciosas em relação à educação de jovens e adultos, entre as quais se destacam: oferecimento das séries iniciais do ensino fundamental para 50% dos jovens e adultos com menos de 04 anos de estudos e a erradicação do analfabetismo e a oferta das séries finais do ensino fundamental para todos os que têm menos de 08 anos de estudos até 2011. Análises detalhadas apresentadas em 2010 indicam que essas metas não foram alcançadas e que os problemas na área de educação de jovens e adultos ainda permanecem como desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas no Brasil.

Em pleno século XXI, época da expansão tecnológica através de tabletes, smartfones, acesso irrestrito à internet e aplicativos de última geração, um velho problema da humanidade continua a impedir o desenvolvimento educacional de milhões de pessoas: o analfabetismo.

Para enfrentar essa difícil realidade, os especialistas apontam que é necessário investir na reestruturação da EJA que inclui estudantes do Ensino Fundamental e Médio. É necessário pensar a educação de jovens e adultos de forma sistêmica.

Desde 2012, o MEC tem financiado novas turmas, mas financiamento não é tudo. Para combater o analfabetismo é necessário focar também em outros pontos tais como a oferta de ações pedagógicas eficientes para alcançar públicos diferenciados como jovens, adultos e meia idade, que apresentam perfis e interesses totalmente distintos. Outro aspecto a ser considerado é o acesso as salas de EJAs após um dia inteiro de trabalho, principal causa da desmotivação e evasão ligada a fatores do dia a dia, como o cansaço e as dificuldades para se chegar à escola. Também são complicadores a falta de formação dos professores para as especificidades dos alunos, a adequação curricular e a falta de flexibilização de horários.

É preciso compor estratégias como a composição de um currículo que foque os interesses e necessidades dos adolescentes e adultos partindo da construção do conhecimento através de conteúdos significativos à realidade em que vive, que contemple as expectativas desejadas pelo aluno dessa especificidade de ensino. “O objetivo da escola de EJA é ensinar o aluno para que

ele possa ler o mundo, para poder transformá-lo.” É preciso partir da realidade dos estudantes, conscientizá-los e desafiá-los ao entendimento e superação de suas dificuldades.

Este processo deve ser construído coletivamente, ter em mente que aa Educação de Jovens e Adultos é um direito e, como tal, exige que a sociedade assume o compromisso de proporcionar a eles a oportunidade de se constituírem como sujeitos e cidadãos capazes de compreender a sociedade em que vivem e a si mesmos. O direito à Educação dos Jovens e adultos deve ser compreendido em suas relações com o conjunto dos direitos humanos e sociais.

A escolaridade da população adulta é um importante indicador de acesso a conhecimento e compõe o IDHM Educação.

Atualmente somente a EMEFEI Dante Gazzetta é que oferece apenas 18 vagas para acesso a alfabetização o que é totalmente incipiente.

11.1.11. Educação Inclusiva na Rede Municipal

Um dos maiores desafios no âmbito educacional é a transformação da escola em um ambiente educacional inclusivo e que respeite as diferenças dos alunos. Essa transformação é lenta e exige esforços contínuos de todos os profissionais que nela atuam.

Diante dessa realidade educacional, dúvidas e dificuldades surgem por parte dos professores e dirigentes de escolas, para atender aos princípios da educação inclusiva.

O processo de Inclusão Social advém de uma luta constante de diferentes minorias em prol de seus direitos humanos. A história da relação da sociedade com a pessoa com deficiência é marcada por um processo classificatório, fundamentado na ideologia da normalização que precisa ser superada para que se alcance uma educação igualitária e que preserve a qualidade oferecida.

Neste intuito, a Educação Especial no Brasil se organizou como atendimento educacional especializado, a fim de substituir o isolamento das pessoas com deficiência que estavam segregadas nas instituições, as quais passaram a ter formas de convívio com a sociedade em geral.

Como alternativa para a segregação total, foram criadas escolas especiais, classes especiais e organizações especializadas que orientam suas práticas através de um atendimento terapêutico.

O município de Nova Odessa conta com uma parceria de sucesso no atendimento à educação especial através de Convênio Municipal com a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Odessa.

A APAE foi fundada no Município no ano de 1980 e iniciou suas atividades com 2 deficientes intelectuais. Hoje atende cerca de 600 pessoas através da Escola de Educação Especial, Atendimento Ambulatorial, Centro Integrado de Apoio à Inclusão Escolar. A manutenção financeira é realizada através de recursos provenientes de Convênios com a Secretaria Municipal e Estadual de Educação, SUS, SAC, FNDE, realização de eventos e doações. A APAE contribui para que a inclusão se constitua uma realidade no município

desenvolvendo programas que promovem o bem-estar da pessoa com deficiência sem discriminação da clientela, promovendo a melhoria na sua qualidade de vida em seus ciclos variados e buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania e desenvolvimento da educação.

Em Nova Odessa, na rede municipal até o ano de 2013, o atendimento de alunos da Educação Especial era realizado somente através de grupos de recuperação e reforço escolar, do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado, com atendimento por psicopedagogas, encaminhamento às instituições especializadas como a APAE, através de Convênios e apoio de atendimento realizados pela saúde.

A partir de 2014, foi configurado um novo modelo de atendimento especializado com a criação na rede municipal de ensino de diversos programas e estratégias para a promoção do atendimento dos alunos no contexto da Educação Inclusiva.

Entendida como educação de qualidade e eficiência pedagógica para todos, novas ações e políticas públicas para essa demanda trouxe um avanço na escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais/ deficiência matriculados na rede.

A legislação determina o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais/deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino na forma, com estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), “entende-se por Educação Especial a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Art. 58). Os parágrafos pertinentes a este Artigo explicitam ainda que: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atende as peculiaridades da clientela de Educação Especial”; “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular e “a oferta da Educação Especial, dever constitucional do Estado tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”. O município deve então, criar o Serviço de Educação Especial para atender os alunos com necessidades educacionais especiais/deficiência matriculados na rede municipal de ensino.

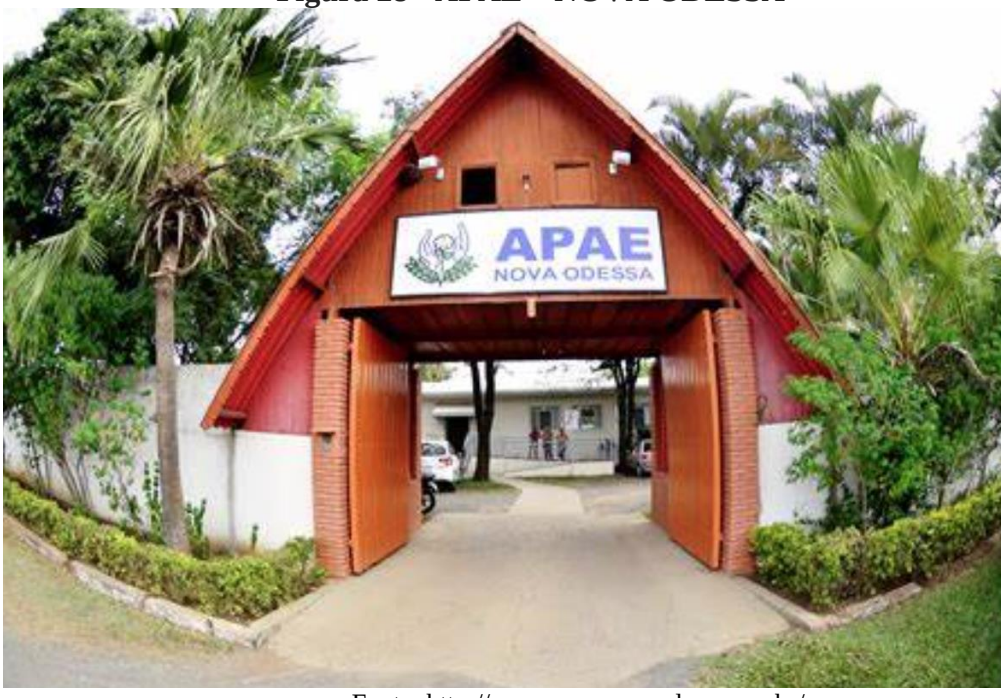
Tabela 55 - Quantidade de Alunos atendidos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na Rede Municipal

LEVANTAMENTO PDNO - EDUCAÇÃO - NOVA ODESSA			
EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS E NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS COM NEE (necessidades educ. especiais)			
Nº	NOME	ALUNOS ATENDIDOS	OBS:
1	CMEI PROFº AGILDO SILVA BORGES	3	
2	CMEI PROFª MARIA ESTELA DINIZ GAZZETTA	3	
3	CMEI GRAZIOSO MARCHIORO (Pe. RENATO)	3	
4	CMEI PROFº WALTER MERENDA	3	
5	EMEFEI DANTE GAZZETTA	4	
6	EMEFEI PAULO AZENHA	19	
7	EMEFEI PROFª AUGUSTINA ADAMSON PAIVA	1	
8	EMEFEI PROFª HALDREY MICHELLE BUENO	6	
9	EMEFEI PREFEITO SIMÃO WELSH	19	
10	EMEFEI PROFª THERESINHA A. M. MERENDA	3	
11	EMEFEI VEREADOR OSVALDO L. DA SILVA	7	
12	EMEF PROFª ALMERINDA DELEGÁ DELBEN	6	
13	EMEF PROFª ALVINA MARIA ADAMSON	8	
14	EMEF PROFª ALZIRA FERREIRA DELEGÁ	3	
15	EMEF PROFª SALIME ABDO	8	
	TOTAL	96	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

11.1.12. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Nova Odessa

Figura 28 - APAE – NOVA ODESSA



Fonte: http://www.apaenovaodessa.org.br/

A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Nova Odessa, foi fundada em 21 de Agosto de 1980, em meio a palestras comemorativas à SEMANA DO EXCEPCIONAL. Inicialmente atendendo a 10 pessoas com deficiência intelectual, beneficiando o Município com ação social e educacional.

A Escola de Educação Especial da APAE, foi criada tendo como maior objetivo, proporcionar ao deficiente intelectual o direito à cidadania na busca constante de um lugar na sociedade. Vários profissionais de Educação e Saúde colaboram, fazendo com que através de seus conhecimentos técnicos fosse desenvolvida uma escola em que o deficiente intelectual tivesse melhoria na qualidade de vida. Voluntários assumiram a administração da Entidade dando condições para que a construção fosse efetuada, melhorando a estrutura física, social e administrativa com iniciativas e projetos para sustentabilidade das atividades.

Desde a inauguração a Escola Especial da APAE de Nova Odessa, está instalada na mesma sede há 38 anos.

APAE
Nossa Odessa
SP

Figura 29 – Vista aérea APAE – Nova Odessa

Fonte: Solourbe

11.1.13. Planejamento de reformas e Construções de Novas Unidades Escolares

Tabela 56 – Construção, Ampliação e Reformas de escolas

CONSTRUÇÃO
Creche do Jardim Campos Verdes
EMEFEI do Jardim dos Lagos III
AMPLIAÇÃO
CMEI Prof. José Mário de Moraes – Ampliação Creche Padrão FDE
EMEFEI Prefeito Simão Welsh – Ampliação Creche Padrão FDE
EMEFEI Profª Alzira Ferreira Delegá - Ampliação Creche Padrão FDE
CMEI Padre Victor Facchin - Ampliação Creche Padrão FDE
CMEI Prof. Agilda Silva Borges - Ampliação Creche Padrão FDE
CMEI Padre Victor
CMEI Prof. Walter Merenda
EMEFEI Vereador Oscaldo L. da Silva
Creche Jardim dos Lagos
REFORMA ELÉTRICA (CLIMATIZAÇÃO)
EE Alexandre Bassora
EE Dr. João Thienne
EE Profª Dorti Zambello Calil
EE/ETEC Profa Silvania Aparecida dos Santos
EE Dr. Joaquim Rodrigues Azenha
EE Geraldo de Oliveira

Fonte: Secretaria de Obras, Projetos e Planejamento Urbano

11.1.14. Transporte Escolar

Em Nova Odessa, o Transporte Escolar Gratuito é realizado, em parte, por empresas terceirizadas contratadas através de licitação das linhas. São mantidas mais de 50 linhas nos três períodos, atendendo cerca de 1.500 alunos de todas as escolas públicas da cidade

O Auxílio Transporte prevê o reembolso de 50% do que o aluno gasta com o transporte de casa ou do serviço até o local de estudo. Durante o ano, o aluno comprova o gasto com transporte mês a mês. A verba do programa é da própria Administração Municipal, e tem o intuito de ajudar os jovens novaodessenses a completarem sua formação.

11.2. SAÚDE

Figura 30 - Secretaria de Saúde de Nova Odessa

Fonte: Solourbe

11.2.1. Condições de Saúde da População

Com o advento da tecnologia, numerosos avanços foram alcançados no sistema de saúde global, desde o desenvolvimento de vacinas e medicamentos mais eficazes, pesquisas produtivas relacionadas à saúde e melhores instalações de saúde, bem como infraestrutura.

No entanto, existem vários desafios relativos à saúde que ainda precisam ser superados. Esses desafios multifacetados são de natureza diversa e devem ser abordados globalmente em colaboração mútua. Em primeiro lugar, há uma carga crescente de doenças não transmissíveis (DNTs) em todo o mundo, de modo que cerca de 36 milhões de mortes a cada ano são causadas por DNTs.

Doenças cardiovasculares, câncer, doenças pulmonares crônicas, diabetes e doenças neuropsiquiátricas podem ser classificadas nesse grupo de doenças, o que resulta em mortalidade prematura. Acredita-se que o estilo de vida modificado das pessoas seja o fator-chave por trás do surgimento das DNTs que são amplamente prevalentes hoje, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

11.2.2. COVID - 19 na Região de Campinas

Até o dia 23/01/22, o Brasil notificou 24,1 milhões de casos e 623 mil mortes pela Covid-19, com uma taxa absoluta média de 16,1 mil novos casos e 0,5 mil novas mortes por dia16. O DRS-Campinas é o segundo em número de casos e óbitos, atrás, apenas, da Grande São Paulo. Até 25/09, foram notificados 496,1 mil casos e 14,4 mil mortes, no DRS-Campinas – letalidade de 2,91%. Na Região Metropolitana de Campinas (RMC8), foram 344,8 mil casos e 10,5 mil óbitos, até o momento – letalidade de 3,06%. Por fim, o município de Campinas registrou 112,8 mil casos até o momento, com 4,4 mil óbitos – letalidade de 3,96%. No ANEXO 01 podemos verificar o estudo atualizado sobre os índices da pandemia na RMC. Em janeiro de 2022, todos os 17 Departamentos Regionais de Saúde apresentaram taxas decrescentes de novos casos em relação ao número de novos casos no Estado de São Paulo. As novas mortes apresentaram taxas decrescentes em 9 dos 17 departamentos do Estado. Em relação ao período anterior, o ritmo de avanço da pandemia continua desacelerando no DRS-Campinas, de modo que o número de novos casos e de novas mortes segue diminuindo, como mostram a figura 32, tabela 56 e nos gráficos 25 e 26.

Figura 31 – Estatísticas das Mortes no país

Fonte: Ministério da Saúde

[16] *Dados do Ministério da Saúde*

Tabela 57 - Casos e Óbitos nos Departamentos Regionais de Saúde do Estado de SP

Saúde	Acumulados	Acumulados	Casos		Óbitos	
			Abs.	Var.%	Abs.	Var.%
Grande São Paulo	1633364	69761	3072	-79,24%	439	11,14%
Campinas	496158	14416	1766	-73,75%	100	-15,25%
Sorocaba	276118	8448	942	-77,82%	20	-56,52%
São José do Rio Preto	265130	7809	900	-71,09%	28	0,00%
Baixada Santista	164218	6911	1155	-52,45%	183	325,58%
Taubaté	266091	6288	742	-83,91%	64	72,97%
Bauru	218596	5431	1841	-59,64%	21	-36,36%
Ribeirão Preto	170875	5181	845	-68,59%	24	26,32%
Piracicaba	186961	4971	663	-70,09%	28	21,74%
Marilia	134373	4072	216	-91,52%	21	-4,55%
Araçatuba	100541	3237	215	-77,56%	15	-31,82%
São João da Boa Vista	89840	2764	138	-91,06%	9	-10,00%
Araraquara	113280	2680	63	-94,21%	8	33,33%
Presidente Prudente	85741	2560	309	-77,23%	30	87,50%
Franca	72852	1951	490	-41,03%	13	-38,10%
Barretos	54817	1701	113	-87,09%	11	-47,62%
Registro	31338	891	70	-85,51%	2	-50,00%

Fonte: Observatório PUC-Campinas, com base nos levantamentos do SEADE – 2020

Gráfico 25 – Curva Epidemiológica Casos Região de Campinas

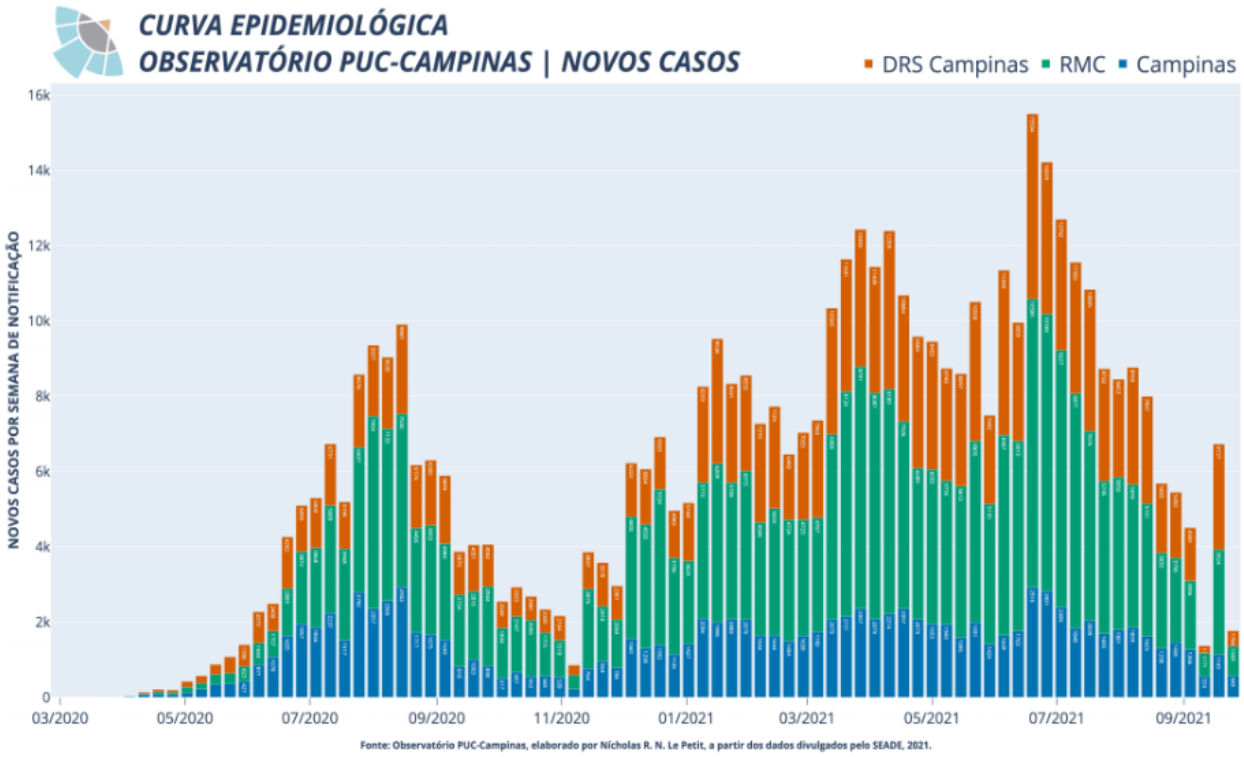
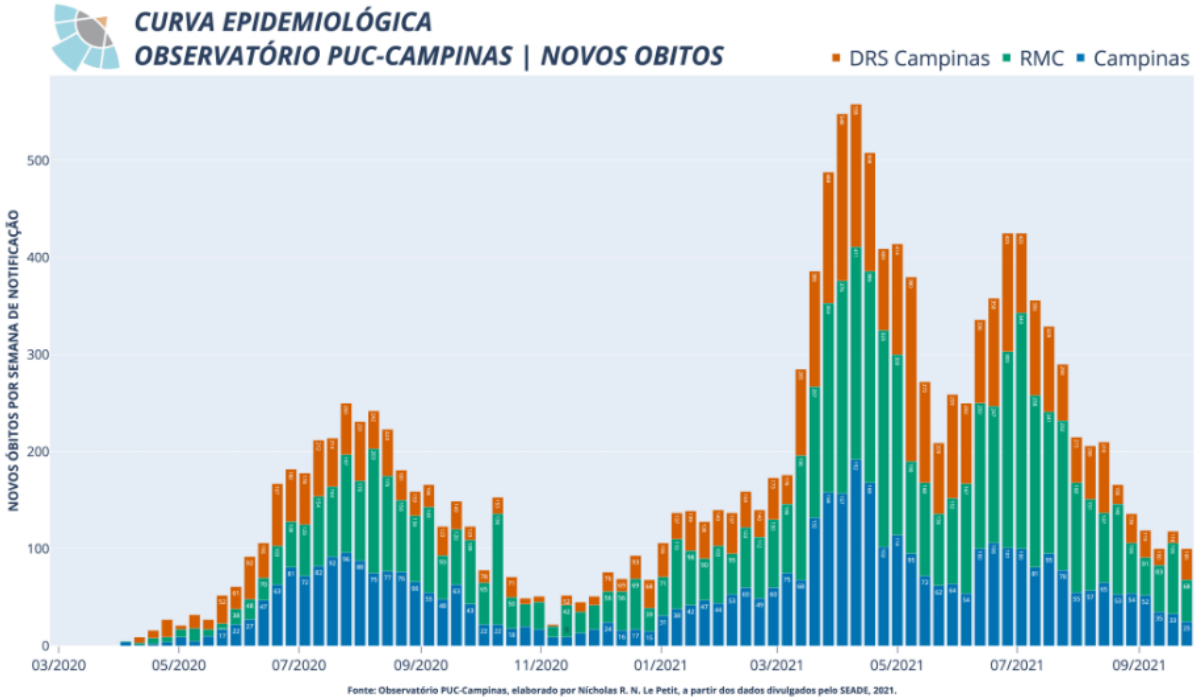
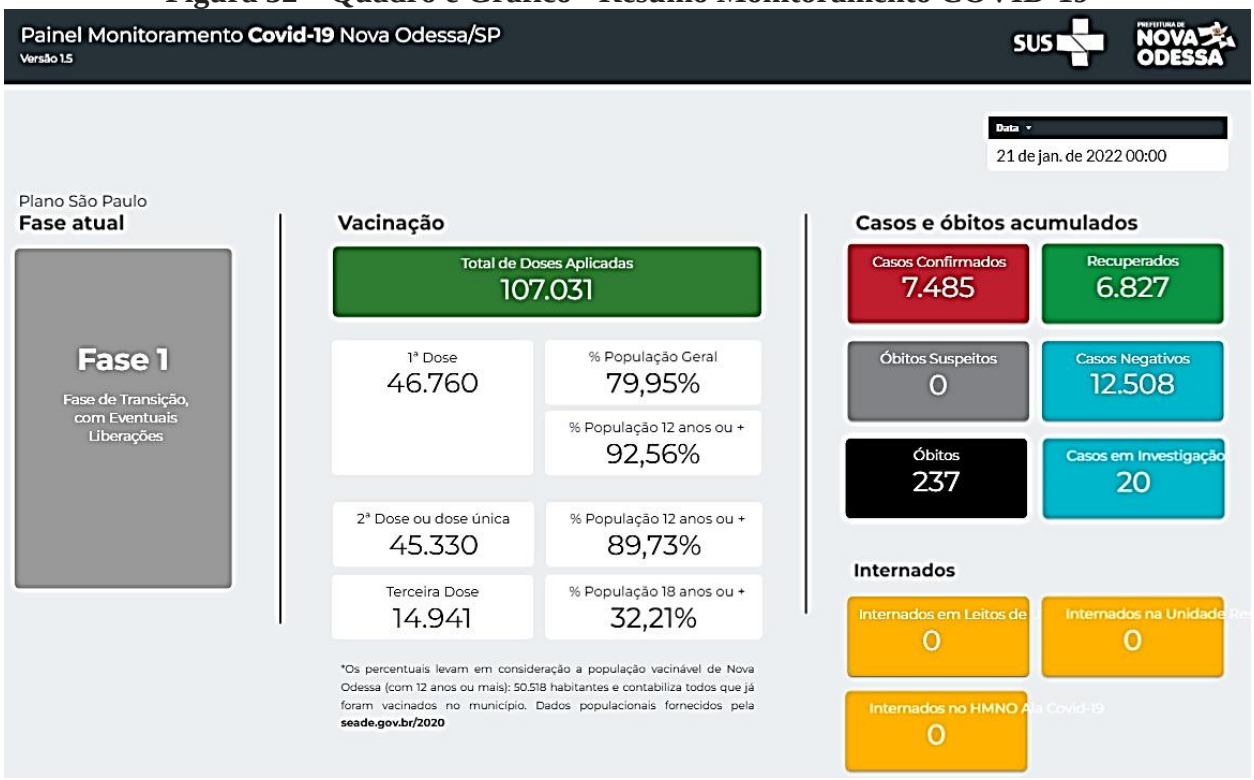


Gráfico 26 – Curva Epidemiológica Casos Região de Campinas



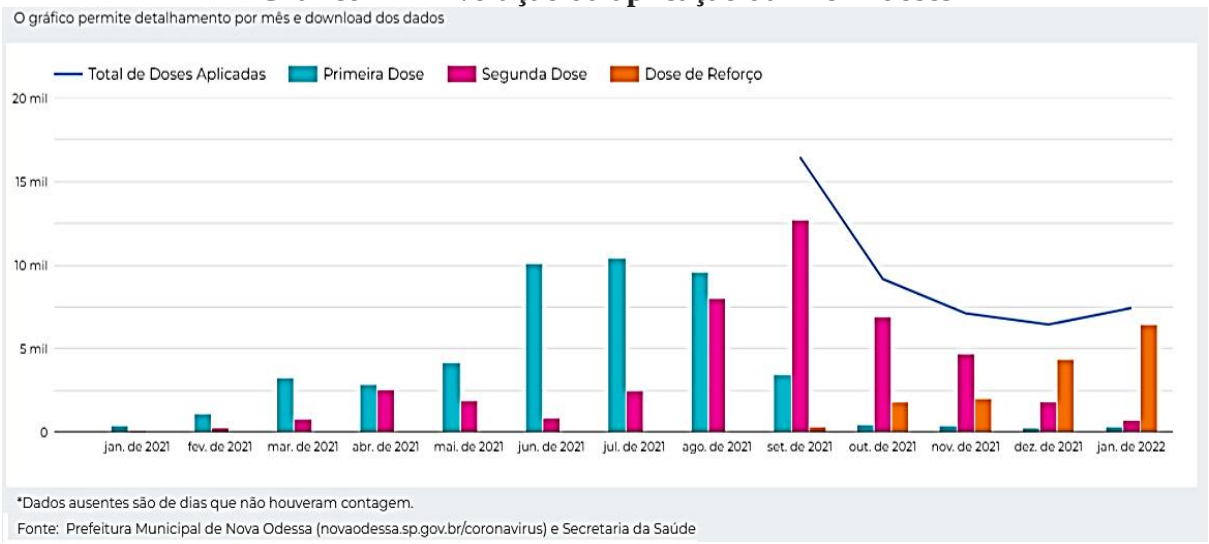
Note-se que o DRS Campinas sempre se coloca em primeiro lugar, contemplando o Município de Nova Odessa que apresenta o seguinte quadro:

Figura 32 – Quadro e Gráfico - Resumo Monitoramento COVID-19



Fonte: PMNO

Gráfico 27 – Evolução da aplicação da 1ª e 2ª doses

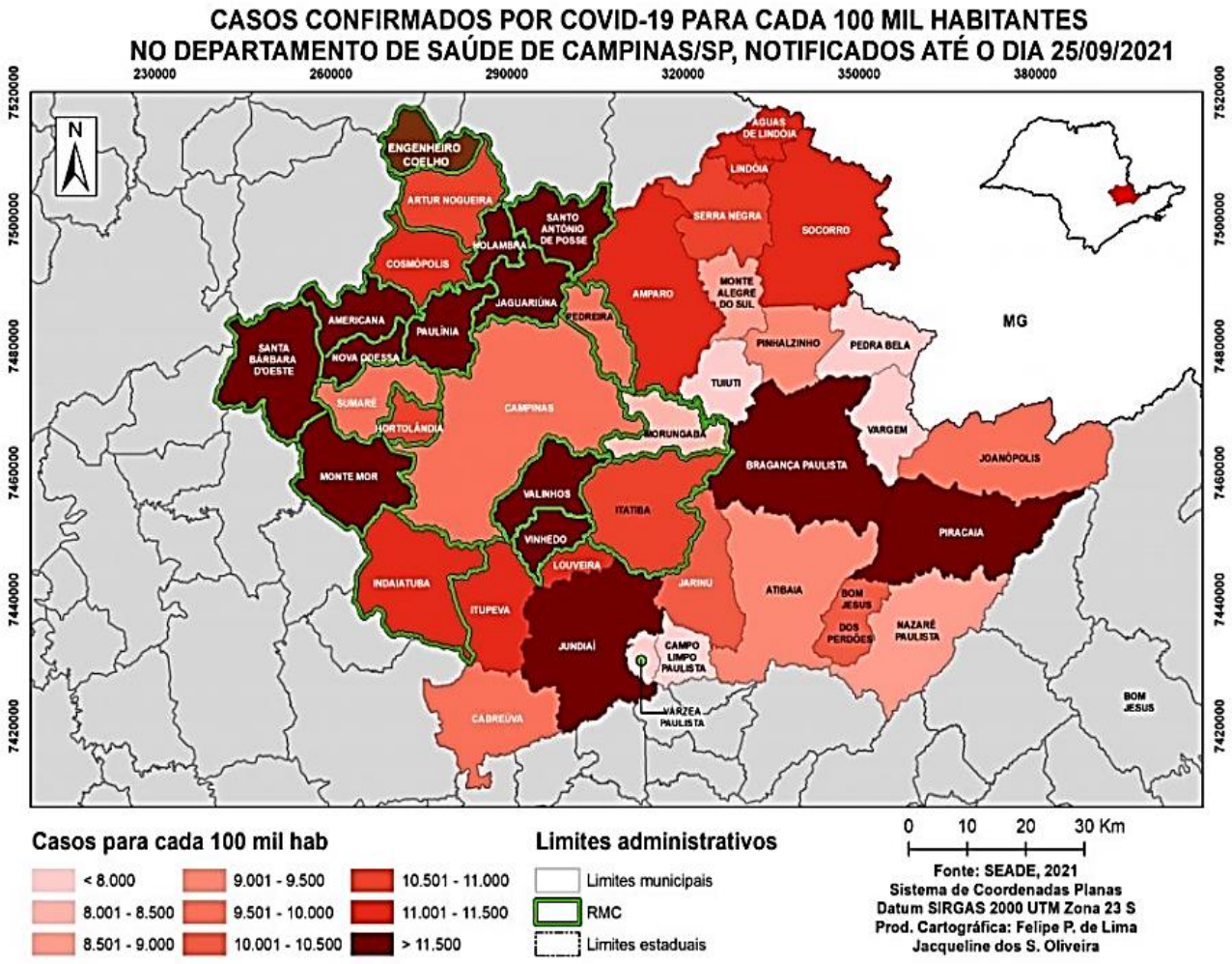


Foram registrados 1,7 mil casos no DRS-Campinas (variação de -73,75%, em relação aos casos registrados na semana anterior). Destes, 1,3 mil casos foram registrados na RMC (var. -65,37%) e 0,5 mil casos em Campinas (var. -48,99%). Foram 100 mortes no DRS-Campinas (var. -15,25%, em relação às mortes registradas na semana anterior). Destas mortes, 68 ocorreram na RMC (var. -38,85%) e 25 em Campinas (var. -24,24%).

Os resultados das variações no número de casos da semana 37 para 38 podem ser imprecisos devido a um possível represamento de dados. Na Figura 33, é possível observar uma queda abrupta no número de casos e um comportamento anormal nas semanas 36, 37 e 38.

Os gráficos 25 e 26 mostram os coeficientes de incidência e mortalidade por 100 mil habitantes por municípios. No mapa abaixo podemos verificar a situação de cada Município da RMC.

Mapa 04 - Mapa de Casos da Covid-19 nos Municípios do DRS-Campinas



Fonte: Observatório PUCCampinas

Santa Bárbara d'Oeste, Jundiaí e Campinas continuam entre os municípios com maior índice de mortes do DRS-Campinas, com 423,3, 384,2 e 380,3 mortes por 100 mil habitantes, respectivamente. Esses municípios estão, inclusive, no grupo dos 25% dos municípios com maiores taxas de mortalidade, no estado de São Paulo, com corte em 381 mortes por 100 mil habitantes.

Dando continuidade ao que foi decretado pelo Governo do Estado no dia 07/07/2021, todos os departamentos regionais de saúde não têm mais restrições de horários e capacidade desde o dia 17/08. É a sétima semana em que, por parte do Governo do Estado, restam apenas as regras do protocolo de higienização, utilização de máscaras e distanciamento de, no mínimo, 1 metro em ambientes públicos. Eventos com público em pé, como shows e torcidas em estádios, estão previstos para retorno no mês de novembro. Cabem às prefeituras dos municípios determinar qualquer regra ou restrição de acordo com as necessidades da região.

Do ponto de vista da saúde, os dados da fundação SEADE[9] evidenciaram queda de 9,6% nas novas internações em UTI COVID no DRS-Campinas na última semana. Foram 414 internações contra 458 na semana anterior. Felizmente, a pressão sobre o sistema de saúde de Campinas segue em diminuição. O número total de pacientes internados em UTI segue em queda, ainda que tenha havido aumento de ocupação devido à desmobilização de leitos-COVID[10].

Em relação à campanha de vacinação, no dia 21/09[11], o município chegou a 91,5% da população adulta imunizada com pelo menos uma dose e 68,5% da população adulta completamente imunizada (2 doses ou dose única). Na contagem total, 50,4% da população está imunizada, o que coloca a cidade em uma posição de destaque no cenário nacional[12].

Apesar do cenário favorável desenhado pelos números da evolução da pandemia na região, a variante segue se espalhando por todo o Brasil. De acordo com a Rede Genômica Fiocruz[13], dados atualizados em 21/09 apontam que 74% das últimas amostras sequenciadas no Brasil correspondem à variante delta. No estado de São Paulo, 99% das amostras sequenciadas em setembro, até 21/09, correspondem a essa variante. No mês de agosto, esse número foi de 79% e em julho 37%.

Na semana 37, os números haviam indicado até um pequeno aumento no número de novas internações, mas nesta última semana os dados voltaram a apontar quedas significativas. É possível que o avanço da vacinação nos últimos meses e o grande número de indivíduos com pelo menos uma infecção prévia amenize o impacto da variante Delta no Brasil, mas até que ocorra uma redução expressiva da circulação do vírus, ainda é necessária a manutenção de todas as medidas não farmacológicas.

Do ponto de vista econômico e social, os indicadores de atividade, de emprego e de inflação dão sinais de estagnação para a economia nacional, o que deve afetar a economia regional. O Índice de Confiança da Indústria (Icei/CNI) caiu em setembro/2021, mas continua acima da média histórica. Preocupa, no entanto, o aumento dos preços num contexto ainda

de elevada taxa de desemprego, e a ameaça da disseminação de novas variantes no Brasil e nos principais parceiros comerciais regionais – Argentina, Estados Unidos e China, esta última especialmente importante como fornecedora de insumos industriais.

No Departamento Regional de Saúde de Campinas, 79,8% da população recebeu a primeira dose e 56,1% completaram o processo de vacinação. Esses dados trazem alguma esperança para o mercado, embora especialistas da área de saúde mantenham o alerta em relação ao controle da crise sanitária.

Para enfrentar essas e outras ameaças, foi posto em prática em 2021 o novo plano estratégico da Organização Mundial da Saúde (OMS) – 13th General Program of Work –, que terá duração de cinco anos. A iniciativa tem como objetivo garantir que: 1 bilhão de pessoas a mais se beneficiem do acesso à saúde e da cobertura universal de saúde; 1 bilhão de pessoas estejam protegidas de emergências de saúde; e 1 bilhão de pessoas desfrutem de uma melhor saúde e bem-estar. Alcançar esses objetivos exigirá uma abordagem por diversos ângulos.

Portanto a Administração Pública deverá investir e efetuar convênios e pactos para alcançar esses objetivos.

11.2.3. Convenções da Saúde

Conforme o Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público (PEEUEL), a rede de saúde pública brasileira pode ser comparada a uma pirâmide, em que na base está o atendimento primário (Atenção Básica), seguida da atenção secundária e terciária. O primário representa a porta de acesso ao Sistema de Saúde Pública. O secundário trata de casos mais complexos como, por exemplo, infecções, pneumonia e cirurgias de média complexidade, e o terciário é especializado e trata de casos de alta complexidade, atendimentos de acidentes traumáticos, cardiologia, transplante, entre outros, realizado em hospitais de alta referência.

A Portaria no 2.436 de 21/09/2017, do Ministério da Saúde, aprovou a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para organização da atenção básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

O artigo sexto da Portaria 2.436 estabelece que todos os estabelecimentos de saúde que prestem ações e serviços de Atenção Básica, no âmbito do SUS, serão denominados Unidade Básica de Saúde – UBS, sendo esta a nomenclatura adotada.

O atendimento do Programa da Saúde da Família (PSF) é realizado pelas Equipes de Saúde da Família (ESF), que consistem em equipes multiprofissionais, compostas por médicos,

enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde que trabalham de forma interdisciplinar. Cada equipe é responsável pelo acompanhamento integral e continuado de no máximo três mil e quinhentas pessoas localizadas em uma mesma área de abrangência.

Além disso, recomenda-se na portaria citada que cada Unidade Básica de Saúde (UBS) possua quatro equipes para atendimento da população. As ESF têm a capacidade de resolver aproximadamente 85% dos problemas de saúde da comunidade.

Dessa maneira é necessário dispor de recursos estruturais e equipamentos compatíveis que possibilitem a ação dos profissionais de saúde em relação a esse compromisso. As ESF atendem a população nas denominadas Unidades Básicas de Saúde (UBS), de forma que estas instalações se constituem em equipamentos de saúde de atenção básica, objeto principal deste estudo, no que se refere a área da saúde.

Portanto a saúde tem como base as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde e do Plano Municipal de Saúde (em consonância às políticas públicas nacionais).

Tem por objetivo ações setoriais e intersetoriais sustentáveis e inovadoras que elevem a qualidade de vida da população, contribuindo na construção de uma cidade saudável, com a promoção de bem-estar e da cidadania, de forma humana e eficiente.

11.2.4. Pacto pela Saúde

O Pacto pela Saúde é um conjunto de reformas institucionais do SUS acordado entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios) com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do Sistema Único de Saúde. Ao mesmo tempo, o Pacto pela Saúde redefine as responsabilidades de cada gestor em função das necessidades de saúde da população e na busca da equidade social.

A implementação do Pacto pela Saúde se dá pela adesão de Municípios, Estados e União ao Termo de Compromisso de Gestão (TCG). O TCG substitui os processos de habilitação das várias formas de gestão anteriormente vigentes e estabelece metas e compromissos para cada ente da federação, sendo renovado anualmente. Entre as prioridades definidas estão a redução da mortalidade infantil e materna, o controle das doenças emergentes e endemias (como dengue e hanseníase) e a redução da mortalidade por câncer de colo de útero e da mama, entre outras.

As formas de transferência dos recursos federais para estados e municípios também foram modificadas pelo Pacto pela Saúde, passando a ser integradas em cinco grandes blocos de financiamento (Atenção, Básica, Média e Alta Complexidade da Assistência, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica e Gestão do SUS), substituindo, assim, as mais de cem "caixinhas" que eram utilizadas para essa finalidade.

Tabela 58 - Indicadores Pactuados – Município de Nova Odessa – 2019/2020

Nº	TIPO	INDICADOR	2019	2020
1	U	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	70	70
2	E	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	----	-----
3	U	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	98%	98%
4	U	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, pneumocócica 10 - valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	98%	100%
5	U	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	98%	100%
6	U	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	100%	100%
7	E	Número de Casos Autóctones de Malária	-----	------
8	U	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	0	0
9	U	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	0	0
10	U	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	80%	80%
11	U	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	0,60	0,60
12	U	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	0,40	0,40
13	U	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	29%	30%

14	U	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	7%	6%
15	U	Taxa de mortalidade infantil	7	7
16	U	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	0	0
17	U	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	60%	60%
18	U	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	88%	89%
19	U	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	60%	60%
21	E	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	-------	--------
22	U	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	1	0
23	U	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	98%	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

11.2.5. Indicadores Municipais da Saúde

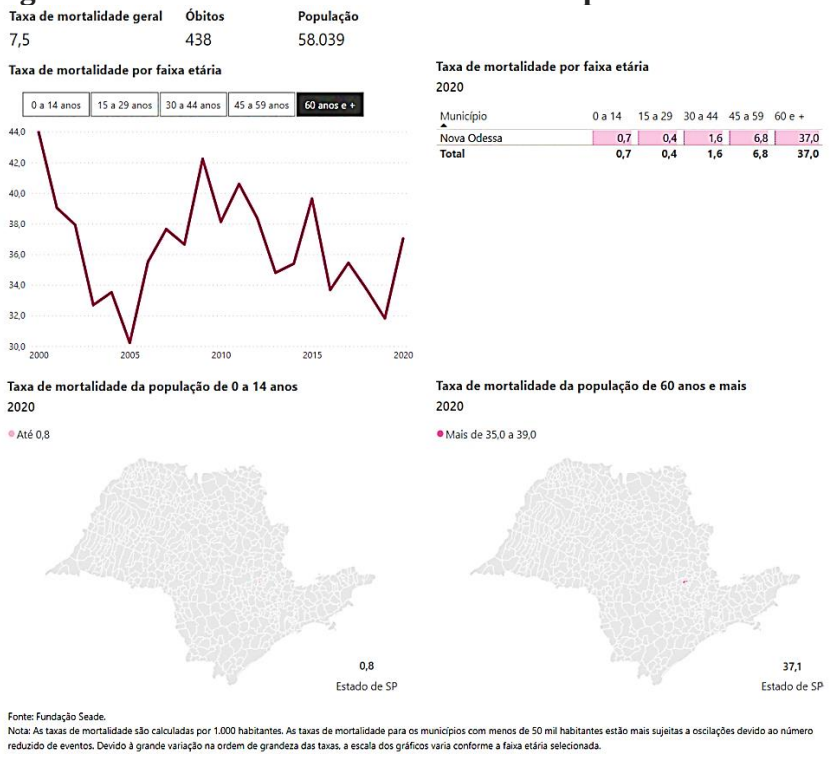
Segundo o Plano Municipal de Saúde, nascem em média 650 Novaodessenses por ano, metade destes em hospitais de convênio da região. O Hospital Público faz em média 300 partos por ano, 67% de todos os partos são cesárias, 11% nascem pré-termo[17] e 7,88% nascem com baixo peso.

As mulheres na faixa etária de 20 a 29 anos são as que mais engravidam. Apenas 1,59% são menores de 18 anos e 80% das gestantes fazem 7 ou mais consultas de pré-natal. Os óbitos são em sua maioria de homens com mais de 60 anos

[17] *O trabalho de parto (contrações que resultam em mudança cervical) que inicia antes de 37 semanas é considerado* ***pré-termo****.*

a.1. Taxa de Mortalidade no Município

Figura 33 - Taxa de mortalidade no Município – Nova Odessa



Fonte: SEADE

Nota-se que a maior taxa incide na faixa etária de 45 a 59 anos e que a partir de 2020 há um disparo nos óbitos em função da pandemia COVID19.

a.2. Taxa de Mortalidade Infantil no Município

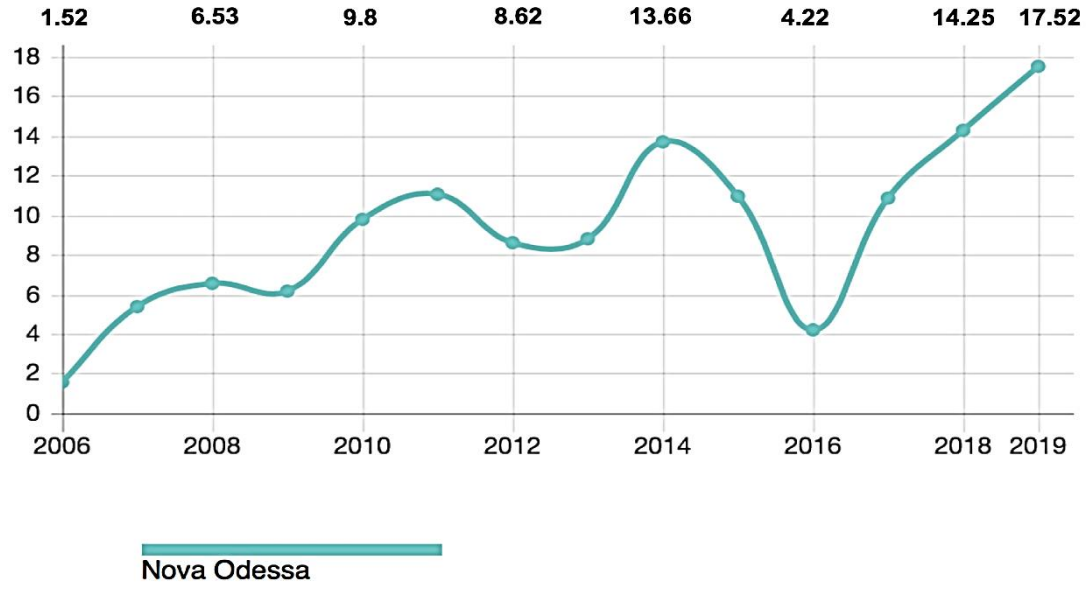
A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 17.52 para 1.000 nascidos vivos. Comparando Nova Odessa com todos os outros municípios do Estado de São Paulo, ela fica nas posições 137º de 645 e quando comparada às cidades do Brasil todo, a posição de Nova Odessa é de 1.481º de um total de 5.570. Na região em que se encontra, o seu índice de mortalidade infantil fica na 2ª posição entre 18 municípios.

Apesar desses dados, melhorar a taxa de mortalidade infantil é um desafio que o Município enfrenta, pois esse índice aumentou de 9,5 em 2015 para 17,52 em 2019 (IBGE). O município possui um Comitê de Investigação de óbitos Materno e Infantil, com participação de profissionais do Hospital Municipal e Unidades Básicas de saúde, fazendo com que todos os óbitos sejam investigados por essa equipe e a grande maioria é classificada como evitáveis por falha no pré-natal.

Figura 34 - Taxa de Mortalidade Infantil em Nova Odessa em 2020

Fonte: SEADE

Gráfico 28 - Evolução da Mortalidade Infantil no Município de Nova Odessa (unidade: óbitos por mil nascidos)



Fonte: cidades.ibge.com.br

Entretanto de 2019 para 2020 a referida taxa caiu de 17,52 para 7,91 o que demonstra várias ações em saúde eficazes para a diminuição desse índice, elevando assim o ranking do Município.

Entre os municípios do Estado de São Paulo, Nova Odessa fica nas posições 465º entre 645 municípios e na posição 4.734º e quando comparada aos 5.570 municípios do Brasil todo. Na região em que se encontra, o seu índice de mortalidade infantil fica na 10ª posição entre 18 municípios.

As doenças de notificação que mais são registradas em Nova Odessa são: acidentes antirrábicos humanos; acidentes com animais peçonhentos, sendo todos por escorpiões e nenhum grave, não havendo necessidade de aplicação de soro antiescorpiônico; violência e intoxicação exógena.

Tuberculose: Em média são tratados 13 casos de tuberculose anualmente em Nova Odessa, em todas as faixas etárias de 0 até 80 anos ou mais.

Dengue: o município manteve a característica da região metropolitana de Campinas, e todos os anos são confirmados vários casos, sendo o ano de 2015 o pior da história de Nova Odessa com 1.706 casos reagentes e 3 óbitos confirmados. Anualmente para o combate à dengue apresentamos o Plano de Combate às arboviroses com estratégias de fluxo de atendimento ao

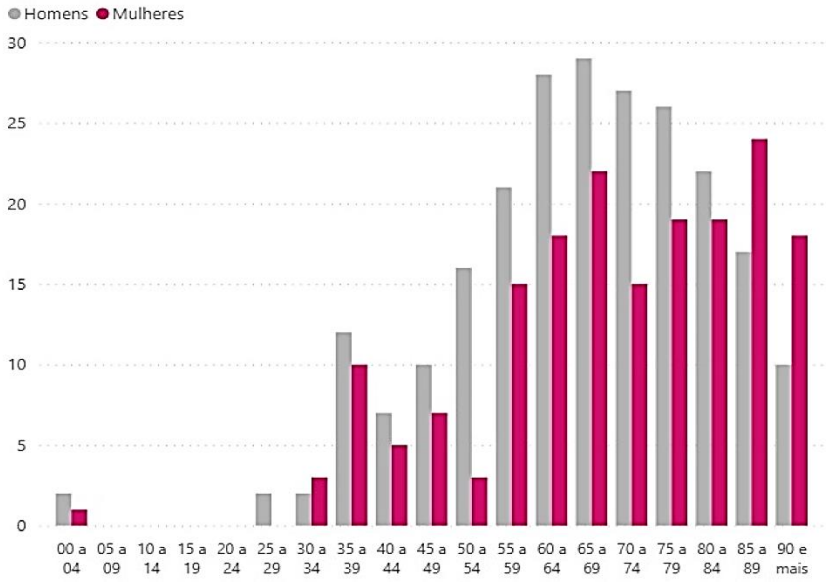
Hospital Municipal e Atenção Básica, e é sempre um grande desafio fazer com que os profissionais de saúde cumpram o planejamento.

Tabela 59 - Agravos de notificação digitadas no Sinan (Sistema Nacional de Atendimento Médico) – Nova Odessa

AGRAVOS	2019	2020
Acidente antirrábico humano	208	180
Acidente animal peçonhento	72	120
Violência	37	71
Intoxicação exógena	06	49
Acidente de trabalho com exposição biológica	11	06
Leptospirose	07	03
Febre Maculosa	10	03

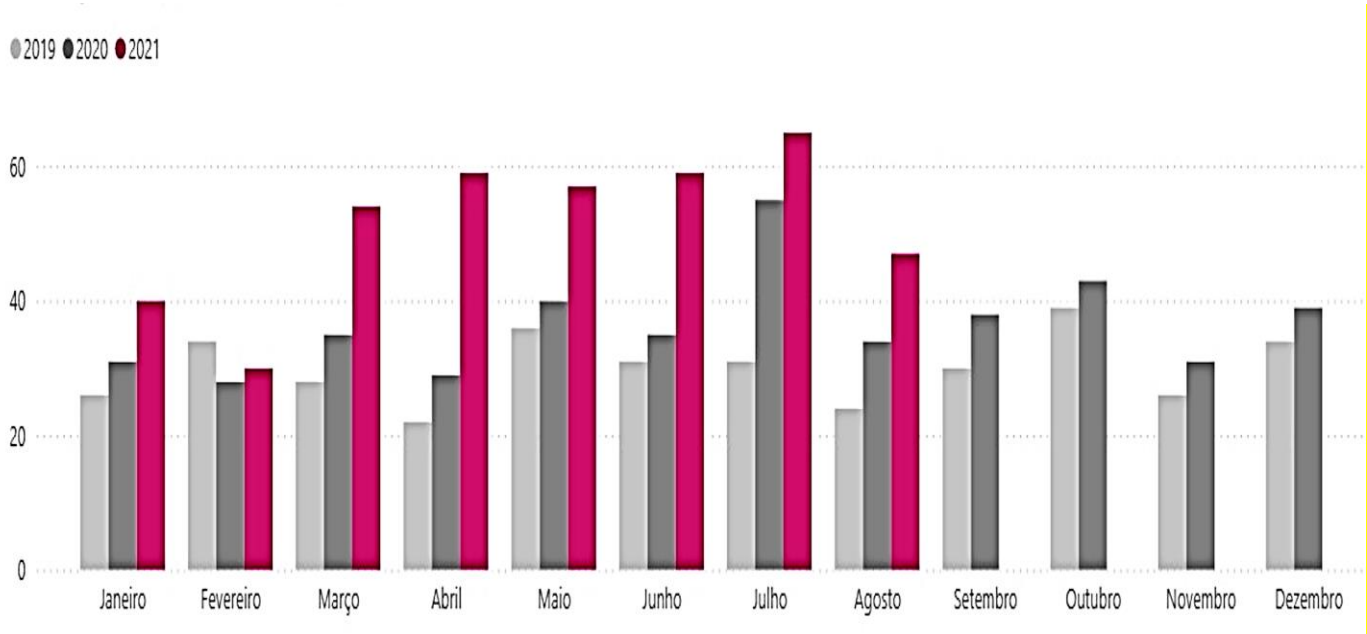
Fonte: Plano Municipal de Saúde

Gráfico 29 - Óbitos por sexo e idade em Nova Odessa – 2021



Fonte: municípios. seade.gov.br

Gráfico 30 - Comparativo = Óbitos por Mês de Ocorrência no Município 2019/2020/2021



Fonte: municípios. seade.gov.br

b) Indicadores de Morbidade

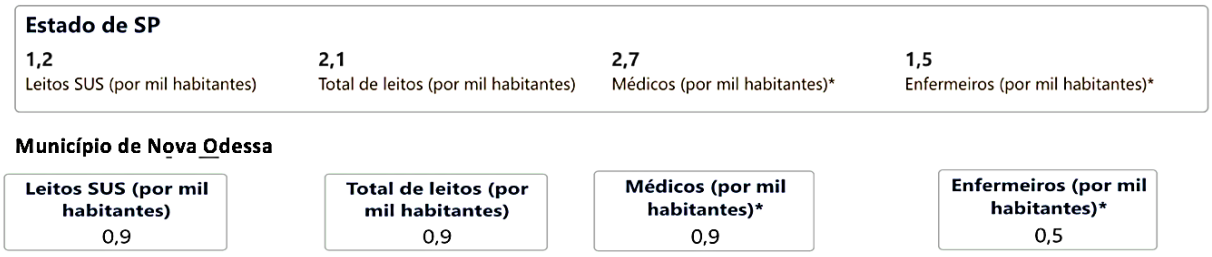
A avaliação do quadro de morbidade de uma população se reveste de algumas dificuldades dado ao caráter difuso das informações e a pouca disponibilidade de dados. Isto porque, as informações são colhidas junto aos serviços ofertados e não há um sistema de informações que dê conta de captar a multiplicidade de oferta que envolve não apenas o Sistema Único de Saúde, mas a rede privada, a medicina de grupo e até mesmo as farmácias, as formas alternativas de ajuda, que a população lança mão para resolver ou minimizar seus problemas de saúde.

Limitando-se apenas às informações produzidas no âmbito do SUS veremos algumas informações sobre a morbidade hospitalar e ambulatorial que dão uma dimensão dos problemas de saúde enfrentados pela população usuária do Sistema no município.

Em um levantamento no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), em 2018 as principais causas básicas de óbito foram na ordem ascendente: Garbages, pneumonias, Cardiovasculares, câncer, infecções de trato urinário e doenças do fígado; em 2019 as principais causas foram: Cardiovasculares, Garbages, pneumonias, câncer, diabetes e doenças do fígado; já em 2020 as principais causas básicas foram: Cardiovasculares, Covid, câncer, diabetes, Garbages e infecções do trato urinário.

Os Garbages code são causas indeterminadas, quando no momento do óbito não houve uma investigação de doenças atuais ou prévias pela equipe médica, e a Declaração de Óbito se torna um "lixo" para o sistema, não trazendo nenhuma informação que possa ser usada para determinar políticas públicas de saúde. Um dos desafios a serem ultrapassados é a diminuição dos Garbages codes em Nova Odessa.

Figura 35 - Comparativo do número de leitos do SUS, médicos e enfermeiros em Nova Odessa e no Estado de São Paulo



Fonte: municípios. seade.gov.br

11.2.6. Os Serviços de Saúde

11.2.6.1. Estrutura do Sistema de Saúde no Município

Nova Odessa integra a Diretoria Regional de Saúde VII, estando localizada na região Metropolitana de Campinas, acompanhada de Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo

O Fundo Municipal de Saúde foi instituído pela Lei nº 1278/1991 e reformulado pelas leis 1641 de nº 26/02/1999 e nº 2353 de 08/10/2009 e, a operacionalização se dá por meio de contas próprias as quais são movimentadas por equipe designada pelo Secretário Municipal de Saúde.

Como descrito na Lei nº 2354/2009, o Conselho é um órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal, que será composto por 12 membros titulares e 12 membros suplentes, além do Secretário Municipal de Saúde como membro nato. A composição do Conselho de Saúde é feita por 25% de representantes do governo e/ou prestadores de serviço de saúde, 25% profissionais da saúde e 50% de usuários do sistema, cujas decisões, consubstanciadas em Resoluções, serão homologadas pelo Secretário Municipal de Saúde.

11.2.6.2. Atendimento Ambulatorial

a. Saúde Bucal no Município

O município possui 10 Equipes de Saúde Bucal modalidade I, em seis Unidades Básicas de Saúde. No momento são 15 cirurgiões dentistas, 05 auxiliares de saúde bucal atuando nas áreas de Odontologia básica preventiva e restauradora além das especialidades de endodontia (dentes anteriores) e prótese total. São programas voltados à escolares, primeira infância, adultos, gestantes, idosos. A Cobertura População de Saúde Bucal no município é de 25,00% conforme pactuado em 2021.

b. UBS – Unidades Básicas de Saúde em Nova Odessa

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo desses postos é atender até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade de encaminhamento para hospitais.

A expansão das Unidades Básicas de Saúde tem o objetivo de descentralizar o atendimento, dar proximidade à população ao acesso aos serviços de saúde e desafogar os hospitais.

Nova Odessa conta com 07 Unidades Básicas de Saúde (UBS) distribuídas pelo município, com 04 equipes de ESF, que contam com atendimento de médicos clínicos, médicos ginecologistas, médicos pediatras, médicos generalistas, enfermeiros, dentistas, psicólogos, farmacêuticos, técnicos de enfermagem e auxiliares de consultório odontológico. A Cobertura Populacional Estimada de Atenção Básica no município é de 41,37% sendo que há uma equipe de saúde da família implantada e outras tantas a implantar conforme o Programa Previne Brasil, aumentando assim a cobertura populacional por Agentes Comunitários de Saúde.

c. Saúde Mental

A Política Nacional de Saúde Mental, apoiada na Lei nº 10.216/02, objetiva a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental focada em consolidar um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária. Isto é, busca garantir a livre circulação das pessoas com transtornos mentais pelos serviços, pela comunidade ou cidade e oferece cuidados com base nos recursos que esta oferece.

O município de **Nova Odessa** iniciou em 2021 um Ambulatório de Saúde Mental, localizado na UBS 07 e atende a população acometida de distúrbios mentais com Médicos Psiquiatras, Psicólogos, Serviço Social, Enfermeiro, Técnico em enfermagem e retomou as atividades do CAPS I com sua equipe de Médico Psiquiatra, Psicólogo, Assistente Social, Enfermeiro, Preparador Físico, T.O., Técnico em enfermagem, Artesão e integrou as atividades do Ambulatório de Saúde Mental com a Rede Municipal de Saúde.

Iniciou-se também as atividades do Projeto de implantação com grupo infantil de Saúde Mental na Rede Municipal de Nova Odessa.

O CAPS é um serviço de atendimento de Saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos.

É um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais graves e persistentes.

O objetivo do CAPS I é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social, montando estratégias conjuntas de enfrentamento dos problemas e organizando a rede de serviços de saúde mental de seu território, porém ainda precisa ser habilitado para receber recursos financeiros.

Em 2021, foram criados 2 leitos para pré-internação psiquiatra, para pacientes que aguardam uma vaga CROSS para transferência.

Tabela 60 – Unidades Básicas de Saúde em Nova Odessa

UBS	ENDEREÇO
UBS I	Avenida Carlos Botelho, nº 3 - Centro
UBS II	Rua São Paulo, nº 65 - Jardim São Jorge
UBS III	Rua Sigesmundo Anderman, nº 731 - Jardim São Manoel
UBS IV	Rua Louis Francescon, nº 65 - Jardim São Francisco
UBS V	Rua das Imbuias, nº 513 - Jardim Alvora
UBS VI	Rua Aurélia de Paula Belinatti, n°69 - Jardim Marajoara
UBS VII - Centro de Atenção Psicossocial	Rua Alexandre Bassora, nº 760 Jardim Nossa Senhora de Fatima

Fonte: Secretaria de Saúde de Nova Odessa

Figura 36 - UBS I – Avenida Carlos Botelho – Centro

Fonte: jornaldenovaodessa.com.br

Figura 37 - UBS V – Jardim Alvorada

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Odessa

Figura 38 - UBS 7 – Jardim Nossa Senhora de Fátima – Nova Odessa

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Odessa

d. Setor de Fisioterapia

O setor de fisioterapia realiza, em Nova Odessa, aproximadamente 28.800 atendimentos por ano, sendo os casos crônicos de lombalgia a principal causa, seguido pelos pós-operatórios de fraturas.

O município oferece Serviço de fisioterapia motora, respiratória e neurológica.

Iniciamos ainda a organização do Serviço de Oxigênio Terapia Domiciliar, fazendo visitas domiciliares aos pacientes que fazem o uso de O^2 domiciliar, para orientação, acompanhamento e possível desmame do mesmo. Essas visitas estão acontecendo em conjunto com a Enfermagem.

Figura 39 - Setor de Fisioterapia – Nova Odessa

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Odessa

11.2.6.3. Assistência Farmacêutica

A Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) conta com 141 medicamentos padronizados, que podem ser adquiridos na Farmácia Central de Medicamentos. O município possui ainda uma Farmácia de Alto Custo, onde são dispensados os medicamentos do componente especializado e estratégico da assistência farmacêutica.

Em 2020 foram atendidos 80.191 pacientes no dispensário da rede básica, 67.453 pacientes pela Farmácia de Medicamentos Controlados, 10.665 pacientes pela Farmácia de Alto Custo e 2.073 pacientes atendidos por Ação Judicial.

Iniciou-se a dispensação de medicamentos em 2021 na UBS VII e está previsto para o próximo ano implantação também na UBS III e V.

O Programa de entrega em domicílio da medicação de uso contínuo para população idosa e portadores de deficiência física, está como Projeto piloto, sendo implementado efetivamente em 2022.

11.2.6.4. Unidade de Saúde Respiratória

Figura 40 - Unidade de Saúde Respiratória em Nova Odessa

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Odessa

A Unidade Respiratória de Nova Odessa localiza-se na Rua das Imbuias, nº 355, no Jardim Alvorada e foi criada em abril/2020 para concentrar o atendimento a pacientes com doenças respiratórias, síndromes gripais e quadros suspeitos do novo coronavírus. O espaço foi planejado e estruturado estrategicamente de acordo com todos os protocolos de saúde para combate ao novo coronavírus e garantia de segurança aos usuários do SUS que procurarem a unidade com outros quadros respiratórios. A unidade foi montada com suporte de médicos clínicos-gerais, pneumologistas, infectologistas, enfermeiros e fisioterapeutas.

A unidade funciona 24 horas por dia, de segunda a segunda e a estrutura possui seis leitos para pacientes graves, todos com respiradores (caso necessário), e oito para pacientes leves. A estrutura possui alas exclusivas para pacientes com suspeita de coronavírus e atendimento aos demais pacientes.

11.2.6.5. Academia da Saúde no Jardim Alvorada

A Academia da Saúde é um local para o desenvolvimento de práticas corporais; orientação de atividade física; promoção de ações de segurança alimentar e nutricional e de educação alimentar; além de práticas artísticas e culturais como teatro, música, pintura e artesanato. O objetivo da Academia da Saúde é contribuir para a promoção da saúde da população, estimulando a prática de atividades físicas. Foi construída no Jardim Alvorada e tem mais de 500m² de área total, sendo 117,04m² de área construída. Seguindo as recomendações do Ministério da Saúde, a academia tem um amplo salão, depósito, dois banheiros adaptados e sala de acolhimento.

Figura 41 - Academia da Saúde ao lado da UBS V no Jardim Alvorada

Fonte: SEPLAN

11.2.6.6. Centro de Especialidades

Figura 42 - Ambulatório Médico de Especialidades / Centro de Reabilitação (Fisioterapia)

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Odessa

O **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADE** é um centro de diagnóstico e orientação terapêutica de alta resolutividade em especialidades médicas, com ênfase nas necessidades da rede básica. Proporciona atendimento de forma próxima e acessível ao cidadão, através da prestação de um conjunto de serviços que garantam uma intervenção rápida e eficaz, a fim de promover o diagnóstico precoce, orientar a terapêutica e ampliar a oferta de serviços ambulatoriais especializados, atendendo à necessidade regional nos problemas de saúde que não podem ser plenamente diagnosticados ou orientados na rede básica, pela sua complexidade, mas que não precisam de internação hospitalar ou atendimento urgente.

O atendimento no AME é referenciado e programado, em regime de consultas e são direcionados para a oferta de serviços de consulta especializada, a indicação de exames de apoio diagnóstico e orientação de tratamento, dentro de um contato único dos doentes com o centro, sempre que possível. Prevê-se, ainda, que possam resolver a maior parte das consultas em um único deslocamento do doente, dentro dos processos clínicos prioritários previamente definidos e incluídos em suas carteiras de serviços.

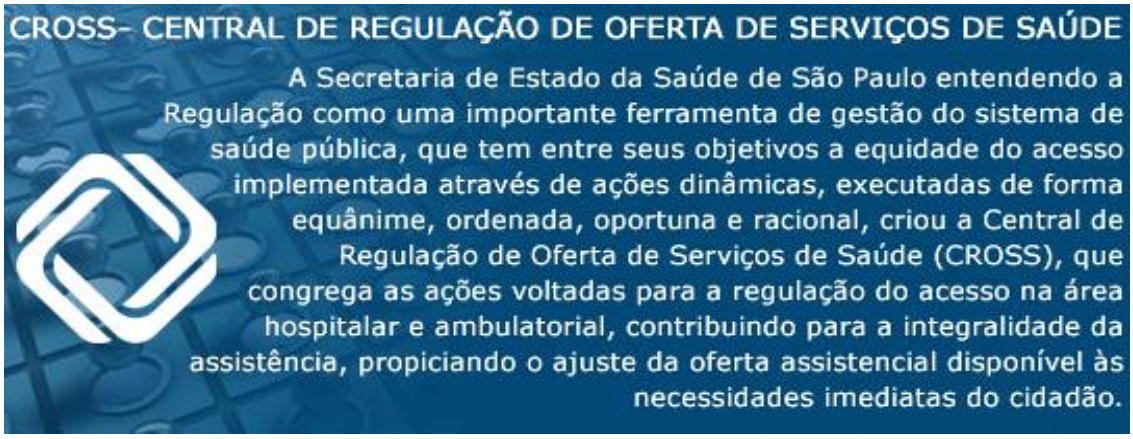
A carteira básica geral de serviços do AME é composta de:

- serviços de consulta de atendimento especializado de suporte a rede básica de saúde;
- serviços de suporte diagnóstico para os pacientes atendidos, sempre coerentes com a estrutura de oferta definida e com a incorporação de sistemas eletrônicos;
- serviço de diagnóstico por imagem;
- serviço de análises clínicas;

- serviço de métodos diagnósticos de especialidades (incluindo endoscopias e métodos gráficos);
- serviço de documentação e atendimento ao usuário;
- linhas de cuidado de alta resolutividade, definidas para cada especialidade e contempladas segundo processos clínicos ou problemas de saúde mais relevantes/ prevalentes na região;
- cirurgia Ambulatorial, em regime de hospital dia ou não, com ou sem anestesia.

11.2.6.7. Central de Regulação

A Central de Regulação do Município de Nova Odessa passou a operar em 2021, sendo a regulação do acesso e assistencial. A Central de Regulação de consultas e exames, regula o acesso a todos os procedimentos ambulatoriais, realizados em serviços fora do município, pactuados na PPI (Programação Pactuada Integrada)[18]. Em 2020, foram realizadas 28.060 consultas de especialidades, sendo o maior número de atendimentos na ortopedia e 8.107 em outros atendimentos, incluindo fonoaudiologia, nutrição, serviço social e enfermagem. Foram realizados 365.767 exames terceirizados e além desses exames, o município ainda oferta via CROSS[19], por meio do Estado e ou com recursos próprios. As metas para os próximos anos são desenvolver protocolos e capacitar os profissionais solicitantes das UBS e AE para reduzir o tempo médio na espera de exames e consultas, aumentar a oferta de vagas em 10% e reduzir o absenteísmo em 20% e melhorar o acolhimento dos pacientes e melhor resolutividade.



[18] *A Programação Pactuada e Integrada é um processo instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde onde, em consonância com o processo de planejamento, são definidas e quantificadas as ações de saúde para população residente em cada território, bem como efetuados os pactos intergestores para garantia de acesso da população aos serviços de saúde. Tem por objetivo organizar a rede de serviços, dando transparência aos fluxos estabelecidos e definir, a partir de critérios e parâmetros pactuados, os limites financeiros destinados à assistência da população própria e das referências recebidas de outros municípios. Define a programação das ações de saúde em cada território e norteia a alocação dos recursos financeiros para saúde a partir de critérios e parâmetros pactuados entre os gestores.*

[19] *O sistema de agendamento da CROSS (Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde) tem como objetivo a distribuição adequada dos pacientes para as vagas de atendimento nas áreas hospitalar e ambulatorial.*

11.2.6.7. Atendimento Hospitalar

Figura 43 - Foto do Hospital e Maternidade Municipal Dr. Acilio Carrion

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Odessa

Figura 44 - Vista Aérea do Hospital Municipal e Maternidade Acílio Carrion – Nova Odessa

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Odessa

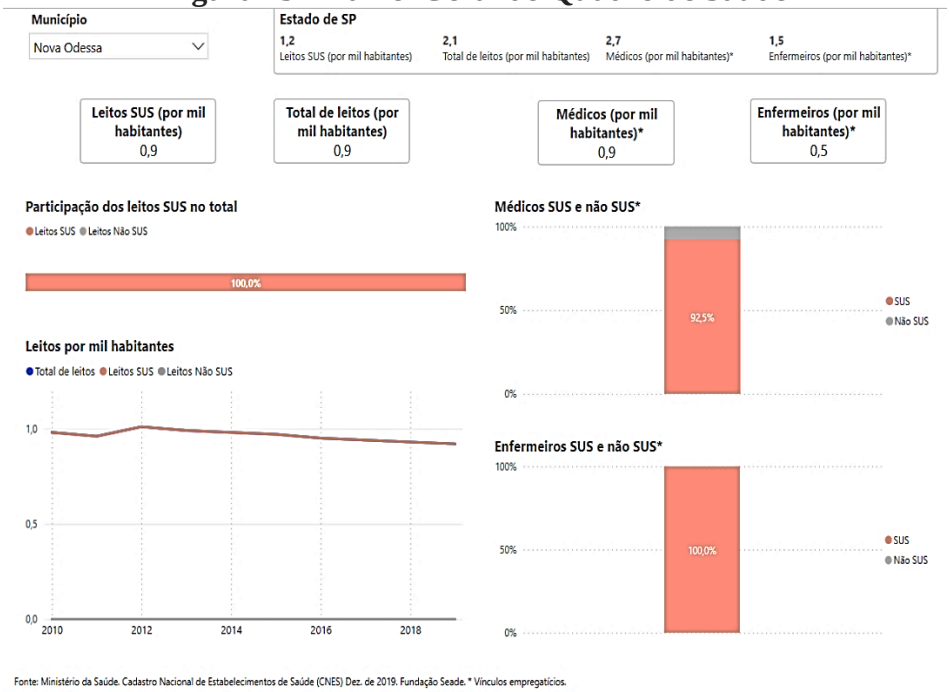
Tabela 61 - Guideline do Hospital de Nova Odessa

HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADE DR. ACÍLIO CARRION - 2020	
Atendimento 24 h/dia	Exclusivo à rede pública de saúde, atendendo usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Nova Odessa
n^0 de leitos = 52 distribuídos nas unidades de internação (clínica geral, cirurgia geral, obstetrícia clínica e pediatria clínica)	Cínica médica = 21 leitos
	Clínica Pediátrica = 11 leitos
	Ala Cirúrgica = 15 leitos
	Isolamento = 2 leitos
	Internações Psiquiátricas = 2 leitos
Consultas de urgência e emergência	60.723
Atendimentos (enfermagem e serviço social) urgência e serviço social	191.985
Consultas	42.438
Cirurgias realizadas no centro cirúrgico	441
Internações - clínica médica	1.302
Outros procedimentos (enfermagem e serviço social)	14.504
Médicos socorristas	03
Médicos socorristas pediátricos	02
Cirurgião geral	01
Ginecologista/ obstetra	01
Anestesista	01
Exames	Raio X. laboratoriais, ultrassonografia, colonoscopia, endoscopia e retossigmoidoscopia, tomografia e ressonância magnética
MATERNIDADE	
Partos	291
Leitos pré-parto	02
Leitos de puerpério	04
Leitos de observação	03
PRONTO SOCORRO (crianças, adultos e gestantes)	
Leitos de estabilização para pacientes graves	03
Leitos de observação para adultos (masc. e fem.)	08
Leitos de observação pediátricos	05

Fonte: Plano Municipal de Saúde

A oferta de leitos SUS em Nova Odessa é 0,9 por mil habitantes, menor que no Estado de São Paulo que tem 1,2 leitos por mil habitantes. A quantidade de médicos e enfermeiros também é menor que a média do Estado, Nova Odessa possui 0,9 médicos por mil habitantes e apenas 0,5 enfermeiros por mil habitantes, enquanto o Estado de São Paulo tem 2,7 e 1,5 respectivamente.

Figura 45 – Painel Geral do Quadro de Saúde



Fonte: SEADE/MS

Mapa 05 - Equipamentos de Saúde (em Anexo no Volume Mapas)

11.2.7. Setor de Zoonoses

A Central de Controle de Zoonoses (CCZ) do Município é o órgão responsável pelo controle de agravos e doenças transmitidas por animais (zoonoses), através do controle de populações de animais domésticos (cães, gatos e animais de grande porte) e controle de populações de animais sinantrópicos (morcegos, pombos, ratos, mosquitos, abelhas entre outros). Oferece o ano todo vacinação contra raiva para cães e gatos gratuita em seu posto de vacinação permanente.

Além das práticas usuais a Central de Zoonoses de Nova Odessa mantém um programa gratuito de identificação e castração de cães e gatos para prevenir a falta de controle e o abandono animal e promover a posse responsável.

Dentre os objetivos futuros das central, um deles é implementar e pactuar ações para viabilizar as contratações de recursos humanos para as ações de controle e combate as arboviroses.

A execução das ações, das atividades e das estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de relevância para a saúde pública, além de raiva e leishmanioses, estende-se para outras doenças de transmissão vetorial. Assim, tais doenças subdividem-se em três grupos, sendo: zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde (MS), zoonoses de relevância regional ou local e zoonoses emergentes ou reemergentes.

Para qualquer grupo de zoonoses, as ações, as atividades e as estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses executadas pela área de vigilância de zoonoses se pautam em atuar e intervir, direta ou indiretamente, sobre as populações de animais alvo, de modo a refletir em benefício direto (quanto à redução ou eliminação, quando possível, do risco iminente de transmissão de zoonose) à saúde da população humana.

No âmbito do programa Estadual de Identificação e Controle da população de Cães e Gatos, instituído pelo decreto nº 63.505, de 18 de Julho de 2018, o município busca realizar:

- Cadastramento
- Esterilização cirúrgica
- Identificação com uso de microchip, de cães e gatos.
- Programa de vacinação anti-rábica animal.
- Ampliar a atuação no Programa de Controle as Arboviroses.

11.2.8. Vigilância em Saúde

O Perfil epidemiológico de Nova Odessa, de acordo com os agravos de notificação compulsória dos últimos anos, possibilita estabelecer metas e análises das estratégicas e tomada de decisões. Na sequência serão descritos os agravos de interesse ao setor de epidemiologia ocorrido no município.

População: Em Nova Odessa 50,6% da população são mulheres, 17% tem entre 0 e 14 anos, 21,8% tem entre 15 e 29 anos, 45,6% estão na faixa etária de 30 a 59 anos e 15,6% tem mais de 60 anos (veja abaixo na pirâmide populacional de Nova Odessa). Nos últimos 20 anos a população jovem de 0 a 14 anos diminuiu enquanto a população idosa (60 anos ou +) aumentou no município (gráfico 1).

Assistência: Até o momento a cidade possui apenas 1 Hospital Público com 52 leitos. A oferta de leitos SUS em Nova Odessa é 0,9 por mil habitantes (gráfico 2), menor que no Estado de São Paulo que tem 1,2 leitos por mil habitantes. A quantidade de médicos e enfermeiros também é menor que a média do Estado, Nova Odessa possui 0,9 médicos por mil habitantes e apenas 0,5 enfermeiros por mil habitantes, enquanto o Estado de São Paulo tem 2,7 e 1,5 respectivamente.

Nascidos vivos: Nascem em média 650 Novaodessenses por ano (gráfico 3), metade destes em hospitais de convênio da região. O Hospital Público faz em média 300 partos por ano. 67% de todos os partos são cesárias, 11% nascem pré-termo e 7,88% nascem com baixo peso.

As mulheres na faixa etária de 20 a 29 anos são as que mais engravidam (gráfico 4).

Apenas 1,59% são menores de 18 anos e 80% das gestantes fazem 7 ou mais consultas de pré-natal.

Óbitos: Os óbitos são em sua maioria de homens com mais de 60 anos (gráfico 5).

Em um levantamento no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), em 2018 as principais causas básicas de óbito foram na ordem ascendente: Garbages, pneumonias, Cardiovasculares, câncer, infecções de trato urinário e doenças do fígado; em 2019 as principais causas foram: Cardiovasculares, Garbages, pneumonias, câncer, diabetes e doenças do fígado; já em 2020 as principais causas básicas foram: Cardiovasculares, Covid, câncer, diabetes, Garbages e infecções do trato urinário.

Os Garbages code são causas indeterminadas, que no momento do óbito não houve uma investigação de doenças atuais ou prévias pela equipe médica, e a Declaração de Óbito se torna um "lixo" para o sistema, não trazendo nenhuma informação que possa ser usada para determinar políticas públicas de saúde. Um dos desafios a serem ultrapassados é a diminuição dos Garbages codes em Nova Odessa.

Mortalidade Infantil: Outro desafio enorme é melhorar a taxa de mortalidade infantil, que aumentou de 9,5 em 2015 para 17,4 em 2019. O município possui Comitê de Investigação de óbitos Materno e Infantil, com participação de profissionais do Hospital Municipal e Unidades Básicas de saúde, todos os óbitos são investigados por essa equipe e a grande maioria é classificada como evitáveis por falha no pré-natal.

SINAN:

As doenças de notificação que mais são registradas no município são: Acidentes anti-rábicos humanos; Acidentes com animais peçonhentos, sendo todos por escorpiões e nenhum grave, não havendo necessidade de aplicação de soro antiescorpiônico; Violência e Intoxicação exógena (tabela 1).

Tuberculose: Em média são tratados 13 casos de tuberculose anualmente em Nova Odessa, em todas as faixas etárias de 0 até 80 anos ou mais (Tabela 2).

Dengue: Quanto a dengue, o município manteve a mesma característica da região metropolitana de Campinas, e todos os anos são confirmados vários casos (tabela 3), sendo o ano de 2015 o pior da história de Nova Odessa com 1.706 casos reagentes e 3 óbitos confirmados. Anualmente para o combate a dengue apresentamos o Plano de Combate as arboviroses com estratégias de fluxo de atendimento ao Hospital Municipal e Atenção Básica, e é sempre um grande desafio fazer com que os profissionais de saúde cumpram o planejamento.

Tabela 62 - Agravos de notificação digitadas no Sinan

AGRAVOS	2019	2020
ACIDENTE ANTI-RÁBICO HUMANO	208	180
ACIDENTE ANIMAL PEÇONHENTO	72	120
VIOLÊNCIA	37	71
INTOXICAÇÃO EXÓGENA	06	49
ACIDENTE DE TRABALHO COM EXPOSIÇÃO BIOLÓGICA	11	06
LEPTOSPIROSE	07	03
FEBRE MACULOSA	10	03

Fonte: Plano Municipal de Saúde

11.2.9. Vigilância Epidemiológica

Segundo a Lei 8.080/90, o conceito de vigilância epidemiológica é: "O conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos".

A Informação em Saúde é um instrumento estratégico e o ponto de partida para muitas ações, assumindo o papel de servir de base para diagnóstico, planejamento, visando a (re) organização de serviços, sejam assistenciais, preventivos ou de cura/reabilitação.

As ações desenvolvidas na área de Vigilância Epidemiológica têm como objetivo:

Planejar, coordenar, acompanhar e organizar as atividades que envolvem a vigilância epidemiológica e controle de doenças transmissíveis agudas e inusitadas. A vigilância epidemiológica assessora os comitês de óbitos maternos e infantis e faz a operacionalização dos sistemas de informações em saúde. O Perfil epidemiológico de Nova Odessa, de acordo com os agravos de notificação compulsória dos últimos anos, possibilita estabelecer metas e análises das estratégicas e tomada de decisões.

A seguir a descrição dos planejamentos referentes à vigilância epidemiológica para a o novo quadriênio:

- Enviar periodicamente informes epidemiológicos à Secretaria de Saúde
- Apoiar e contribuir com ferramentas à Direção Técnica e Clínica do Hospital Municipal para diminuir a quantidade de Garbages nas Declarações de Óbitos
- Fornecer apoio técnico, acompanhar e planejar estratégias para diminuir a Mortalidade Infantil em Nova Odessa
- Planejar, coordenar, acompanhar e organizar as atividades de combate as arboviroses no município.
- Fornecer material técnico, ajudar a planejar, coordenar, acompanhar e organizar as ações de Combate ao Covid.

11.2.10. Vigilância Ambiental

A Vigilância em Saúde Ambiental consiste em um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde.

Atuação da Vigilância Ambiental:

- Fiscalização solução alternativa de abastecimento de água para consumo humano (poço artesiano);
- Fiscalização rádio base de telefonia celular (torre de celular) Controle da qualidade da água para consumo humano fornecida pela concessionária municipal(pro-água);
- Fiscalização dos geradores de RSS (resíduos serviços de saúde) Atendimento a solicitações com relação a queimadas e descarte irregular de Resíduos (conforme legislação municipal);
- Abastecimento de dados do sistema SISAGUA (programa federal de controle de qualidade de água para consumo humano);
- Acompanhamento de incineração de substâncias entorpecentes (incineração de drogas junto a polícia civil).

11.2.11. Serviço de Transporte de Pacientes

O Município realiza transporte sanitário eletivo e de urgência aos usuários do SUS municipal; os usuários são transportados para cumprir agendamentos de consultas, altas, transferências, interconsultas, exames, urgências e emergências.

A frota está em processo de atualização, visto que há automóveis e ambulância com altas quilometragens. Além dessa atualização da frota de ambulâncias, automóveis e vans, há a necessidade de estruturação e reorganização do Atendimento Móvel do 192 Municipal e aquisição de pelo menos 01 viatura de suporte avançado.

Atualmente a Prefeitura está reformando a Central de Ambulâncias para melhor qualidade da prestação dos serviços do 192.

11.2.12. Principais ações planejadas pela Secretaria Municipal de Saúde para os próximos anos

Segundo o Plano Municipal de Saúde o objetivo, para os próximos anos, é formular e desenvolver para a população a política municipal de saúde, com participação da sociedade, promovendo cuidado efetivo, oportuno e com equidade.

A proposta é o fortalecimento da rede de saúde, garantindo assim o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde que deve ser ordenado pela atenção básica e que deve coordenar a atenção à saúde na rede, além de satisfazer a maior parte das necessidades de saúde da população por meio de uma equidade multidisciplinar, assim teremos um conjunto de saberes, tecnologias e recursos para enfrentar riscos, agravos ou condições específicas do ciclo de vida no município de Nova Odessa.

A partir da edição da Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-2000) e com o Pacto da Saúde (2006) ampliou-se a discussão sobre a construção de redes e "linhas de produção do cuidado" que devem ser utilizadas para orientar o usuário sobre os caminhos a percorrer no sistema municipal de saúde, principalmente os usuários com doenças crônicas, pois valorizam o vínculo a partir da Atenção Primária articulando-a com os serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, oferta de medicamentos, serviços de especialidades etc.

Esses são os objetivos propostos para os próximos anos:

- Desenvolver e implantar e implementar as linhas de cuidado para doenças crônicas: diabetes e hipertensão, entre outras:
- Linha de cuidados: Criança e adolescente, Atenção Psicossocial/saúde mental, câncer de mama e bucal, idosos e gestantes.
- Programa de Prevenção à Cárie e doença periodontal
- Programa Sorrindo na melhor idade
- Programa Saúde na escola
- Programa Respire Saúde – Tabagismo
- Programa Emagreça com Saúde
- Programa da Saúde da mulher
- Programa da Saúde do Homem
- Programa Saúde do idoso
- Programa Melhor em casa
- Programa Vida Ativa
- Programa Crianças com autismo
- Programa Medicação em casa
- Programa Agentes da saúde
- Rede Cegonha e Hospital Amigo da criança
- Academia da Saúde

- Programa Saúde na Hora
- Apoio matricial com AME Santa Bárbara/DRS

O Plano Municipal de Saúde atual, com período de vigência de 2022 a 2023, prioriza o contato do usuário para atenção e cuidado continuado. Sua gestão compreende territorialização, análise da situação de saúde, planejamento e ações programáticas de acordo com as linhas de cuidado.

Estas ações são:

- Ampliar a cobertura da Atenção Básica
- Ampliar o acesso e a resolutividade da Atenção Básica
- Ampliar a abrangência das ações da Atenção Básica
- Implantar protocolos de acesso prioritários.
- Implantar rede de urgência e Emergência no Município
- Extratificação de riscos
- Atenção individual e coletiva
- Qualificar e organizar atendimento de rede às pessoas com deficiência
- Coordenação do cuidado
- Construção de estratégias e processos que qualifiquem a atenção e a gestão em saúde como: matriciamento, atividades de Educação Permanente e o fortalecimento do controle social.
- Definição de diretrizes, elaboração de protocolos e manuais técnicos seguindo as normas do Ministério da Saúde.

11.3. CULTURA

Estudos e pesquisas, nos últimos vinte anos, têm revelado o papel fundamental da cultura para o exercício da cidadania, para a consolidação da democracia e o desenvolvimento, sendo colocada como pauta principal na elaboração de políticas públicas. Na última década, mais especificamente nos últimos oito anos, mudanças profundas na construção das políticas públicas de cultura têm sido implantadas em todo Brasil.

A cultura como fator de desenvolvimento a partir da identidade local, em que as políticas do setor cultural sob linha democrática de ação, reconheça a existência de múltiplas culturas em uma mesma sociedade, e às diversas manifestações clássicas, eruditas e populares; profissionais e experimentais; consagradas e emergentes estão postas, somando-se ainda a dinâmica inovadora da presença dos movimentos sociais, comunitários, religiosos, étnicos ou de gênero.

Esta concepção não é contrária a ações pontuais, como a promoção de grandes festas e eventos, mas privilegia ações com sentido contínuo, contra o autoritarismo e o dirigismo.

Com o objetivo de transmitir conhecimentos e desenvolver a sensibilidade, tais políticas tendem a aplicar condições sociais para estimular a criatividade coletiva.

O cenário atual das políticas culturais no Estado de São Paulo resulta especialmente dos recentes trinta anos, onde a relação estado/municípios e a produção cultural vêm criando tradição nas últimas décadas, acompanhando os lentos processos de construção democrática do Brasil. A cultura começa a ser efetivada como veículo condutor de assimilação e de apropriação das políticas públicas, mudando lentamente, para além das agendas conhecidas e festivas da "cultura do evento", das festas e folguedos, calendários religiosos e ritos folclóricos, ainda que estas tenham grande importância e destaque nas agendas municipais do estado paulista.

As cidades, células primeiras na ação administrativa da elaboração de políticas, apresentam distanciamento ao longo da história de ações ou programas de políticas culturais.

Da produção do artesanato – de barro, cobre, pano, madeira, pedra, linhas – a expressão material e imaterial dos municípios, com seus símbolos e significados na sua diversidade e semelhanças, acompanha- se uma linha cultural que perpassa todo o Estado, onde Nova Odessa está situada.

As mudanças constantes da estrutura administrativa da cultura e seus respectivos titulares, e ainda a ausência de linha política para cultura, fazem com que os municípios apresentem em cadeia, grandes vazios de políticas culturais, com estruturas administrativas reduzidas e sem autonomia, na sua grande maioria localizada nas pastas da educação, ou ainda, esporte, lazer e turismo.

As atividades desenvolvidas nas cidades, sem planejamentos ou metas definidas para cultura, se comportam como ações trabalhadas em alguns segmentos das linguagens de expressão artística (música, literatura, artes plásticas, cinema, literatura), no patrimônio (material

e imaterial), e ainda, eventos da agenda do turismo comercial, ou mesmo, restritas aos calendários escolares e religiosos.

Tais atividades são desenvolvidas de acordo com as características mais acentuadas da cidade, considerando a tradição cultural já enraizada no coletivo, ou ainda o turismo cultural, explorando a geografia natural da cidade, com a "fabricação de agendas de cultura". O apelo de exploração comercial através do turismo cultural, em muitos municípios, se apresenta como a principal atividade cultural, mantendo quase sempre, um volume de investimentos financeiros em festas e eventos de estruturas imensas, sem a garantia da instalação de programas culturais contínuos, e/ou, a organização local com equipamentos culturais permanentes.

Mesmo apresentando rico cenário de diversidade e produção cultural, com genuínas manifestações artísticas, o contexto das políticas culturais dos municípios se resume aos eventos (pautados nos calendários religiosos, festas, ritos e datas cívicas escolares) que não se enquadram na condição de programas, como resultado de uma política cultural planejada, com execução de projetos contínuos. Dentro de difícil contexto político, econômico e social, somados a baixa arrecadação tributária, limitando os orçamentos das prefeituras, a localização da rubrica da cultura encontra-se restrita, e na sequência deste quadro, identifica-se pouca independência.

11.3.1. Conceito de Política Cultural

O termo cultura, do verbo latino *colere*, originalmente foi utilizado para "cultivo ou cuidado". Cultura era o cuidado com tudo que dissesse respeito aos interesses do homem, quer fosse material ou simbólico.

Para a manutenção desse cuidado era preciso a preservação da memória e a transmissão de como deveria se processar esse cuidado, daí o vínculo com a educação e o cultivo do espírito.

O retrato conceitual de cultura que se apresenta comumente é estampado pelas suas variadas linguagens artísticas (literatura, cinema, artes cênicas, artes visuais, música, arte popular), ou ainda, elementos que a compreendem (costumes, religião, crenças, mitos, valores morais e éticos, comportamento, preferências, invenções, ritos, festas), num campo mais abrangente todas as maneiras de ser, sentir, pensar e agir da condição coletiva das pessoas.

A cultura é uma das principais características humanas, pois somente o homem tem a capacidade de desenvolver culturas, distinguindo-se de outros seres. Dentre os seus significados, destaca-se o sentido antropológico que atribui à cultura tudo aquilo que foi adquirido pelo homem como membro da sociedade, como sistema de padrões de comportamento, de modos de organização econômica e política, de tecnologias, em permanente adaptação, em vista do relacionamento dos grupos humanos com seus respectivos ecossistemas e a história. Integrar e reunir tal conceito, em linhas sistêmicas de programas a serem efetivados, através de projetos, é o desafio que está posto neste Plano Diretor, com vigência de efetivação ao longo de vinte anos.

11.3.2. Referências Internacionais da Política Cultural/ as deliberações da UNESCO: Agenda 2030 da Cultura e Convenção da Diversidade Cultural

A política cultural que se pretende implementar em Nova Odessa deve ser orientada pelo Ministério da Cultura – MinC, como uma base e referência para todos os municípios que se inseriram no Sistema Nacional de Cultura – SNC ou que têm feito esforços neste sentido.

Por sua vez, a Política Federal de Cultura em curso, tem duas referências internacionais:

- Agenda 2030 da Cultura e a
- Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais:

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- ✓ ODS Nº 08 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas.
- ✓ Meta 8.9 (Brasil) Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.
- ✓ ODS 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- ✓ Meta 11.4 I. Proposta de adequação - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
- ✓ ODS 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Conceitos importantes mencionados na meta dos "Conceitos definidos pelo Painel Brasileiro de Biodiversidade (Painel Bio) para a Meta Nacional de Biodiversidade no 18":

1: Conhecimentos, inovações e práticas tradicionais no contexto desta meta significa: saberes e práticas individuais ou coletivas de povos indígenas, agricultores familiares e Comunidades Tradicionais, com valor socioambiental, cultural, espiritual, econômico, entre outros. Para esta meta, consideramos que este conhecimento é inovador porque é dinâmico, sendo capaz de ressignificar práticas, como as de manejo, uso, ritualísticas, espirituais, de saúde, culturais, entre outras.

2. Conhecimentos e práticas tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade: Todos os conhecimentos e práticas tradicionais que estão relacionados direta ou indiretamente com a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, sejam de manejo, uso, ritualísticas, espirituais, de saúde, culturais, entre outros

Conceitos importantes mencionados na meta Patrimônio Cultural: pode ser material ou imaterial.

1: Patrimônio cultural material: imóveis como os das cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

2: Patrimônio cultural imaterial: práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. (Fonte: IPHAN, Constituição artigos 215 e 216).

3: Patrimônio natural: pode envolver:

i) os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico;

ii) as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico;

iii) os lugares naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham um Valor Universal Excepcional desde o ponto de vista científico, da conservação ou da beleza natural; e

iv) Valor Universal Excepcional: Significância natural é tão excepcional que transcende fronteiras nacionais e é importante para gerações presentes e futuras de toda a humanidade. Está na World Heritage List & List of World Heritage in Danger – Lista do Patrimônio Mundial em perigo (Fonte: United Nations Environment Programme – UNEP, Convenção do patrimônio mundial – 1972).

Conceitos importantes mencionados na meta: são consideradas áreas de especial interesse para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos:

i) áreas com remanescentes de ecossistemas representativos dos biomas em bom estado de conservação;

ii) áreas específicas com valor intrínseco a elementos e/ou processos chave para a manutenção da integridade e funcionamento dos ecossistemas (por exemplo, habitats críticos, espécies chave, ameaçadas de extinção, parentes silvestres das principais espécies cultivadas, processos essenciais etc.);

iii) áreas fundamentais para a manutenção do ciclo de vida e processos evolutivos das espécies que ocupam esse sistema (por exemplo, criadouros naturais ou áreas de desova); e

iv) áreas importantes para riqueza cultural do país (p. ex., manutenção de meios de vida, conhecimentos tradicionais e tradições culturais).

A utilização do instrumento Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade é extremamente oportuna, já que materializa parte dos conceitos descritos acima. Ambos são documentos adotados pelas nações desenvolvidas ou em desenvolvimento as quais entendem a cultura como um dos maiores ativos no plano interno para a promoção da inclusão social, cidadã e pelos direitos humanos de seus povos, além de promover a inserção destas nações no mundo globalizado, sem prejuízo de suas diversidades. Nos dois documentos o Brasil mais do que signatário foi um articulador para a sua formulação e aprovação.

a) Agenda 21

Aprovada em 2004, em Barcelona, por cidades e governos locais de todo mundo, marca o compromisso destas administrações com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a paz. A Agenda 21 surgiu no contexto do IV Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social de Porto Alegre, no primeiro Fórum Universal das Culturas. A organização mundial Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) adotou o documento como referência dos seus programas culturais e assumiu um papel de coordenação deste, após sua aprovação.

Com o Plano Municipal de Cultura – PMC e o estabelecimento do Sistema Municipal de Cultura – SMC bem como dos demais instrumentos que o comporão, o município de Nova Odessa cumprirá uma das recomendações da Agenda 21 da Cultura para os governos locais: "Assegurar a centralidade da cultura no conjunto de políticas locais (...), em coordenação íntima com os processos de participação cidadã e planificação estratégica".

Em resumo, a Agenda 21 propõe e defende que: a diversidade cultural é o principal patrimônio da humanidade; a cultura e o meio ambiente são bens comuns da humanidade;

Os governos locais reconhecem que os direitos culturais são indissociáveis dos direitos humanos e que a liberdade cultural é essencial para a democracia;

Os governos locais são porta vozes da cidadania mundial;

A paz mundial deve caminhar juntamente com as estratégias de desenvolvimento cultural; a guerra, o terrorismo, a opressão e a discriminação são expressões de intolerância que devem ser condenadas e erradicadas;

O patrimônio cultural tangível (material, arquitetônico etc.) e intangível (imaterial) são testemunhos da vida, criatividade e identidade dos povos e, diante disto, devem ser descartadas quaisquer imposições de padrões culturais rígidos;

As políticas culturais devem equilibrar os interesses públicos e privados, vocação pública e institucionalização da cultura, nem primando pela excessiva institucionalização, nem pela valorização só do aspecto mercadológico;

O acesso aos bens culturais deve ser para todos, independentemente de gênero, etnia, faixa etária etc. e a identidade cultural do indivíduo é dinâmica e não estática, mesmo que represente as suas referências históricas, geográficas, sociais etc.

Estes e outros princípios, assim como os contidos na Convenção da Diversidade, que abordaremos no próximo tópico, constituem um arcabouço conceitual, mas também jurídico, para as ações em curso na União, Estados e Municípios brasileiros e assimiladas a partir deste contexto e para que o Município de Nova Odessa seja inserido e fazendo história.

A Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais

A Convenção, adotada em 2005, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO, e ratificada pelo Brasil (Decreto Legislativo no 485/2006), assemelha-se e corrobora, o princípio norteador da Agenda 21 sobre a diversidade cultural como

uma característica e patrimônio da humanidade, e um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações.

Resumidamente, se propõe a:

- Proteger e promover a diversidade de expressões culturais;
- Encorajar e promover o diálogo e intercâmbios entre as culturas, e a interculturalidade;
- Reafirmar o vínculo entre cultura e desenvolvimento para todos os países, em especial os em desenvolvimento e encorajar as ações no plano nacional e internacional neste sentido;
- Reconhecer a natureza específica das atividades, bens e serviços culturais enquanto portadores de identidades, valores e significados;

E para isto, a Convenção da Diversidade adota, entre outros, os seguintes princípios:

✓ Respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
✓ Soberania dos Estados para adotar as medidas e políticas de proteção e promoção da diversidade;
✓ Igual dignidade e respeito por todas as culturas;
✓ Solidariedade e cooperação internacionais;
✓ Complementaridade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável;
✓ Acesso equitativo de expressões e bens culturais;
✓ Abertura e equilíbrio.

A aplicação da Convenção é relativa às políticas e medidas adotadas pelas partes que a subscrevem e/ou adotam e à promoção da diversidade de expressões culturais. E em seu bojo, apresenta as obrigações e direitos das partes e uma relação de ações para a viabilização prática destes conceitos nos diversos pontos do planeta. E afirma que tanto o poder público e suas instituições como a sociedade civil devem zelar pela Convenção, criando os instrumentos para sua aplicabilidade e bom funcionamento local.

11.3.3. Cultura como Direito Social Básico – o direito de ter direitos

As definições da Agenda 21 e da Convenção da Diversidade podem parecer inicialmente distantes da realidade municipal, mas a proposta deste Plano Diretor parte do pressuposto de que o embasamento nestes documentos será fundamental para uma prática cultural, capaz de prover qualidade de vida e bem-estar para a população, artistas e produtores, contribuindo com a integração social da municipalidade de Nova Odessa, objetivo maior de todos que aqui habitam.

A cultura em sua dimensão antropológica abarca o conjunto de áreas sociais acima descritas, sendo parte integrante, promotora, acessória, raiz e resultado desta gama de possibilidades. Além da Constituição Brasileira, colocando a questão do direito à cultura, já apontamos acima a Agenda 21 e a Convenção da Diversidade, e ainda os organismos culturais internacionais liderados pela UNESCO, têm um conjunto de instrumentos garantidores da cultura como direito social básico do cidadão, entre os quais:

• Direito à participação na vida cultural, definido no pós-guerra, 1954, UNESCO; Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado;
• 1972: Convenção sobre a Proteção ao Patrimônio Mundial, Cultural e Natural;
• 1992: ONU, Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes às Minorias Nacionais, Religiosas e Linguísticas;
• 1989: Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular;
• 2001: Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, garantindo o direito de cada um ter sua própria vida cultural, professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua.

Outros direitos importantes:

• Direito à livre participação na vida cultural;
• Direito/dever à cooperação internacional;
• Direito autoral: este, internacionalmente reconhecido no art. 27 da Declaração Universal dos Direitos do Homem e em 1952, na Convenção Universal dos Direitos de Autor.

Mesmo juridicamente respaldados, percebemos nos municípios brasileiros o não cumprimento deste conjunto de normas e leis, e neste sentido Nova Odessa não é uma exceção. A falta da divulgação destes instrumentos é um fator negativo importante para a consecução destes objetivos.

Embora se perceba o começo de uma visão maior da importância dessa acessibilidade à cultura para todos os munícipes, a elaboração de um Plano e Sistema Municipal de Cultura devem ser priorizados como elementos deste novo ambiente organizacional.

E além das medidas estritamente culturais, será necessário pensar ainda a questão da acessibilidade cultural. O que significa pensar a relação da cultura, do lazer, dos esportes, turismo e educação com as áreas de transporte, segurança, infraestrutura e planejamento do município. É preciso que o cidadão de todas as regiões acesse a produção cultural, assim como possa realizar os seus próprios saberes e fazeres culturais. Paralelo a esta difusão, temos que dar condições de circulação do munícipe neste contexto.

11.3.4. Legislação Brasileira

- DECRETO nº 6.177, DE 1o DE AGOSTO DE 2007: Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade CARTA Aprovada em 17 de novembro de 2015 pela Conferência Geral da UNESCO em sua 38a sessão.
- DECRETO nº 80.978, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1977: Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais, Paris, 12-14 de novembro de 1970.
- DECRETO nº 5.753, DE 12 DE ABRIL DE 2006: Promulga a Convenção para a

Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, adotada pela 31a sessão da Conferência Geral da UNESCO, Paris, 2 de novembro de 2001.

- DECRETO nº 5.760, DE 24 DE ABRIL DE 2006: Promulga o Segundo Protocolo relativo à Convenção da Haia de 1954 para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, celebrado na Haia, em 26 de março de 1999.

O Relatório Mundial 2018 – Repensar as Políticas Culturais: Criatividade para o Desenvolvimento foi lançado em um evento no dia 6 de novembro de 2018, em São Paulo, no marco da primeira edição do Mercado das Indústrias Criativas do Brasil (MicBR), que reuniu artistas e empreendedores dos setores culturais e criativos do Brasil e de outros países da América do Sul, no corredor cultural da Avenida Paulista

A Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UCCN) foi criada em 2004 para promover a cooperação com e entre as cidades que identificaram a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável. As 180 cidades que atualmente compõem esta rede trabalham juntas para um objetivo comum: colocar a criatividade e as indústrias culturais no centro de seus planos de desenvolvimento em nível local e cooperar ativamente em nível internacional.

11.3.5. Patrimônio Histórico

O patrimônio histórico representa os **bens materiais ou naturais que possuem importância na história** de determinada sociedade ou comunidade. Pode ser prédios, ruínas, estátuas, esculturas, templos, igrejas, praças, ou até mesmo parte de uma cidade, por exemplo, o centro histórico.

Esse conceito começou a ser disseminado a partir do século XIX após a Revolução Francesa (1789).

Mesmo reconhecendo a importância do patrimônio histórico, as autoridades responsáveis pela questão no Brasil não conseguem responder adequadamente, preservando, mantendo ou recuperando os prédios, monumentos ou antigos conjuntos industriais.

Ações da sociedade civil têm conseguido ao menos alertar sobre o significado do patrimônio histórico que, além de um valor material e estético, conserva em si elementos da história do lugar e de sua população.

Como já mencionado anteriormente no relatório volume I, o município não possui bens tombados, protegidos por lei, e sim bens culturais que são elementos representativos da história e da cultura de um lugar e que são importantes para o grupo de pessoas que ali vivem e entre esses se destacam:

- Estação Ferroviária e seu conjunto de edificações ao longo da via férrea

- Primeira Igreja Batista de Fazenda Velha
- Centro Cultural Herman Jankovitz
- Casa dos Colonos no Loteamento Guarapari
- Sede atual da Secretaria Municipal de Educação
- Igreja Matriz Paróquia Nossa Senhora das Dores
- IZ – Sede do Instituto de Zootecnia de Nova Odessa, em especial as casas onde residem os funcionários do IZ
- Grupo representativo de imóveis residenciais datados da década de 40, 50 e 60 - inventário

11.3.6. Equipamentos Municipais de Cultura

A Diretoria Municipal de Cultura tem como atribuições: organização de atividades do calendário cultural, realização ou apoio a eventos e projetos da sociedade, cultivar, criar, estimular, promover e preservar as manifestações artísticas e culturais locais, registro, proteção e promoção da memória e do patrimônio cultural (material e imaterial), fortalecer a identidade e a diversidade cultural, compete ainda a esta Diretoria administrar a Biblioteca e o Teatro Municipal. Fomentar a cultura e criar mecanismos de divulgação de uma ampla gama de produtos culturais, bem como de realização permanente de atividades artísticas da cidade.

O Município de Nova Odessa através da Lei nº 3.052 de 09 de junho de 2016 instituiu o Plano Municipal de Cultura. O plano foi elaborado com vistas no cumprimento do Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei Federal nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, que aprova o Plano Nacional de Cultura - PNC e dá outras providências.

São diretrizes do PMC:

I. garantir e fortalecer a dimensão simbólica da cultura promovendo-a e protegendo-a, com suas infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, artes, crenças, valores, práticas, rituais e identidades;

II. realizar e manter atualizado o mapeamento, das expressões, dos patrimônios, das linguagens e manifestações artísticas, das culturas populares e tradicionais, de forma integrada ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) levando-se em consideração as particularidades de cada "povo" e "comunidade" para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões referentes às políticas públicas;

III. descentralizar a gestão e as ações das políticas culturais do município;

IV. universalizar o acesso às artes e às culturas;

V. fortalecer a participação da cultura no desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo; criar, fortalecer e equilibrar os sistemas de financiamento público da cultura;

VI. criar e fortalecer políticas de incentivo ao empreendedorismo e à sustentabilidade de territórios criativos e cadeias produtivas do setor cultural.

Tabela 63 – Oferta de Cursos Artísticos no Município

PROJETO GURI Aulas de: violino (10 anos), viola erudita (10 anos), violoncelo (10 anos), contra baixo acústico (12 anos), canto/coral (8 anos) e iniciação musical (6 anos) Rua Sumaré, 278, no bairro Jardim Eneides
AULAS DE TEATRO Local: Teatro Municipal de Nova Odessa
AULA DE DANÇA Local - Provisório no Clube da Melhor Idade
AULA DE BALÉ CRAS Alvorada ou Teatro

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Figura 46 - Projeto Guri – Nova Odessa

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

No calendário fixo de eventos do Município estão a Festa das Nações, que em 2021 celebrou sua 33ª edição, o aniversário da Cidade (24 de maio) e a celebração do Natal.

A Festa das Nações é um evento que tem como objetivo realizar uma grande comemoração da diversidade de povos, mas torna-se também uma grande celebração da convivência rica e pacífica das mais variadas culturas, etnias e religiões. É um evento cultural e gastronômico que conta com cantinas e danças típicas representativas de vários países.

A primeira edição, no ano de 1987, contou com o envolvimento de seis entidades assistenciais do município foi realizada no Ginásio de Esportes do Jardim Santa Rosa. Naquela época, o cardápio da festa era composto apenas por comidas típicas de países como o próprio Brasil, Itália, Alemanha, Portugal, México e a Letônia. A escolha das entidades para representar os países se deu por conta das influências que esses povos tiveram no Brasil.

Nova Odessa é uma cidade conhecida por suas tradições. Fundada há 108 anos, o município tem forte ligação com a cultura europeia - principalmente com a Letônia. Logo na primeira festa, a organização da barraca da Letônia ficou por conta da Comunidade Leta e dos munícipes descendentes que vivem no município. A Associação Brasileira de Cultura Leta participa da festa das nações todos os anos e o objetivo é transformar a sociedade através da cultura e preservar a história dos imigrantes da Letônia que escolheram se instalar e permanecer em Nova Odessa. Alguns dos pratos letos servidos na Festa das Nações: o famoso Galeto que é composto por duas sobrecoxas que são marinadas e assadas na churrasqueira, linguiça mista defumada artesanalmente, pepino condimentado, chucrute, uma porção de batata soute e arroz; Pīraģi em pacotes com cinco unidades. São pãezinhos de bacon picado com cebola (esse pãozinho é muito comum na Letônia, podemos comparar a popularidade como sendo igual ao pão de queijo no estado de São Paulo e Minas Gerais), pão Preto - um pão de centeio assado no forno a lenha, salda Zupa - Deliciosa sobremesa que tem como base um cozido de frutas.

festa das nações
NOVA ODESSA, SP

A Festa das Nações cresceu, conquistou o gosto do público e atraiu nas primeiras sete edições pessoas de todo o estado. Devido ao grande número de público, a 8ª edição passou então a ser realizada na Praça dos Três Poderes que fica em frente à Prefeitura de Nova Odessa. A partir daí, o evento ganhou novas barracas e incentivou as entidades.

Ao longo dos anos, passaram pelo palco da Festa das Nações inúmeros artistas locais para incentivar, fomentar e difundir o talento cultural do município e região. Um dos principais objetivos da Festa das Nações, além de oferecer opções de lazer e cultura para a população é o de ajudar as entidades municipais com seus projetos sociais, revertendo toda a renda arrecadada com a comercialização dos pratos típicos em prol das ações e pessoas atendidas pelas iniciativas filantrópicas. Em Nova Odessa, a festa normalmente acontece no mês de outubro.

Figura 47 - Barraca da Letônia – Festa das Nações em Nova Odessa

Fonte: facebook.com

Tabela 64 – Associações e Entidades – Nova Odessa

AAANO - Associação Amigos dos Animais de Nova Odessa
APADANO - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Nova Odessa
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CASULO - Associação Amigos do Casulo - cuida de crianças em situação de vulnerabilidade social
GERIATRICA - atende idosos em vulnerabilidade
S.O.S - Serviço de Orientação e Solidariedade
LIONS Clube
ROTARY Clube
ABCL - Associação Brasileira de Cultura Leta
Centro Espírita Caminho de Damasco

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Tabela 65 – Igrejas, Templos e Paróquias em Nova Odessa

IGREJAS/TEMPLOS/PARÓQUIAS	ENDEREÇO
IGREJA BATISTA DO JARDIM PLANALTO	R. PASTOR ALFREDO KLAVA,1
IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA	R. ARISTEU VALENTE, 587
IGREJA PRESBITERIANA RENOVADA	R. VITÓRIA, 505
PRIMEIRA IGREJA EVANGÉLICA BATISTA	AV. JOÃO PESSOA, 622
IGREJA BTISTA CENTRAL	R. RIO BRANCO, 575
IGREJA PRESBITERIANA	R. DUQUE DE CAXIAS, 582
IGREJA INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS	AV. CARLOS BOTELHO, 1680
IGREJA PENTECOSTAL MORIA	R. ARAUCÁRIA, 535
ABEL CIRO MINNITI IGREJA	R. PRIMEIRO DE JANEIRO, 74 APTO 122
IGREJA BATISTA JARDIM MARAJOARA	RUA GUILHERME KLAVIN, 371
2ª IGREJA BATISTA DE NOVA ODESSA	RUA 15 DE NOVEMBRO, 50
IGREJA PRESBITERIANA RENOVADA NO KLAVIN	R. LUIZ AUGUSTO GONÇALVES, 88
MINISTÉRIO EVANGÉLICO PROJETO	R. CATARINA TEIXEIRA DE CAMARGO, 158
IGREJA EVANGÉLICA CRISTÃ	R. SIGESMUNDO ANDERMAN, 56
IGREJA APOSTÓLICA ALMAS PARA CRISTO	R.11,12 JARDIM SANTA RITA
IGREJA BÍBLICA DE CRISTO	AV. BRASIL, 157
IGREJA BATISTA NOVA ALIANÇA	R. MANGABEIRAS, 15
ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA O SEMEADOR	R. EDSON V. CARCILIANO, 95– SL.A
JOHREI CENTER	R. 15 DE NOVEMBRO, 664
IGREJA NOVA JERUSALÉM HABITAÇÃO DE PAZ	R. FLAMBOYANT, 86
PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS DORES	RUA DUQUE DE CAXIAS, 200
PARÓQUIA SANTA JOSEFINA BAKHITA	RUA TAMBORIL, 35
PARÓQUIA SÃO JORGE	RUA SALVADOR, 339
PARÓQUIA SANTA LUZIA	RUA SEBASTIÃO CARDOSO, 15
QUASE PARÓQUIA SANTO AMARO	RUA JOÃO BASSORA, 779
IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	AV. JOÃO PESSOA, 935
COMUNIDADE MONTE GILEADE	AV. JOÃO PESSOA, 553.
IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	R. RIO BRANCO, 430
IGREJA SARA NOSSA TERRA	AV. CARLOS BOTELHO, 975
CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL	R. JOÃO BASSORA, 395
IGREJA PENTECOSTAL ATALAIAS DE CRISTO NO BRASIL	R. ERNESTO ARAIUM, 401
IGREJA PRESBITERIANA DO EVANGELHO PLENO DE NOVA ODESSA	R. GERONIMO CATANEO, 52
IGREJA BATISTA EMANUEL	R. OLIVIA BELLINATE, 447
IGREJA BATISTA VIDA NOVA	R. JEQUITIBA, 694

Fonte: PMNO

Figura 48 - Paróquia Santa Josefina Bakhita – Jd. Alvorada – Nova Odessa

Fonte: diocesedelimeira.org.br

Figura 49 - 2ª Igreja Batista – Nova Odessa

Fonte: bing.com/images

Mapa 06 - Equipamentos Públicos de Cultura, Esporte e Lazer

11.4. ESPORTES E LAZER

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer tem o objetivo de incentivar, divulgar e apoiar a prática desportiva e recreativa direcionada para toda a comunidade. Além disso, tem a missão de representar Nova Odessa em todas as atividades relacionadas fora do município e a promoção de convênios e parcerias com clubes, associações e entidades esportivas, bem como o auxílio na realização de eventos de cunho cívico ou esportivo.

Portanto, os principais norteadores da política municipal de esportes devem assentar-se sobre os princípios básicos legais a seguir expostos:

I. Definir as necessidades, a nível de esportes, recreação e lazer da comunidade como prioridade de planejamento;

II. Entender que a flexibilidade nas ações do Plano Municipal de Esportes deve acompanhar as exigências e novas tendências da sociedade, visto que a população como integrante de uma comunidade mais ampla, deve encontrar no seu grupo social específico na qualidade de lazer e convivência que busca habitualmente, elegendo o esporte como sua prioridade.

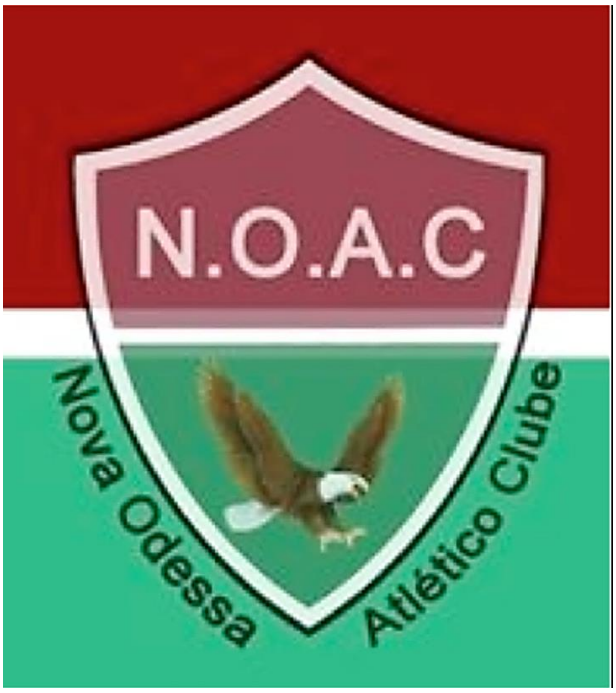
III. Estabelecer um planejamento de viabilização do custeio e da manutenção do Plano Municipal de Esportes dentro de um padrão compatível com as instalações e serviços oferecidos, definindo uma arrecadação suficiente para o equilíbrio entre receitas e despesas, levando em consideração o crescimento populacional apresentado neste Plano.

IV. Implantar um modelo gerencial, na atividade-meio e na atividade-fim, que ofereça serviços compatíveis com a magnitude da cidade e com o nível de qualidade que se pretende oferecer e manter, visando a melhoria de qualidade de vida da população novaodessense.

V. Organizar, de forma bem específica, as ações da Prefeitura, facilitando o diálogo com entidades esportivas/atletas e a criação do Conselho Municipal de Esporte. As principais questões que se apresentam na atualidade é a falta de equipamentos esportivos nos bairros mais distantes do centro, bem como a oferta de cursos de modalidades esportivas. A estrutura atual é razoável e atende a demanda relativamente. Há que se investir na construção de novos equipamentos e estruturação organizacional da Secretaria.

O principal time de futebol da cidade é o Nova Odessa Atlético Clube Ltda. - NOAC, fundado em 2005. Atualmente disputa os Campeonatos Paulistas sub15, sub17 e sub20 e seu estádio é o Estádio Municipal Natal Gazetta, mais conhecido como Campo do Progresso com capacidade atual de mil e quinhentas pessoas.

Figura 50 - Distintivo do Nova Odessa Atlético Clube Ltda.



Fonte: https://m.facebook.com/Nova-Odessa-Atletico-Clube-459399747486502/

Figura 51 - Estádio Municipal Natal Gazetta

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Odessa

Nova Odessa também conta, desde 2012, com o Kartódromo Internacional - KN - *"A maior pista de kart do mundo"*, localizada às margens da Rodovia Anhanguera - SP330.

O Kartódromo Internacional Nova Odessa oferece ao público uma infraestrutura completa para a prática do kartismo. No local acontecem baterias de kart, tanto para diversão quanto para corridas profissionais; disponibiliza a locação de karts, vestiários, lanchonete, lounge e outros.

Sua pista possui aproximadamente 2.780m, numa área total de 78.900m, sendo a maior pista de kart do mundo. Assim, a pista comporta até 03 circuitos simultâneos, independentes e diversas opções de circuitos.

Figura 52 - Kartódromo Internacional de Nova Odessa

Fonte: https://kartodromonovaodessa.com.br/

Na tabela a seguir verificamos os equipamentos esportivos do Município.

Tabela 66 – Equipamentos Esportivos – Nova Odessa

Estádio Municipal Natal Gazetta
Ginásio de Esportes do Jardim Santa Rosa
Ginásio de Esportes do São Jorge
Ginásio de Esportes do Santa Luíza
Ginásio de Esportes Adriana Daniel de Camargo "Adrianinha", Jardim São Manoel

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer

A Prefeitura vem implantando Academias ao ar livre em alguns pontos da cidade em função do Projeto Academia ao Ar Livre. Com o objetivo de facilitar cada vez mais a prática esportiva e colaborar para o bem-estar de toda população paulista, o Projeto "Academia ao Ar Livre" é uma iniciativa do governo estadual – com diretrizes expostas no Decreto 58.065 de 22 de maio de 2012, podendo ser acessado facilmente pelos Municípios – que autoriza esta Secretaria a celebrar convênios com estes em prol da aquisição de equipamentos específicos de uma academia a serem instalados em praças e outros locais de uso público.

Há que se desenvolver novos projetos de exercícios físicos dirigidos nestes locais, oferecendo circuitos e demais atividades físicas visando a melhoria da qualidade de vida da população, em especial a melhor idade.

11.5. AÇÃO SOCIAL

11.5.1. Condições de Acesso aos Serviços Sociais

Nova Odessa constitui-se na 18ª extensão territorial da Região Metropolitana de Campinas. Por ter um território relativamente pequeno, as soluções de serviços sociais tornam-se, aparentemente mais viáveis.

Tabela 67 - Extensão Territorial Municípios - RMC

Localidade	2019	Classific.
3509502 - Campinas	794,57	1º
3523404 - Itatiba	322,28	2º
3520509 - Indaiatuba	311,55	3º
3545803 - Santa Bárbara d'Oeste	271,03	4º
3531803 - Monte Mor	240,57	5º
3503802 - Artur Nogueira	178,03	6º
3512803 - Cosmópolis	154,67	7º
3548005 - Santo Antônio de Posse	154,13	8º
3552403 - Sumaré	153,47	9º
3556206 - Valinhos	148,54	10º
3532009 - Morungaba	146,75	11º
3536505 - Paulínia	138,78	12º
3501608 - Americana	133,91	13º
3524709 - Jaguariúna	141,39	14º
3515152 - Engenheiro Coelho	109,94	15º
3537107 - Pedreira	108,82	16º
3556701 - Vinhedo	81,6	17º
3533403 - Nova Odessa	**73,78**	**18º**
3519055 - Holambra	65,58	19º
3519071 - Hortolândia	62,42	20º

Fonte: Solourbe

Em razão das características geográficas, localizada entre duas grandes rodovias e da estrada de ferro, o município cresceu desordenadamente, polinucleada e com distâncias entre os núcleos urbanos de até 12 km, e o desenvolvimento de vários "bairros", distantes do centro, onde a maioria dos serviços públicos se concentra.

O Município tem vocação principalmente para comércio, serviços e posteriormente para indústrias.

Os serviços e comércio apontam grandes índices de investimentos e empregabilidade. O setor industrial necessita de crescimento. O número de ocupações e o montante da renda gerada por estes segmentos econômicos mostram-se incipientes para empregar a população moradora, bem como é insuficiente para sustentar a economia local, não correspondendo às demandas por um crescimento sustentável.

As características de urbanização citadas, associadas à dimensão e estrutura da economia local refletem nas condições de vida da população novaodessense.

O Município de Nova Odessa, que integra a Região Administrativa de Campinas, possuía, em 2019, 60 174 habitantes.

A análise das condições de vida de seus habitantes mostra que a renda domiciliar média era de R$2.410, sendo que em 7,9% dos domicílios não ultrapassava meio salário-mínimo per capita.

Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,6% do total.

Dentre as mulheres responsáveis pelo domicílio 14,4% tinham até 30anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 7,5% do total da população.

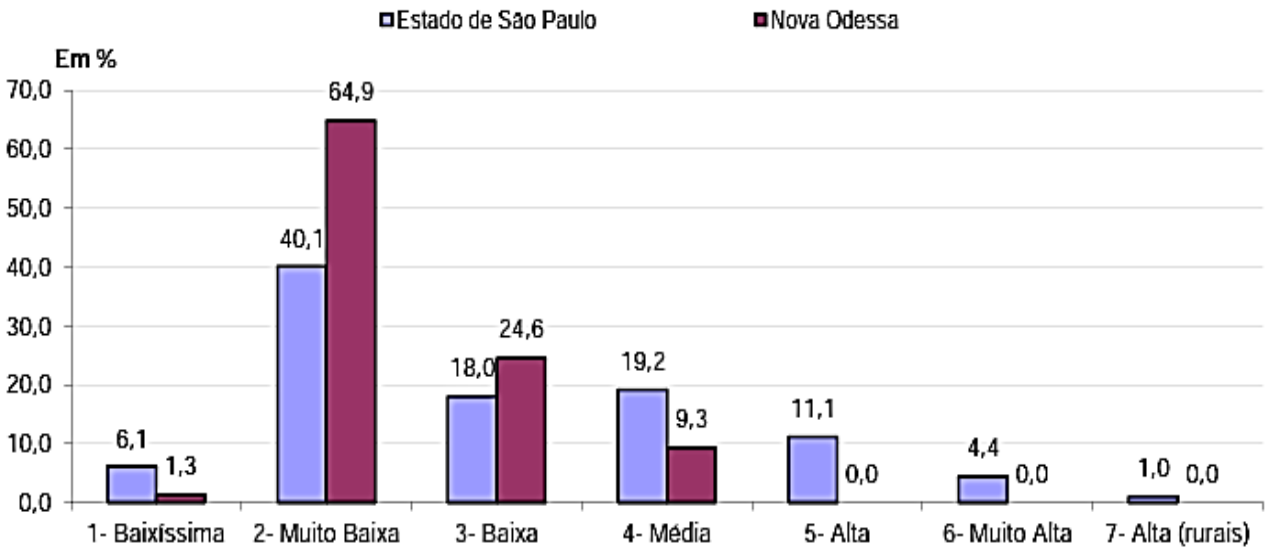
Os sete grupos do IPVS resumem as situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta (Gráfico),a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico (Tabela).

As características desses grupos, no município de Nova Odessa, são apresentadas a seguir.

A Vulnerabilidade Social diz respeito à suscetibilidade à pobreza, e é expressa por variáveis relacionadas à renda, à educação, ao trabalho e à moradia das pessoas e famílias em situação vulnerável.

Para estas quatro dimensões de indicadores mencionadas, destacam-se os resultados dos Censos Demográficos 2000/2010 apresentados na tabela a seguir:

Gráfico 31 - Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Estado de São Paulo e Município de Nova Odessa – 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

Nota: Todos os setores censitários do município de São Paulo foram considerados urbanos.

Tabela 68 - População em Vulnerabilidade Social no Município de Nova Odessa - 2010

Vulnerabilidade no município - Nova Odessa/SP - 2000 e 2010

Indicadores	Total 2000	Total 2010
Crianças e Jovens		
% de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola	74.48	51.00
% de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza	7.27	4.34
% de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres	1.54	0.40
Adultos		
% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	38.71	24.55
% de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade	8.76	6.61
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	1.52	0.89
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho	-	0.13
Condição de Moradia		
% da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada	99.31	98.62

Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Censos Demográficos (2000 e 2010).

Fonte: Censos Demográficos (2000-2010)

Através da análise dinâmica de alguns indicadores na tabela acima notamos que houve redução no percentual de crianças extremamente pobres, que passou de 1,54% para 0,40%, entre 2000 e 2010; o percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, no mesmo período, passou de 8,76% para 6,61%.

Neste mesmo período também, é possível perceber que houve redução no percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza, que passou de 7,27% para 4,34%.

Por último, houve redução no percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada no município. Em 2000, o percentual era de 99,31% e, em 2010, o indicador registrou 98,62%.

Tabela 69 - Índice de Vulnerabilidade Social nos Municípios da Região Metropolitana de Campinas

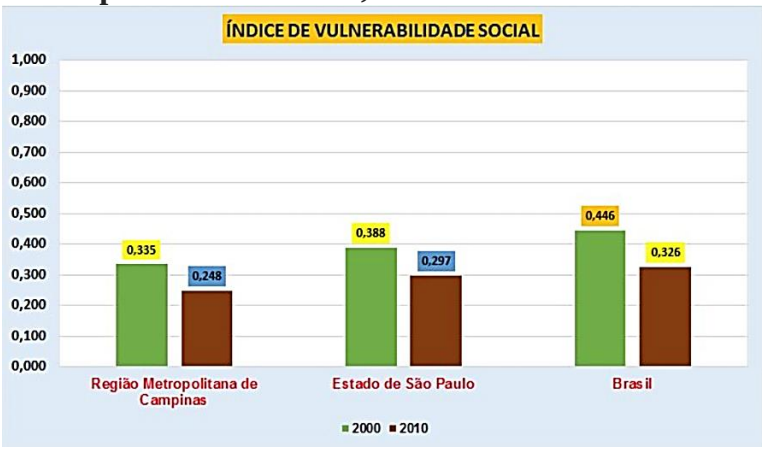
Municípios	IVS Renda e Trabalho		IVS Capital Humano		IVS Infraestrutura Urbana		IVS Geral	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Americana	0,300	0,158	0,257	0,175	0,117	0,115	0,225	0,149
Artur Nogueira	0,378	0,228	0,410	0,295	0,265	0,257	0,351	0,260
Campinas	0,325	0,188	0,338	0,238	0,413	0,404	0,359	0,277
Cosmópolis	0,409	0,249	0,381	0,249	0,125	0,116	0,305	0,205
Engenheiro Coelho	0,352	0,212	0,459	0,341	0,316	0,299	0,376	0,284
Holambra	0,272	0,133	0,355	0,188	0,017	0,031	0,215	0,117
Hortolândia	0,417	0,250	0,429	0,257	0,406	0,417	0,417	0,308
Indaiatuba	0,343	0,169	0,357	0,212	0,085	0,080	0,262	0,154
Itatiba	0,315	0,162	0,326	0,238	0,133	0,135	0,258	0,178
Jaguariúna	0,338	0,197	0,344	0,231	0,184	0,165	0,289	0,198
Monte Mor	0,461	0,270	0,483	0,295	0,414	0,412	0,453	0,326
Nova Odessa	0,352	0,191	0,304	0,197	0,141	0,143	0,266	0,177
Paulínia	0,325	0,192	0,313	0,213	0,229	0,227	0,289	0,211
Pedreira	0,289	0,184	0,379	0,225	0,006	0,002	0,225	0,137
Santa Bárbara d'Oeste	0,340	0,180	0,328	0,211	0,137	0,130	0,268	0,174
Santo Antônio de Posse	0,352	0,214	0,473	0,332	0,117	0,102	0,314	0,216
Sumaré	0,408	0,227	0,386	0,268	0,248	0,236	0,347	0,244
Valinhos	0,295	0,136	0,268	0,197	0,215	0,205	0,259	0,179
Vinhedo	0,263	0,129	0,263	0,212	0,192	0,183	0,239	0,175
RMC	0,342	0,197	0,345	0,233	0,319	0,312	0,335	0,248

Fonte: agemcamp.com.br

O índice metropolitano passou de 0,335 (média vulnerabilidade social), em 2000, para 0,248 (baixa vulnerabilidade social), em 2010. A queda, portanto, foi de 26% em 10 anos.

Como podemos notar, ocorreu um aumento no número de municípios com IVS baixo ou muito baixo. Além disso, algumas cidades saíram de "média ou alta" vulnerabilidade social para "baixa ou muito baixa" vulnerabilidade.

Gráfico 32 - IVS comparado entre RMC, Estado de São Paulo e Brasil - 2.000/ 2010



Fonte: IPEA

Tabela 70 - Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Município de Nova Odessa – 2021

INDICADORES	Total	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						
		1 - baixíssima	2- muito baixa	3 - baixa	4 – média (urbanos)	5 – alta (urbanos)	6 – Muito alta (aglomerados subnormais)	7- alta (rurais)
População (nº habit.) estimada 2021	61.716	796	40.047	15.129	5.717	-	-	-
População (%)	100,0	1,28	64,8	24.5	9,26	-	-	-
Domicílios particulares	19.081	253	12.477	4.667	1.683	-	-	-
Domicílios particulares permanentes	19.875	262	12.995	4.863	1.754	-	-	-
Nº médio de pessoas por domicílio	3,2	3.1	3.2	3.2	3.4	-	-	-
Domicílios com renda per capita de até um quarto do salário mínimo (%)	1,2	1,5	1,0	1,1	2,8	-	-	-
Domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo (%)	7,9	8,0	6,7	8,7	14,4	-	-	-
Mulheres responsáveis com menos de 30 anos (%)	14,4	27,6	9,7	24,1	7,1	-	-	-
Responsáveis com menos de 30 anos	13,6	23,2	10,7	22,3	10,2	-	-	-
Crianças com menos de 6 anos no total de residentes	7,5	9,4	7,0	9,1	6,3	-	-	-

Fonte: estimativa dos dados Censo IBGE - 2010

O **Cadastro Único para Programas Sociais, o CadÚnico**, é uma importante ferramenta para os programas sociais do Governo Federal. Trata-se de um instrumento que têm por objetivo incluir socialmente as famílias brasileiras de baixa renda. Por meio da base de dados contida no Cadastro Único, é possível identificar quais são as necessidades dos mais pobres e vulneráveis, suas características e onde estão localizados. Para o Cadastro Único, as famílias de baixa renda são aquelas com renda familiar mensal de até meio salário-mínimo por pessoa ou com renda familiar mensal de até três salários-mínimos no total. O Cadastro Único é uma ferramenta essencial para a articulação e consolidação da rede de proteção e promoção social com as demais políticas públicas em todos os âmbitos da federação, contribuindo dessa forma para a inclusão

social. O **Decreto nº 6.135 de 26 de Junho de 2007**, que dispõe sobre o Cadastro Único, permite também o cadastramento de famílias com renda superior a das famílias de baixa renda, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou acompanhamento em programas sociais. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica de todas as famílias cadastradas em cada território, trazendo informações de todos os membros da família, características do domicílio, dados de cada uma das pessoas que compõem o núcleo familiar, dentre outras informações. Os dados contidos no Cadastro Único são sigilosos. Dessa forma, podem ser utilizados somente como indicadores de fundamentação na elaboração de políticas públicas que visem reduzir as vulnerabilidades sociais das famílias cadastradas e a realização de estudos e pesquisas.

O município promove visitas domiciliares às famílias de baixa renda periodicamente para efetuar o cadastramento. Mas a família que se enquadra nas rendas acima e ainda não está inscrita no Cadastro Único, pode procurar um CRAS – Centro de Referência em Assistência Social em Nova Odessa (veja lista dos CRAS de Nova Odessa abaixo) e solicitar o cadastramento.

Para que a família possa ser cadastrada, é importante:

- Ter uma pessoa responsável pela família para responder às perguntas do cadastro. Essa pessoa deve fazer parte da família, morar na mesma casa e ter pelo menos 16 anos.
- Para o responsável pela família, de preferência uma mulher, é necessário o CPF ou Título de Eleitor.
- Apresentar pelo menos um documento de todas as pessoas da família:
  - Certidão de Nascimento;
  - Certidão de Casamento;
  - CPF;
  - Carteira de Identidade (RG);
  - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI);
  - Carteira de Trabalho ou
  - Título de Eleitor.
  - Levar um comprovante de endereço, que pode ser conta de água ou luz. Não é obrigatório apresentar, mas ajuda no preenchimento do endereço. Importante: após o cadastramento da família, é importante manter os dados sempre atualizados. Sempre que mudar algo na família, como nascimento de um filho, mudança de casa ou de trabalho ou quando alguém deixar de morar na residência, o responsável familiar deve procurar o CRAS e efetuar a atualização dos dados da família.

Pessoas que moram sozinhas podem ser cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico). Elas constituem as chamadas famílias unipessoais.

É importante ressaltar que os dados do cadastro deverão ser atualizados pela família em, no máximo, dois anos, ou sempre que houver mudança nos dados informados no cadastro anterior.

Em Nova Odessa a média mensal de pessoas atendidas pelo CadÚnico é de 580 pessoas, o que representa 0,94% em relação ao total de habitantes do município.

A Diretoria de Gestão Social do Município normalmente atende uma média de 45 pessoas por dia, no entanto, esse atendimento cresce na primeira semana de cada mês devido à solicitação de cestas básicas pela população mais carente.

Entre os programas municipais estão a distribuição de cestas básicas, fraldas geriátricas e auxílio funeral e ocasionalmente a disponibilização para famílias carentes de gás de cozinha, ração para Pets, visitas médicas e doação de cobertas e roupas de frio, toalhas de banho e chinelos. A diretoria de Gestão Social realizou 100 visitas socioassistenciais nos meses de julho e agosto de 2021 e está reformando, as casas na Vila da Melhor Idade.

11.5.2. Projeto “Vila Melhor Idade” - Nova Odessa

Em 20 de maio de 2010, a Câmara municipal de Nova Odessa aprovou a lei nº 2.421 que autoriza o uso das habitações da Vila Melhor Idade, um empreendimento localizado no Bairro Jardim Santa Rita II, voltado ao idosos residentes no município e que se encontram em frágil situação financeira.

O Poder executivo através desta lei, autorizou o uso gratuito das unidades habitacionais da Vila com as despesas decorrente por conta de dotações orçamentárias próprias. O projeto cede gratuitamente 30 unidades habitacionais adaptadas de forma vitalícia, após um processo rigoroso de seleção. As casas, que atendem todos os padrões de acessibilidade, foram construídas dentro de um bairro para que propiciem um convívio social aos idosos.

Figura 53 – Projeto Vila Melhor Idade

Fonte: Googlemaps

Os critérios para "ingresso, permanência, desocupação e vacância" das unidades estabelecem que só podem se candidatar às casinhas casais de idosos (prioritariamente) ou, excepcionalmente, até mesmo idosos sozinhos, caso "sobrem" vagas. Mas todos devem morar em Nova Odessa há seis anos ou mais e se encontrarem em "frágil situação financeira".

A idade mínima somada, no caso de casal, é de 120 anos, ou 60 anos quando se tratar de idoso sozinho. Também poderão se candidatar duplas de idosos, desde que sejam parentes até o 4º grau. A renda mensal não pode ser superior a 2,5 salários mínimos para casais ou duplas e de 1,5 mínimo para indivíduos sozinhos.

O idoso (ou idosos) também não pode ser nem ter sido beneficiário de programa habitacional nos últimos seis anos. A pessoa não pode ser proprietária nem usufrutuária de imóvel em qualquer lugar, nem ter cedido, transferido ou doado imóvel em Nova Odessa ou outro cidade nos últimos seis anos.

Os critérios de desempate vão priorizar os idosos de menor renda, que pagam aluguel e que utilizem medicamentos não fornecidos pela Rede Pública de Saúde. Também é previsto, como critério de desempate, a adição de um ponto para cada ano que exceder as idades mínimas e para cada ano que exceder os seis anos de moradia no Município. Por fim, serão computados 2 pontos extras aos portadores de necessidades especiais.

O decreto, que trata dos critérios habilitação para a moradia, traz ainda uma série de regras de boa convivência e de manutenção das condições de habitabilidade das residências, proíbe pequenas obras nas casinhas e impede que pessoas não idosas coabitem as unidades, exceto acompanhantes profissionais com autorização prévia do Setor de Promoção Social.

As unidades devem retornar à Prefeitura, para serem ocupadas por outros casais já inscritos, apenas quando falecer o último ocupante (idoso beneficiado) do imóvel, ou quando o idoso restante não tiver condições de se manter sozinho.

11.5.3. Programas e Projetos Federais, Estaduais e Municipais – Nova Odessa

Tabela 71 – Programas e Projetos Federais

1 PROGRAMA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA
BENEFÍCIO ASSISTENCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA (BPC)

Fonte: Diretoria da Gestão Social

Tabela 72 – Programas e Projetos Estaduais

2 PROGRAMAS E PROJETOS ESTADUAIS – NOVA ODESSA	
VIVA LEITE	200 FAMÍLIAS/MÊS
CADÚNICO	JULHO/21 – 542 PESSOAS
	AGOSTO/21 – 627 PESSOAS

Fonte: Diretoria da Gestão Social

Tabela 73 – Programas e Projetos Municipais

3 PROGRAMAS E PROJETOS MUNICIPAIS – NOVA ODESSA	
ENTREGAS DE FRALDAS GERIÁTICAS	5.300 UNID/MÊS
CESTAS BÁSICAS	MÉDIA 800 UNID/MÊS
AUXÍLIO FUNERAL	MÉDIA DE 3 A 4 /MÊS

Fonte: Diretoria da Gestão Social

Tabela 74 - Programas e Projetos – Benefícios Continuados em Nova Odessa

		2019	2020	2021
BOLSA FAMILIA	Número de famílias beneficiárias	902	996	1211
	Previsão anual do valor do repasse	1.786.572,00	668.744,00	1.380.082,00

Fonte: Diretoria da Gestão Social

Tabela 75 - Instituições atendidas pela Diretoria de Gestão Social

INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELA DIRETORIA DE GESTÃO SOCIAL COM CESTAS BÁSICAS
KAIDY - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS
PROJETO MAIS
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
COPENO
CASA DE RECUPERAÇÃO
PASTORAL DA RUA

Fonte: Diretoria da Gestão Social

Figura 54 - Campanha do Copeno

Fonte: Jornal de Nova Odessa

Tabela 76 - Programas Desenvolvidos pela Diretoria de Gestão Social

PROGRAMAS	**CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA ABUSO SEXUAL CONTRA A MULHER**	
	AGOSTO LILÁS	**REVISTA EDUCATIVA**
		PÁGINAS NA MÍDIAS
		VIDEOS AO VIVO COM AUTORIDADES MUNICIPAIS
		FAIXAS INFORMATIVAS EM VÁRIOS PONTOS DA CIDADE

Fonte: Diretoria da Gestão Social

11.5.4. Equipamentos Comunitários

O levantamento e mapeamento dos equipamentos comunitários do município têm como objetivo principal locar os equipamentos das áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, esportes e lazer existentes para possibilitar que os gestores públicos e a iniciativa privada avaliem a oferta de serviços no território estudado e subsidiar o planejamento setorial na aplicação de investimentos destinados à implantação de novos serviços conforme, proposta deste Plano. O diagnóstico social mostrou que os critérios para a localização ideal dos equipamentos variam muito em função de leis, da gestão local e da mobilização social da população quanto a sua necessidade imediata.

Também revelou a presença de uma rede social que contempla vários tipos de atores sociais organizados em Associações, Conselhos e Comissões, como um importante instrumento de participação desses sujeitos na gestão do território.

Esse cenário favorece o controle social em relação às ações públicas em busca de melhores condições de vida.

No que se refere aos Serviços de Proteção Básica, Nova Odessa conta com 01 CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) que é responsável pelos serviços socioassistenciais do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), nas áreas consideradas vulneráveis e com algum risco social no município. Entre as suas atribuições os CRAS são responsáveis pela:

- oferta de serviços continuados de proteção social básica a famílias em situação de vulnerabilidade social;
- unidade efetivadora da referência e contra referência do usuário na rede sócio assistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- referência para os serviços das demais políticas;
- unidade que organiza a vigilância social em sua área de abrangência;

- unidade que concretiza o direito sócio assistencial na área de abrangência quanto à garantia de acesso aos serviços de proteção social básica com matriz sócio familiar e ênfase no território de referência.

A Assistência Social de Nova Odessa se divide em três equipes de atendimentos: a Diretoria de Gestão Social, que administra todo o sistema (sejam os cadastros de bolsa família, de cestas básicas, fraldas geriátricas e demais auxílios), o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), que atende pessoas que vivenciam situações de violações de direitos ou de violências físicas e psicológicas e o CRAS.

O raio de abrangência dos CRAS é regional, ou seja, atende a demanda de uma região administrativa que envolve, normalmente, diversos bairros.

O CRAS de Nova Odessa está localizado na Rua das Perobas, nº 114, no Jardim das Palmeiras.

O município também conta com um CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), localizado na área central, que como uma unidade pública da Assistência Social atende as pessoas que vivenciam situações de violações de direitos ou de violências em Nova Odessa.

Tabela 77 - Serviços de Proteção Básica em Nova Odessa

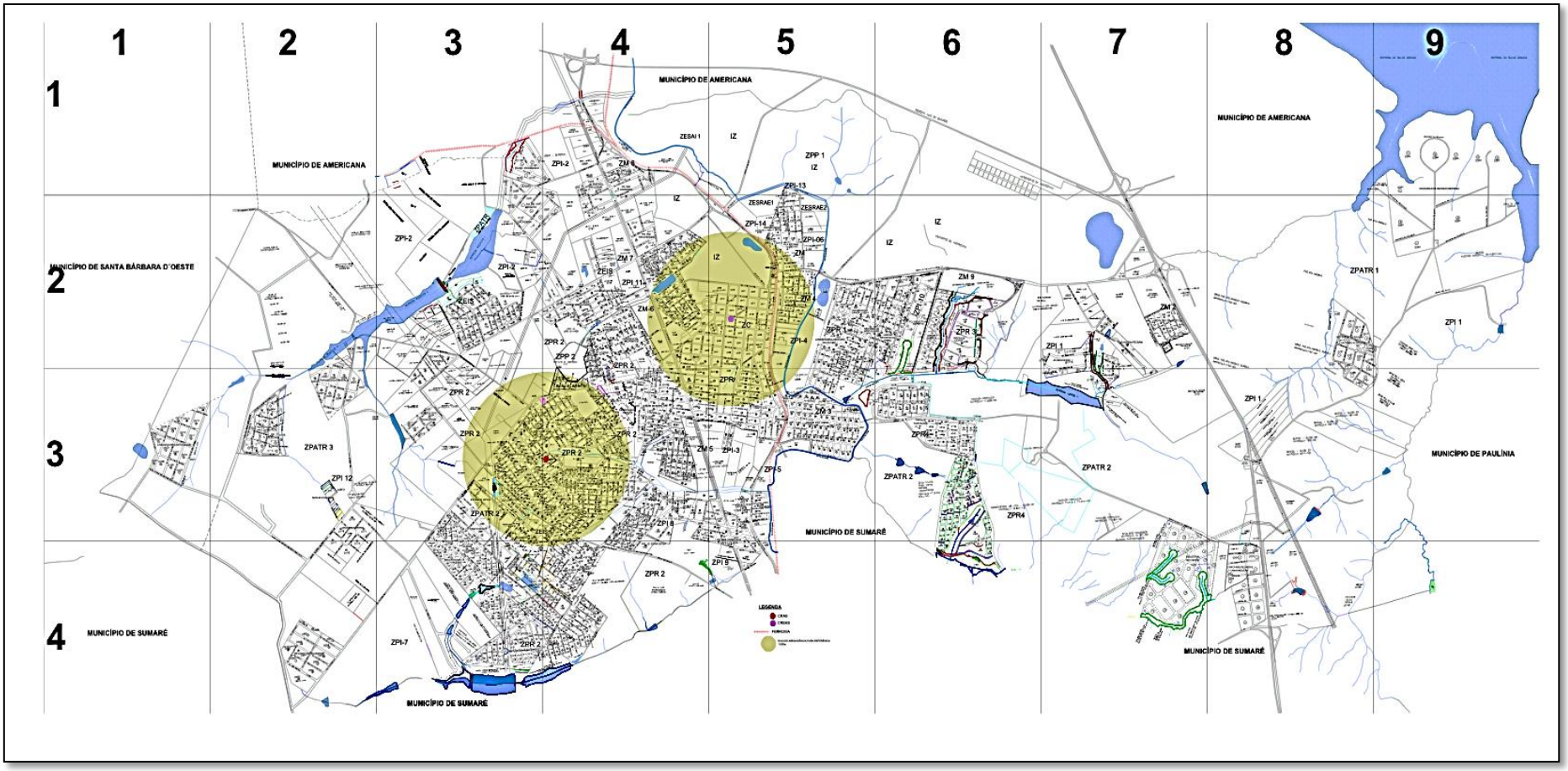
SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA – NOVA ODESSA			
SERVIÇO	**LOCALIZAÇAO**	**ATENDIMENTOS**	
CRAS	RUA DAS PAINEIRAS, 114 – JARDIM DAS PALMEIRAS	PAIF (PROTEÇAO E ATENDIMENTO	42 FAM./MÊS
		ATENDIMENTO PARTICULARIZADO	101 AGOS/ 2021
		VISITAS	23
		SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA)	12 FAMÍLIAS
CREAS	RUA ARISTEU VALENTE, 489 – CENTRO	PAEFI (ATENDIMENTO ESPECIALIZADO	51 FAMÍLIAS
		ATENDIMENTOS INDIVIDUALIZADOS	288
		PSR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA)	34

Fonte: Diretoria da Gestão Social

Figura 55 - CRAS Jardim das Palmeiras – Nova Odessa

Fonte: Diretoria da Gestão So

Mapa 07 - CRAS e CREAS – Nova Odessa



Fonte: Solourb

11.5.5. Cidadania e Parcerias

Os Conselhos Municipais, formados por representantes da Prefeitura e da sociedade civil, contribuem para a definição dos planos de ação da cidade, através de reuniões periódicas e discussões. Cada conselho atua de maneira diferente, de acordo com a realidade local e com a sua especificação. Dentre as suas atribuições inclui-se a defesa dos direitos dos cidadãos.

Os conselhos funcionam como organizações capazes de estreitar a relação entre o governo e sociedade civil a partir da participação popular em conjunto com a administração pública nas decisões regentes na sociedade.

Um exercício de democracia na busca de soluções para os problemas sociais, com benefício da população como um todo.

O número de Conselheiros, ou membros titulares varia de acordo com o tipo de Conselho, mas a sua composição é paritária e definida por decreto. Cada conselho é estabelecido a partir de um projeto de Lei, na qual deverá conter as suas competências e representantes, entre outras informações.

O mandato e os representantes também variam de acordo com o conselho.

Nova Odessa conta com os seguintes Conselhos Municipais:

Tabela 78 – Conselhos Municipais

NOME DO CONSELHO	LEIS	DECRETOS	PERÍODO
CONSELHO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.571/1997	4.075/2019	2019/2021
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	10/2006	3.756/2018	2018/2020
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	2.145/2006	4.074/2019	2019/2020
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DES. URBANO DE INTERESSE SOCIAL	2.258/2007 – 2.491/2011	4.073/2019	2019/2020
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO	1.544/1997 – 2.082/2005	4.073/2019	2019/2021
CONSELHO MUNICIPAL DE REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	2.611/2012	3.965/2019	2019/2020
CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	837/1983 – 839/1983	3.965/2019	2018/2020
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL	3.024/2016	3.990/2019	2019/2020
CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1.766/2000 – 1.777/2000	3.962/2019	2019/2021
CONSELHO MUNICIPAL DOS DEFICIENTES	2.785/2013	4.097/2019	2019/2020
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA ODESSA - CMENO	1.503/1996 – 1.846/2002	4.206/2020	2020/2021
CONSELHO MUNICIPAL ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	2.205/2007	4.233/2020	2020/2021
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ODESSA	1.294/1992 – 2.354/2009	4.233/2020	2020/2021
CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFENSORIA DOS ANIMAIS - COMPANO	2.625/2012	4.216/2020	2020/2021
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA ODESSA	ALTERAÇOES PELA LEI 1.838/2001 ALTERAÇÕES PELA LEI 1.909/2003 ALTERAÇOES PELA LEI 2.163/2006 ALTERAÇOES PELA LEI 2.338/2009	4.216/2020	2020/2022
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO	3.106/2017 – 3.229/2018 1.777/2000	3.861/2018	2018/2020

Fonte: PMNO

As Entidades desenvolvem um importante papel de conscientização e fiscalização da sociedade, porque através de suas ações é que se criam espaços de partilha, pontos de encontro, dinâmicas desportivas, recreativas e culturais, e principalmente promove-se a cidadania, defendendo o meio ambiente, valorizando o profissional, zelando pela ética e a defesa dos profissionais.

Uma comunidade onde não exista uma Entidade interessada na vida comunitária, no bem-estar das pessoas, é muito mais propícia a gerar situações de marginalidade, conflitos e interesses escusos.

Além disto, uma Entidade de Classe tem um papel central no desenvolvimento local, é uma escola de vida e um centro de aprendizagem e de partilha de saberes.

Tabela 79 – Cartórios e Bancos do Município de Nova Odessa

CARTÓRIOS	ENDEREÇO	BAIRRO
Cartório Oficial de Registro de Imóveis e Anexos	Rua XV de Novembro, 410	Centro
Cartório de Notas e de Protesto	Rua Washington Luiz, 357	Centro
BANCOS	**ENDEREÇO**	**BAIRRO**
Bradesco	Avenida Carlos Botelho, nº 200	Centro
Banco do Brasil	Rua Aristeu Valente, nº 265	Centro
Banco Itaú	Rua Rio Branco, nº 179	Centro
Caixa Econômica Federal	Rua 1º de Janeiro, nº 305	Centro
HSBC - Bamerindus	Rua Rio Branco, nº 172	Centro
Nossa Caixa Nosso Banco	Rua Duque de Caxias, nº 600	Centro
Santander	Rua 1º de Janeiro, nº 147	Centro

Fonte: Solourbe

Figura 56 - Cartório Oficial de Registro de Imóveis e Anexos – Nova Odessa

Fonte: Solourbe

Diante destes dados, estes nos indicam o número de famílias residentes em Nova Odessa, que se encontram em situação de vulnerabilidade social na sua forma multidimensional, ou seja, famílias estas que estão concentradas ou dispersas pelo município, em várias regiões da zona urbana, que além da pouca renda, se encontram socialmente fragilizadas, expostas a fatores que geram privações de capacidades e potencialidades, prejudicando ao acesso de bens e serviços, de garantia de direitos, à renda e ao trabalho.

A condição de pobreza não pode ser vista como decorrência apenas em relação ao valor do ganho individual, familiar ou do per capita familiar.

A ausência dos serviços públicos e de acesso no lugar onde as pessoas vivem as tornam mais vulneráveis e seu cotidiano mais sofrido.

As necessidades sociais tornam o indivíduo e suas famílias de mandatários de uma política social capaz de garantir proteção social, direito de seguridade para o enfrentamento dos riscos sociais a que são submetidas, como, por exemplo, à violência relacionada ao envolvimento com

substâncias psicoativas, à exploração sexual, ao trabalho infanto-juvenil, aliciamento, abandono, fragilidade dos vínculos familiares, o não acesso ao lazer, cultura, trabalho, saúde, educação, habitação, infraestrutura urbana, entre outros.

Neste último sentido, a vulnerabilidade tem relação com a falta de atenção do Estado, e a superação destas condições demanda uma ação interdisciplinar das políticas públicas comprometidas com a proteção social do cidadão.

Entre 2000 e 2020, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 63,07% em 2000 para 54,30% em 2017, demonstrando o decréscimo desta faixa de idade da população, mas também o incremento da PEA.

Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 0,88% em 2000 para 0,67 em 2020, demonstrando empregabilidade.

Quanto a Proteção Social Especial de Média Complexidade é representada pelo CREAS, um polo de referência, coordenação e articulação, através do PAEFI[20] - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, um serviço de apoio, orientação e acompanhamento à famílias com um ou mais membros em situação de violação de direitos, que utiliza de intervenções direcionadas para a promoção de direitos, preservação e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, bem como para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

Através de uma equipe de Assistentes Sociais e Psicólogos, o CREAS articula-se com os demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos a fim de contribuir para o acesso aos direitos e para a redução das consequências individuais e sociais de indivíduos e famílias em contexto de violência doméstica. Os usuários do CREAS são crianças e adolescentes em situação de trabalho, cumprimento de medida socioeducativa, vítimas de abuso e/ou exploração sexual, negligência/abandono, violência física e/ou psicológica, idosos e pessoas com deficiência em contexto de violência doméstica, além de pessoas em situação de rua.

A Proteção Social Especial que atende aos segmentos criança/adolescente, idoso e pessoa em situação de rua, é realizada através de parcerias entre o município e as Organizações da Sociedade Civil.

A Diretoria de Gestão Social pretende implantar um Centro Dia, Residência Inclusiva e Lar Mulher e da Família Acolhedora. Também pretende-se elaborar estudos para o uso de aluguel social.

[20] *O Paefi é um serviço de orientação e acompanhamento de famílias que possuem um ou mais indivíduos em situação de vulnerabilidade, como ameaça ou violação de direitos.*

Tabela 80 – Situações de Vulnerabilidade e/ou Risco Social Existentes no Município

Situações de vulnerabilidade ou risco mais graves	Classificação	Demanda estimada no município	Número de serviços existentes que atendem esta demanda
Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos	1	30	02
Pessoas em situação de rua	2	20	-
Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas	3	120	01
Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares	4	25	02
Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda	5	20	-
Existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar)	6	20	02
Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho	7	3.000	02
Desvantagens resultantes de deficiência	9	60	02
Alta porcentagem de pessoas idosas na população	10	8.753	02

Fonte: Solourbe

Em complementação às suas atribuições, nela estão vinculados os seguintes conselhos:

1. *Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS*: órgão colegiado deliberativo paritário previsto no Art. 16 da Lei Federal 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), e tem por finalidade construir e discutir políticas públicas sobre exclusão social, sua origem estrutural e efeitos no município, para poder contribuir com a construção da cidadania, combate à pobreza e desigualdade social. Foi instituído no município pela Lei n. º 1.571/1997

2. *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:* órgão paritário, composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal. Deliberador, formulador e controlador das políticas públicas voltadas para atendimento à criança e ao adolescente, criado pela Lei nº 8,069/90 – ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Além de formular as Políticas Públicas, é também atribuição do CMDCA manter o registro das entidades que atuam com crianças e adolescentes, bem como de seus programas e projetos,

zelando para que esta ação seja realizada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foi criado através da Lei n. º 1.838/2001

3. *Conselho Municipal do Direito da Mulher (CMDM):* órgão superior colegiado de caráter autônomo e permanente de participação direta da sociedade civil sumareense e de assessoria aos poderes Executivo e Legislativo, possuindo caráter consultivo geral, propositivo, normativo e deliberativo, no âmbito de sua competência; bem como estabelecimento ,acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação em todas as atividades que, direta ou indiretamente , envolvam a decisão sobre a política municipal de atendimento aos direitos da mulher. Foi criado através da Lei n. º 2.145/2006

4. *Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI):* É o órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador da política de defesa dos direitos do idoso, criado pela 1.544/1997. O CMDPI é composto por representantes de organizações não governamentais do município, diretamente ligadas à defesa ou atendimento ao idoso, legalmente constituídas e eleitas na Conferência Municipal dos Direitos do Idoso, e por representantes do Poder Público Municipal, escolhidos e nomeados pelo Prefeito, todos para mandato de 2 anos. O Conselho consiste, portanto, na união da sociedade civil com o poder público em prol da pessoa idosa. O Conselho pode atuar, também, incentivando e apoiando a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso; recebendo denúncias de desrespeito a esses direitos e adotando as medidas cabíveis.

5. *Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDEF): Criado* pela Lei n. º 2.785/2013. encontra-se atualmente em organização de suas funções.

Entretanto há que se definir algumas ações em relação às seguintes clientelas:

I. Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência;
II. Políticas Públicas para o Idoso;
III. Políticas Públicas para Mulheres em Estado de Violência Doméstica;
IV. Políticas Públicas para Morador de Rua;
V. Políticas Públicas para *Igualdade Racial*.

Criação dos seguintes Conselhos Municipais:
CONDECON - Conselho Municipal de Defesa do Consumidor;
CMDM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
CONSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
COMPIR - Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
CADES - Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
ODS - Comissão Municipal para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
CONJUV - Conselho Municipal da Juventude;
COMMUR - Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e Rural;
COMPAS - Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais;

CONDEPHAC - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Nova Odessa;
COMERT - Conselho Municipal do Emprego e Relações do Trabalho;
COMAD - Conselho Municipal Antidrogas
COMUH - Conselho Municipal de Habitação

De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Gestão Social não existe no Município uma área de concentração de baixa vulnerabilidade, mas existem pequenos núcleos espalhados pelo território. Para isso, a Prefeitura conta com parcerias com os governos estaduais e federais para a obtenção de recursos de auxílios diversos, principalmente nas questões de geração de renda. Contemplam também ações educativas, culturais, esportivas, de saúde e benefícios de origem financeira.

Como pelas novas diretrizes, as atenções da assistência social se voltam a indivíduos e famílias sob situações similares de risco e vulnerabilidades, ou seja, para problemas coletivos e territorializados visando uma intervenção matricial e integral, os diagnósticos devem trazer uma identificação de áreas de maior incidência destes fatores, que merecerão estudos mais detalhados.

Assim, é importante de início, lançar mão de cadastros de programas sociais (Bolsa-Família, BPC e outros), cadastros de serviços governamentais e não governamentais (rede socioassistencial e intersetorial), pesquisas localizadas, instrumentos territorializados de análise local, com vista a identificar os microterritórios e regiões com incidência de população em situação de vulnerabilidade, que deverão merecer estudos mais específicos e levantamentos complementares.

Para a vigilância social, a gestão territorial, o mapeamento de processos de exclusão, o conhecimento da dinâmica interna e da interação do território no contexto municipal, o conhecimento das famílias que o habitam, sua composição e suas características socioeconômicas, a configuração, a articulação e a coordenação da sua rede socioassistencial e a customização dos serviços para esse território particular, para o exercício desse conjunto de atribuições são demonstrados em todas as ações da SMDEGS.

Com respeito à transferência de renda, especialmente ao Programa Bolsa Família, a alegação afirmativa de acompanhamento das famílias beneficiárias indicava ser essa uma ação, aparentemente, universalizada. Para uma integração mais efetiva, entretanto, duas outras ações estratégicas do programa são aplicadas pelos serviços sociais municipais: o acompanhamento das condicionalidades do programa e o cadastramento de famílias no Cadastro Único e consequente utilização do CADÚnico como ferramenta gerencial.

ELABORAÇÃO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS E PLANEJAMENTO URBANO

solourbe.urbanismo

(Assessoria e Consultoria contratada para Serviços Técnicos Especializados para suporte à Secretaria Municipal de Obras, Projetos e Planejamento Urbano no Processo de Atualização e Revisão do Plano Diretor – Lei no 10 – 2006)

Corpo Técnico

Eduardo Salgado Marconi	-	Arquiteto e Urbanista
Pedro Antonio Bigardi	-	Engenheiro Civil
Rafael Gardelini Poloni	-	Arquiteto e Urbanista
Sidney Schabele Gouveia	-	Analista de Geoprocessamento
Francisco Giliarde R. da Silva	-	Arquiteto e Urbanista
Liliana M. L. Paschoalotti	-	Arquiteta e Urbanista